

CAMILA PEREIRA SARAIVA

**A PERIFERIA CONSOLIDADA EM SÃO PAULO:
categoria e realidade em construção**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Ana Clara Torres Ribeiro

Rio de Janeiro
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

S243p Saraiva, Camila Pereira.
A periferia consolidada em São Paulo : categoria e realidade em construção / Camila Pereira Saraiva. – 2008. 147, [15] f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Ana Clara Torres Ribeiro.
Tese (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

Bibliografia: f. 139-147.

1. Planejamento urbano – São Paulo (SP).
2. Urbanização – São Paulo (SP). 3. Periferia urbana.
I. Ribeiro, Ana Clara Torres. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. III. Título.

CDD: 711.4098161

CAMILA PEREIRA SARAIVA

**A PERIFERIA CONSOLIDADA EM SÃO PAULO:
categoria e realidade em construção**

Dissertação submetida ao corpo docente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a. Ana Clara Torres Ribeiro – Orientadora
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ

Prof. Dr. Adauto Lúcio Cardoso
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ

Prof. Dr^a. Marcia Pereira Leite
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof. Dr. Nabil Bonduki
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - USP

AGRADECIMENTOS

O período em que me dediquei ao mestrado, do qual essa dissertação é resultado, foi talvez o mais silencioso, até hoje, em minha vida. Enfrentar a mudança de cidade, de ritmo e de rotina, e aceitar o desafio de refletir sobre minha profissão, angústias e desejos foi um exercício, paradoxalmente, tão doloroso quanto gratificante.

Destaco que esse período tornou-se possível devido ao auxílio financeiro concedido pelo CNPQ e pela FAPERJ. Com grande prazer, agradeço àqueles que, de maneira muito especial, deixaram boas pedras neste caminho:

Os entrevistados pelo tempo dedicado a refletir sobre esta tal periferia consolidada. Especialmente a Maria, pelos sorrisos.

Todos os funcionários do IPPUR pela assistência e simpatia e em especial a Zuleika e Verinha pelas divertidas conversas.

Os professores do IPPUR, especialmente Adauto Cardoso, Carlos Vainer, Fania Fridman, Luciana Lago e Tamara Egler, pela troca e pelo acolhimento, ainda mais valioso, para quem chega de fora e tem sotaque.

Os colegas da minha turma, especialmente Leonardo Bueno, Marcelo Medeiros e Danielle Barros, e aqueles que se diziam ser parte dos ruins quando cheguei ao IPPUR: Aline Torres, Frederico Irias, Daniel Soares e Ramana Jacques. Obrigada pela solidariedade, cervejas e amizade.

Estela Aranha, pelo incentivo, apoio e afeição, sempre e, principalmente desde que tomei a decisão de vir para o Rio de Janeiro. Ana Lopes e Cris Arruda, pela paciência e companheirismo no cotidiano da casinha da Umari (e depois fora dela). Amanda Castro e Mariana Borges, companheiras de divagações e riso. Daniel Yuhasz, migrante como eu e amigo de longa data. Maria Abreu (e sua psicanalista), pelas conversas, em momentos decisivos, sobre a manutenção do prazer no trabalho intelectual acima de outras exigências que nos colocamos.

Eduardo Marques e Nabil Bonduki, pela presença marcante, em minha trajetória, de perto ou de longe. Manifesto minha admiração pela coerência que possuem entre suas ideologias e ações e aproveito a oportunidade para agradecer pelo carinho e atenção.

Ana Clara Torres Ribeiro, pela orientação, tão experiente quanto sensível, que soube captar os meandros do meu pensamento e até mesmo de meus desejos, nunca me tolhendo ou direcionando de maneira autoritária, ao contrário, contribuindo para que eu me esforçasse em desvendá-los. Os momentos com Ana Clara foram de deslumbramento para as "coisas" da relação, do indivíduo e da sociedade, além de propiciar deliciosos cafés.

Gabriel Strautman, pela cumplicidade nesses tempos de dissertar e, mais importante, por compartilhar e compactuar comigo as condições de nossos dias. E Maria de Lourdes Saraiva, querida mãe, por seu amor incondicional.

"Apreender ao mesmo tempo *o que é instituído*, sem esquecer que se trata somente da resultante, num dado momento, da luta para fazer existir ou "inexistir" o que existe, e as *representações*, enunciados performativos que pretendem que aconteça aquilo que enunciam, restituir ao mesmo tempo as estruturas objetivas e a relação com estas estruturas, a começar pela pretensão a transformá-las, é munir-se de um meio de explicar mais completamente a "realidade", logo, de compreender e de prever mais exatamente as potencialidades que ela encerra ou, mais precisamente, as possibilidades que ela oferece às diferentes pretensões subjetivistas".

(P. Bourdieu em "O Poder Simbólico")

RESUMO

A diminuição do ritmo da periferização urbana, a incorporação, ainda que incompleta, das periferias à cidade e sua crescente diversificação sócio-espacial, trazem desafios analíticos ao estudo do espaço intra-urbano. Neste sentido, o presente trabalho discute o fenômeno de consolidação das periferias associado à categoria periferia consolidada. A análise da bibliografia especializada e de entrevistas com estudiosos e profissionais ligados ao planejamento urbano indicou que a consolidação das periferias resulta de uma dinâmica que combina valorização da terra e aumento da densidade construtiva, provocadas por investimentos públicos e privados ao longo do tempo, com a possível mobilidade social ascendente dos primeiros moradores e/ou a expulsão "branca" destes. A periferia consolidada, neste contexto, seria uma categoria, derivada do modelo centro-periferia, utilizada para definir um espaço intermediário. Esta representação, no entanto, oculta sua complexidade e impede sua articulação à totalidade em movimento, por vezes, naturalizando o seu destino. O esforço em realizar, com base em estudo de caso, um movimento analítico da lógica à experiência, compreendendo a periferia consolidada como lugar, trouxe novos elementos à compreensão desta categoria – a resistência de antigas formas face ao surgimento de novas; o crescimento do consumo da população de baixa e média baixa renda; a melhora das condições de vida em contraste à experiência de carências e a afetividade produzida pela longa permanência no lugar – revelam uma tensão que é constitutiva do processo de consolidação das periferias.

Palavras-chave: urbanização, planejamento urbano, espaço social, consolidação das periferias, São Paulo.

ABSTRACT

The decreasing rhythm in the phenomenon of the urban periphery formation, its partial incorporation into the official city, and its enhanced social-spatial diversification bring to us different analytical challenges in the study of the urban space. In this context, the following dissertation will discuss the phenomenon of the peripheries consolidation in relation to the idea of a consolidated periphery. The analysis of the specialized bibliography and interviews with experts and urban planning professionals pointed to the fact that the peripheries consolidation is a result of the combination between the escalation of land price and its built density – an outcome of the public and private investments over the time – and a possible social mobility of the first generation of inhabitants and/or their “white” eviction. The idea of consolidated periphery, in this way, could be defined as a category of the centre–periphery model used to refer to an intermediate space; however, this format has proven to conceal the real subject’s complexity, impeding its articulation to a global scenario, and even naturalizing its destiny. The use of a case study in the analytical process from logic to experience, associated to the idea of a consolidated periphery as a place, has brought new elements to the comprehension of this question: the persistence of old forms in face of new ones, the increase in the consume patterns of low income and middle-low income population, the relative enhanced living conditions in comparison to the experience of privation, and the development of bonds related to the long stay in the same place. Aspects that will reveal an intrinsic tension present in the process of the peripheries consolidation.

Key words: urbanization, urban planning, social space, peripheries consolidation, São Paulo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

- Figura 1.** Evolução da área urbanizada. Região Metropolitana de São Paulo, 1949-1997. 28
- Figura 2.** Esquemas de representação do espaço urbano. 68
- Figura 3.** Taxa de crescimento anual das áreas de ponderação da mancha urbana de São Paulo (1991-2000). 71
- Figura 4.** Regionalização da Zona Leste por sub-regiões. 72
- Figuras 5 e 6.** Imagens de uma rua, em 1980 e 1989, no Jardim das Camélias, distrito de Vila Jacuí, zona leste do Município de São Paulo. 84
- Figuras 7 e 8.** Loteamentos em distintos momentos de consolidação no Município de Osasco, Região Metropolitana de São Paulo. 85
- Figuras 9 e 10.** Divisão do Município de São Paulo segundo as principais regiões e detalhe da zona leste e seus distritos (de acordo com os limites aprovados em 1992). 92
- Figura 11.** A zona leste de São Paulo cortada por ferrovias, 2000. 93
- Figura 12.** Evolução da área urbanizada por períodos. Município de São Paulo, Região Leste – Itaquera (1930-2002). 94
- Figura 13.** Lançamentos imobiliários por distrito. Município de São Paulo, (1995-2003). 107

GRÁFICOS

- Gráfico 1.** Composição dos responsáveis por domicílio segundo a renda. Município de São Paulo, Itaquera - Vila Santana e Vila Verde, 2000 115

QUADROS

- Quadro 1.** Síntese comparativa entre as categorias periferia e periferia consolidada 73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. População residente por situação do domicílio, 1940-2000.	23
Tabela 2. População residente. Município, Região Metropolitana e Estado de São Paulo, 1940-2000.	27
Tabela 3. Evolução da população nas favelas. Município de São Paulo, 1973-2000.	34
Tabela 4. Superfície (m ²) ocupada por loteamentos clandestinos por região. Município de São Paulo, (1965-91)	89

LISTA DE SIGLAS

BNH – Banco Nacional de Habitação
CEM – Centro de Estudos da Metrópole
CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEU – Centro de Educação Unificado
COHAB – Companhia Metropolitana de Habitação
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
COGEP – Coordenadoria Geral do Planejamento
CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
PARSOLO – Diretoria de Parcelamento do Solo
EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A
FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FMI – Fundo Monetário Internacional
HABI – Superintendência de Habitação Popular da Secretaria Municipal de Habitação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil
ONU – Organização das Nações Unidas
PLANASA – Plano Nacional de Saneamento Básico
PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado
PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PUB – Plano Urbanístico Básico
PUC-Campinas – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
RMSP – Região Metropolitana de São Paulo
SAGMACS – Sociedade da Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos sociais
SEHAB – Secretaria Municipal de Habitação da Prefeitura Municipal de São Paulo
SEMPLA – Secretaria Municipal de Planejamento da Prefeitura Municipal de São Paulo
SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SESC – Serviço Social do Comércio
SFS – Sistema Financeira de Saneamento
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICASTELO – Universidade Camilo Castelo Branco

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 PERIFERIAS EM SÃO PAULO: NEXOS ENTRE URBANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO URBANO	20
1.1 PROCESSO DE URBANIZAÇÃO PAULISTA: BASES DO CRESCIMENTO PERIFÉRICO	21
1.2 PLANEJAMENTO URBANO: CLASSIFICAÇÃO E ORDENAMENTO NA REPRODUÇÃO DAS PERIFERIAS	35
2 DA CONSOLIDAÇÃO DO PADRÃO PERIFÉRICO DE CRESCIMENTO URBANO ÀS PERIFERIAS CONSOLIDADAS	50
2.1 A PROPÓSITO DA CLASSIFICAÇÃO DO ESPAÇO	53
2.2 PARADIGMAS DE INTERPRETAÇÃO DAS CIDADES	56
2.2.1 O modelo centro-periferia	60
2.2.2 Novos modelos de estruturação do espaço urbano	63
2.3 PERIFERIA CONSOLIDADA: USOS E CONTEXTO	69
2.4 O DESTINO DAS PERIFERIAS: FAZENDO EXISTIR O QUE EXISTE	73
3 DA LÓGICA PARA A EXPERIÊNCIA: (RE)CONHECIMENTO DO LUGAR COMO UM CAMPO DE POSSIBILIDADES	88
3.1 A SINGULARIDADE DO LUGAR	90
3.1.1 Itaquera: acumulação de tempos e mudanças da paisagem	91
3.1.2 Espaço físico (periferia consolidada) e espaço social (consumidor emergente)	101
3.2 LUGAR COMO EXPERIÊNCIA	113
3.2.1 Uma vila depois da outra: Vila Santana e Vila Verde	114
3.2.2 Foi tudo chegando	118
3.2.3 Lugar bom é o lugar onde se vive	123
3.2.4 Visões e divisões da periferia	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS: A CONSOLIDAÇÃO DA DIFERENÇA	136
REFERÊNCIAS	139

ANEXO A – MAPAS DE REFERÊNCIA	148
ANEXO B – IMAGENS DE UMA PERIFERIA CONSOLIDADA	156

INTRODUÇÃO

Antes da introdução propriamente ao objeto desta dissertação, algumas notas se fazem necessárias, apenas para situar-me enquanto investigadora, diante do objeto da pesquisa. O ingresso no curso de mestrado do Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional foi motivado pela necessidade de organizar e aprofundar os conhecimentos obtidos na graduação em arquitetura e urbanismo. Além disso, no exercício profissional de reflexão e proposição de políticas e intervenções, objetivando o equacionamento dos benefícios oferecidos pelas cidades, incomodava-me a sensação de não possuir elementos teóricos conceituais para melhor compreender o próprio objeto deste exercício: a cidade.

De fato, o espaço-tempo do mestrado me permitiu refletir sobre questões muitas vezes naturalizadas ou ocultadas pela prática profissional, cuja velocidade é muito maior. Esta dissertação expressa um movimento teórico analítico empreendido durante dois anos e meio e que teve como ponto de partida uma inquietação com a qual terminei a graduação: porque não definir, descrever e analisar as áreas da cidade de condições urbanas de vida médias? Como pôr em foco estas áreas, mencionadas em numerosos estudos – sobre os espaços ocupados, predominantemente, pelos ricos, ou aqueles ocupados pelos pobres –, apenas como contraponto, como elemento complementar?

Essas questões, até certo ponto, derivavam do esforço empreendido em meu trabalho final de graduação, no qual procurei analisar o Programa de Desenvolvimento da Zona Leste de São Paulo, elaborado durante a gestão municipal da prefeita Marta Suplicy (2001-2004). A caracterização do território correspondente à zona leste, que então busquei realizar, apontou uma diversidade de situações, mas não havia o propósito de aprofundá-las naquele trabalho. Considero importante destacar que, paralelamente à conclusão da graduação, tive a oportunidade de participar de estudos sobre segregação, pobreza e desigualdades sociais desenvolvidos no interior do Centro de Estudos da Metrópole – CEM¹. Uma das principais chaves analíticas dessa produção estava na afirmação da heterogeneidade das condições sócio-espaciais das periferias.

Assim, no momento de construção da problemática a ser desenvolvida nesta dissertação de mestrado, as imagens de mapas temáticos produzidos no âmbito do CEM e de levantamentos realizados para o trabalho final de graduação, além da memória das

¹ Cf. MARQUES; TORRES, 2005.

experiências vividas nas periferias figuravam como flashes em meu pensamento. Era preciso encadeá-los, atribuindo-lhes sentido.

O primeiro movimento analítico, sob a orientação de Ana Clara Torres Ribeiro, foi compreender que, assim como o surgimento do padrão de crescimento periférico, a melhora das condições urbanas de vida nas periferias da metrópole de São Paulo resulta de conjunturas particulares determinadas pelo processo de urbanização e pelas diretrizes e intervenções estabelecidas no campo do planejamento urbano. Esta reflexão é apresentada no primeiro capítulo.

No processo de urbanização e industrialização paulista, principalmente a partir da década de 1940, a casa auto-construída pelo trabalhador permitiu a redução do custo da força de trabalho, ao mesmo tempo em que provocou a dispersão do território urbano através da abertura indiscriminada de loteamentos precários. A ausência de ações governamentais no sentido de ordenar e prover esses loteamentos de infra-estrutura e serviços urbanos resultou na profunda desigualdade sócio-espacial da metrópole, por muitos anos, traduzida na representação da divisão da cidade entre centro e periferia.

Nas duas últimas décadas, porém, transformações de ordem socioeconômica e política como a reestruturação produtiva do capitalismo e a redemocratização brasileira provocaram mudanças no contexto sócio-espacial da metrópole. A diminuição do ritmo da periferização urbana, a incorporação, ainda que incompleta, das periferias à cidade e sua crescente diversificação sócio-espacial são algumas das mudanças que procuramos analisar neste capítulo.

Essas considerações foram baseadas em estudos desenvolvidos a partir dos anos 1970, quando a produção de estudos sobre o espaço intra-urbano se intensificou no Brasil (RIBEIRO; LAGO, 1994), tendo como uma das principais temáticas as periferias urbanas. As análises sobre as periferias urbanas em São Paulo, em um primeiro momento, eram predominantemente de orientação estrutural marxista, porém, a partir dos anos 1980, a visibilidade crescente das manifestações dos movimentos populares passou a motivar um grande número de análises sobre as periferias que enfatizaram a ação desses movimentos.

Segundo Kowarick (2000 apud MARQUES; BICHIR, 2001), em sua versão mais extrema, a estrutura sem sujeitos dos estudos dos anos 1970 foi substituída pelo estudo de sujeitos liberados de qualquer constrangimento estrutural, ao longo da década de 1980. Já nas décadas seguintes, de acordo com o que foi possível apreender da pesquisa bibliográfica e das leituras realizadas para esta dissertação, as análises sobre as periferias em São Paulo,

assim como o conteúdo sócio-espacial destas, diversificam-se². Neste contexto, identificou-se o uso de uma nova categoria: a periferia consolidada (ROLNIK, 2000; TORRES, 2005; TELLES, 2006).

A constatação dessa categoria sugeria que a compreensão da heterogeneidade das periferias poderia ser vista como uma das manifestações de um processo mais amplo de consolidação das periferias. Uma questão que se colocou, nesse momento, foi: essa consolidação estaria relacionada somente ao aumento da oferta de infra-estrutura, serviços e equipamentos urbanos?

Dessa maneira, no segundo capítulo, problematizamos a utilização dessa categoria, sugerindo que a sua origem estaria associada ao paradigma marxista de interpretação das cidades, traduzido no modelo centro-periferia de análise da estrutura sócio-espacial da metrópole. Procuramos também organizar as características do processo de consolidação das periferias apontadas, com base em referências bibliográficas, mas principalmente em entrevistas com pesquisadores e profissionais do campo do planejamento urbano.

Segundo essa sistematização alguns processos fariam parte do fenômeno de consolidação das periferias como, por exemplo, a valorização da terra e o aumento da densidade construtiva provocadas por investimentos, públicos e privados, ao longo do tempo. Esses processos, por sua vez, influenciariam uma mudança nas condições socioeconômicas dessas antigas periferias, devido à mobilidade social ascendente dos primeiros moradores e/ou a certa expulsão "branca" destes, provocada pela chegada de indivíduos com condições econômicas mais elevadas.

Essa leitura do processo de consolidação das periferias impulsionou indagações sociológicas acerca das transformações da paisagem das periferias, relações do cotidiano e perspectivas que somente a redução da escala e a observação em campo poderiam buscar responder. Uma das hipóteses levantadas foi a existência de uma distância estrutural, entre as coisas da lógica e a lógica das coisas.

Por este motivo, no terceiro capítulo, buscamos uma aproximação da concretude de um lugar, nesta denominada periferia consolidada, visando realizar uma mediação entre as narrativas do processo de consolidação das periferias apresentadas no segundo capítulo e o reconhecimento da complexidade deste processo. Essa iniciativa foi realizada a partir da

² Não é objeto dessa dissertação uma investigação, que sem dúvida seria interessante, dos motivos de diversificação dessas análises, tampouco das linhas teóricas mais acionadas nas análises das periferias urbanas atualmente.

descrição de casos concretos: Vila Santana e Vila Verde, localizadas no distrito de Itaquera, na zona leste de São Paulo.

Buscamos nos aproximar do entendimento da periferia consolidada como lugar. Em um primeiro momento, analisamos sua singularidade, recuperando processos apresentados no primeiro capítulo e destacando a historicidade da periferia como forma sócio-espacial. A análise das transformações da paisagem de Itaquera permitiu-nos identificar outra dimensão do processo de consolidação das periferias: o aumento do consumo entre a população de baixa e média baixa renda, a partir de meados da década de 1990. Esta dimensão, materializada na proliferação de supermercados, cadeias de *fast-food*, shopping centers e imóveis destinados a população de baixa e média baixa renda, contribuiu para a transformação da paisagem das periferias. Assim, considerando o efeito mútuo do espaço físico sobre o social e recuperando a natureza social da classificação, examinada no segundo capítulo, foi possível conjecturar outros sentidos da categoria periferia consolidada.

Em um segundo momento, a valorização da dimensão do cotidiano do (no) lugar indicou-nos a necessidade de buscar a apreensão das representações de seus moradores. Neste sentido, a consolidação das periferias pôde ser constatada como uma experiência intergeracional, caracterizada pela naturalização do processo de urbanização. Este, embora tenha resultado na melhora relativa das condições de vida da população, é marcado ainda por certa incompletude que implica, portanto, numa experientiação continuada de carências pelos moradores e indica a existência de uma tensão que é constitutiva do processo de consolidação das periferias.

A expulsão branca, contudo, não se revelou como um evento significativo nessa experiência e a alternância de moradores, quando constatada, mostrou-se muito mais lenta do que comumente se aponta. Ao contrário, a permanência, de grande parte dos moradores, condiciona o desenvolvimento de uma afetividade pelo lugar onde existem vínculos estabelecidos e certa acomodação a um modo de vida. Sugerimos, assim, que a permanência de grande parte dos moradores mais antigos constitui um dos sentidos sociais da consolidação das periferias.

A relevância do esforço em fazer existir essa denominada periferia consolidada foi questionada durante todo o desenvolvimento desta dissertação. Contudo, revela uma escolha em relativizar e complexificar tanto a heterogeneidade como a consolidação das periferias, ao invés de naturalizá-las. Como procuramos sugerir nas considerações finais, a tensão que faz parte da determinação e definição das periferias consolidadas não deve ser menosprezada pela elaboração de políticas públicas.

Quando antigas categorias e conceitos mostram-se insuficientes para descrever a realidade, são criadas novas categorias. Nesse movimento do pensamento, principalmente quando se trata da compreensão da estrutura sócio-espacial da metrópole, a redução da escala de análise ao lugar é fundamental. O exercício de desvelar a singularidade e a experiência do lugar pode indicar elementos imperceptíveis em outras escalas.

Por fim, vale salientar que não há a pretensão de esgotar essa temática num trabalho de proporções modestas, inclusive porque, a produção intelectual, sendo socialmente determinada, não se dá nunca por acabada.

1 PERIFERIAS EM SÃO PAULO: nexos entre urbanização e planejamento urbano

Este primeiro capítulo, um breve histórico de maneira a contextualizar a análise que o sucede, está dividido em duas partes. Na primeira parte, detemos-nos em uma sucinta reconstituição da urbanização na cidade de São Paulo¹ a partir de 1930. O objetivo é compreender como e quando o processo de periferização passa a marcar a urbanização do território paulistano.

Para tanto julgamos necessário observar o processo de urbanização em São Paulo em três momentos distintos: de 1930 até 1955, período em que se consolida a industrialização e a urbanização, esta última sendo condição e ao mesmo tempo produto daquela; de 1956 até 1979, período que se inicia com a transição para um modelo de industrialização pesada, baseado no endividamento externo e que é caracterizado pela explosão de uma crise social na cidade controlada em grande parte pela repressão militar e, por fim, de 1980 até o momento atual, no qual as mudanças promovidas na estrutura da acumulação capitalista pela revolução informacional resultaram em desemprego e competição entre cidades.

Na segunda parte, recuperamos algumas ações e práticas no âmbito do planejamento urbano que são importantes para compreender de que maneira a atuação profissional do planejador e as decisões de governo se relacionam ao crescimento periférico. Além disso, destacamos de que forma o conceito periferia entra no escopo do planejamento urbano. A periodização dessa parte, embora dialogue, é independente daquela realizada para compreender o fenômeno da urbanização, uma vez que o planejamento urbano é entendido como um instrumento político constituído de certa autonomia, não sendo, portanto um mero epifenômeno da forma, resultante esta do processo de urbanização.

Ao final do capítulo, reforço alguns nexos entre urbanização, planejamento urbano e periferias.

¹ O objeto dessa pesquisa é a consolidação das periferias na metrópole de São Paulo. Entretanto para entender a própria dinâmica da metrópole, por vezes, sentimos a necessidade de ampliar a escala das análises para o estado ou mesmo para transformações de âmbito nacional.

1.1 Processo de urbanização paulista: bases do crescimento periférico

Segundo o Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa (1959, p.2137) o termo urbanização data de 1813 e, assim como urbano e urbanidade, deriva de urbe (do latim) por via culta. Esse conjunto de palavras está relacionado à vida e à qualidade do que pertence a uma cidade, bom tom, bons costumes, polidez, linguagem espirituosa. O urbano indica, portanto, um modo de vida, uma tessitura específica de relações, uma organização que se diferencia das relações existentes no campo.

Especificamente a respeito da definição de urbanização, encontramos no Dicionário de Sociologia (1997, p. 245) a seguinte definição: “Urbanização é o processo através do qual populações acabam por se concentrar em grandes comunidades – cidades – que são essencialmente não agrícolas e são organizadas sobretudo em torno da produção de serviços e bens acabados”.

O trabalhador urbano se caracteriza, portanto por não produzir todos os produtos necessários à sua sobrevivência. É a urbanização que oferece, nas cidades, as condições necessárias para a reprodução desse trabalhador, que por sua vez, garante a cooperação urbana e o desenvolvimento das forças produtivas.

Segundo Gonçalves e Semeghini (1988, p.274):

O processo de urbanização é a expressão histórica concreta, organizada no espaço, do desenvolvimento e da mudança social. Explicá-lo corresponde a analisar como o processo de desenvolvimento [...] se materializa numa determinada divisão social e territorial do trabalho, que corresponde a uma contínua reordenação da população e da produção no território, sob uma regulação historicamente crescente do Estado.

Nessa direção, Santos (1993 *apud* RIBEIRO, 2000) afirma que a urbanização, em seus elos diretos e indiretos com alterações nas atividades econômicas, constitui uma dinâmica modernizadora que, ao mobilizar recursos materiais e imateriais, transforma a totalidade da experiência social, bem além dos marcos construídos, ou seja, da vida nas cidades.

No Brasil, segundo Oliveira (1977), a urbanização está intrinsecamente relacionada ao desenvolvimento do capitalismo. Para este autor, “a urbanização da economia e sociedade brasileiras nada mais é senão a extensão a todos os recantos e setores da vida nacional, das relações de produção capitalistas” (p.74).

Para analisar o processo de urbanização em São Paulo, portanto, optamos por periodizá-lo de acordo com as fases do capitalismo no Brasil a partir da

reestruturação do estado em 1930, destacando as mudanças sócio-espaciais em cada fase. Objetivamos com isto, iluminar a produção e reprodução do que chamaremos de periferias urbanas.

1930-1955 Industrialização e fenômeno urbano: a casa financiada pelo trabalhador

Antes de 1930, segundo Oliveira (1977), o Estado não era mais que uma projeção da oligarquia reacionária nacionalista e, havendo se subsumido nela, desfigurou a cidade. A burguesia industrial emergente não detinha o controle do Estado e, portanto, não conseguia imprimir sua marca à cidade, utilizando a maior parte do excedente econômico para sustentar a própria atividade cafeeira.

No momento em que essa "política do café" se desfaz², avança e se aprofunda a divisão social do trabalho em direção à industrialização. A reestruturação do Estado brasileiro, centrado na figura autoritária de Getúlio Vargas, representou a unificação de um mercado nacional e o enfraquecimento das oligarquias locais³, criando condições para uma crescente concentração do capital (SINGER, 1977; OLIVEIRA, 1982).

O urbano nesse período é, portanto, a afirmação da sede urbana da produção e do controle político-social em contraposição ao campo. Representava a possibilidade de uma mobilidade horizontal-vertical, que socialmente legitimava o crescimento industrial, oferecendo perspectivas individuais e mesmo de classe aos que saíam do campo em busca das oportunidades de trabalho nas cidades (OLIVEIRA, 1977). A relação entre o Estado e o urbano consiste precisamente na regulamentação das relações entre capital e trabalho⁴.

De qualquer modo, o decréscimo da população economicamente ativa rural nos anos 40 e 50, não chegou à metade do êxodo rural verificado nos anos 60, período que analisaremos a seguir, quando se acelera a urbanização devido a inúmeros fatores.

² Pela convergência da sua própria inviabilidade de acumular, já que dilapidava boa parte do excedente que formava nas despesas financeiras de sua própria sustentação, com a inviabilidade da manutenção do esquema de relações internacionais que lhe dava garantia de reposição (OLIVEIRA, 1977).

³ Um enfraquecimento bastante relativo, como adverte a análise de Florestan Fernandes. Para esse sociólogo, a burguesia industrial assume a hegemonia política na sociedade sem que se verifique sua ruptura com os interesses hegemônicos das oligarquias rurais ligadas à economia agroexportadora. Essa ambigüidade entre ruptura e continuidade impede que a modernização brasileira se complete, ou melhor, representa a modernização do atraso ou o desenvolvimento moderno do atraso.

⁴ Na origem dessas perspectivas, a criação de uma legislação do trabalho aplicável unicamente às maiores cidades, possibilitando aos assalariados urbanos um padrão de vida mais alto do que alcançariam no campo, desempenhou um papel fundamental.

A tabela 1 indica a intensidade de urbanização da população. A população urbana brasileira representava 31,2% da população total do país (41,2 milhões de pessoas) em 1940; 44,7% (70,9 milhões) em 1960; e 67,6% da população total de 119 milhões de pessoas, em 1980. A taxa de variação da população urbana brasileira foi de 4,9% entre 1940 e 1950; de, 8,6%, entre 1950 e 1960.

Tabela 1. População residente por situação do domicílio, 1940-2000.

Anos	Rural		Urbana		Total
	Absoluto	%	Absoluto	%	
1940	28.356.133	68,76	12.880.182	31,24	41.236.315
1950	33.161.506	63,84	18.782.891	36,16	51.944.397
1960	38.767.423	55,33	31.303.034	44,67	70.070.457
1970	41.054.053	44,08	52.084.984	55,92	93.139.037
1980	38.566.297	32,41	80.436.409	67,59	119.002.706
1991	35.834.485	24,41	110.990.990	75,59	146.825.475
2000	31.845.211	18,75	137.953.959	81,25	169.799.170

Fontes: Estatísticas Históricas do Brasil/volume 3 - Rio de Janeiro: IBGE, 1987 e Censo Demográfico Brasileiro – Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

Embora a população urbana aumentasse a taxas elevadas, desde os anos 1940, foi entre 1960 e 1980 que ocorreu a aceleração do processo de urbanização brasileiro. A taxa de variação da população urbana entre 1960 e 1970 foi de 11,2%, década que o Brasil passa a ser predominantemente urbano, e de 11,7% entre 1970 e 1980. A partir dos anos 1980 o ritmo da urbanização diminui um pouco, 8% entre 1980 e 1991 e 5,7% entre 1991 e 2000. Entretanto quando isso acontece quase 70% da população brasileira vive nas cidades e, chegamos ao ano 2000, com 81,3% da população total sendo urbana.

Nesse período de transição da economia agroexportadora para a industrial, a industrialização vai impor um padrão de urbanização que aparentemente é superior ao próprio ritmo da industrialização. Isto porque, a industrialização no Brasil não pôde se apoiar em nenhuma pretérita divisão social do trabalho no interior das unidades agrícolas (ao contrário do caso europeu) e, portanto teve que ser fundamentalmente urbana (OLIVEIRA, 1982).

Assim, as taxas de urbanização foram muito superiores ao próprio crescimento da força de trabalho empregada nas atividades industriais, uma vez que a industrialização exigia uma série de recursos que as cidades ainda não ofereciam.

Segundo Gonçalves e Semeghini (1988) a singularidade do processo da urbanização paulista, no contexto do país, relaciona-se ao modo como se estruturou o desenvolvimento da rede urbana, integrada por uma rede ferroviária, simultaneamente condição e resultado da expansão da acumulação originada no complexo cafeeiro. A articulação entre a capital e as demais regiões do território paulista, assim como entre este e outros estados, construiu um patamar de saída, para a industrialização, com que não contou nenhuma outra região do país.

Aos poucos, a rede urbana paulista começou a ter seu desenho modificado, em decorrência da superação da rigidez da malha das ferrovias pela gradual implantação de uma malha rodoviária (GONÇALVES; SEMEGHINI, 1988). A cidade de São Paulo torna-se o maior pólo industrial do país e é, portanto onde os problemas urbanos adquirem maiores proporções, como veremos a seguir.

Nesse período, o foco dos problemas urbanos estava na questão habitacional. Isso decorre, em grande parte, do fato da habitação, na era Vargas, passar a ser vista como condição básica de reprodução da força de trabalho e, portanto, como fator econômico na estratégia de industrialização do país. Além disso, a habitação é vista como importante elemento na formação ideológica, política e moral do trabalhador e, portanto, como decisiva na criação do trabalhador-padrão que o regime queria forjar como sua principal base de sustentação política (BONDUKI, 1998, p. 73).

A identificação do cortiço, resultado da produção rentista da habitação, como causa maior da criminalidade e da delinquência, ia ao encontro do desejo da elite de eliminá-los do centro e da necessidade do empresariado de movimentar o setor da construção civil⁵ (BONDUKI, 1998). Havia, portanto, uma espécie de consenso entre elite, empresariado e Estado de que a crise da moradia requeria a implantação de um novo modelo de atendimento das necessidades do trabalhador.

A pseudo-solução vislumbrada foi a localização do trabalhador nas franjas ainda rurais do Município, onde a terra era mais barata, em casas auto-construídas⁶. Em uma cidade que se urbanizava rapidamente e que esperava se industrializar sem dispor de grandes volumes de capital, a meta de viabilizar o acesso à casa própria unifamiliar

⁵ A crítica à produção privada reverteria também em defesa da intervenção estatal na produção da moradia, respaldando a criação ou o fortalecimento dos órgãos governamentais encarregados de produzir ou financiar a produção de habitações como as Carteiras Prediais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, e a Fundação da Casa Popular.

⁶ A prática de abertura de loteamentos em áreas ainda rurais sem qualquer infra-estrutura já existia desde o início do século XX, entretanto, na maioria dos casos os lotes eram comprados apenas como forma de investimento e permaneciam desocupados (GROSTEIN, 1989 *apud* BONDUKI, 1998, p. 284)

precisava ser cumprida sem exigir aumentos salariais, fazendo com que o trabalhador tivesse que dar conta de sua própria moradia (BONDUKI, 1998).

A década de 1930 parece ter sido um período de transição no qual foram criadas as condições indispensáveis ao acesso pelo trabalhador, ainda que precário, ao lote periférico, seja do ponto de vista financeiro, por meio de prestações, seja do ponto de vista do transporte, por meio da proliferação dos ônibus.

Contudo, até o início da década de 1940, o mercado rentista (o cortiço e as casas de vila) ainda era a principal alternativa de moradia. Foi a promulgação da Lei do Inquilinato em 1942, que congelou os aluguéis, reeditada até 1964, que acelerou o processo em curso de expansão periférica e a difusão da idéia da casa própria, uma vez que desestimulou a produção de moradias para aluguel e ocasionou indiretamente grande número de despejos⁷.

1956- 1979 Industrialização pesada e urbanização: espoliação urbana e repressão política

Neste período acentuam-se as características da urbanização presentes no período anterior. Para Singer (1977) a aceleração da urbanização seria o resultado de transformações na estrutura econômica provocadas pelo desenvolvimento de novas atividades, industriais e de serviços, necessariamente praticadas a partir de uma base urbana. A velocidade desse processo sofreria a influência do crescimento da população, o qual teria se acelerado, na América Latina, depois da 2ª Guerra Mundial, dos fatores de expulsão que atuavam nas zonas rurais produzindo a migração urbana e da expansão da rede de transportes.

O início da industrialização brasileira, pela substituição de importações, suscitara o surgimento de numerosos mercados monopolísticos sustentados pelo capital nacional. Com Juscelino Kubitschek presidente, o capital estrangeiro inicia a sua entrada neste processo de industrialização. Segundo Oliveira (1977) o Estado cria as condições para um desempenho oligopolístico do capital estrangeiro através da criação de mercados cativos protegidos por altas barreiras alfandegárias, créditos a juros negativos, expansão das empresas estatais fornecedoras de insumos básicos, propiciando os elementos do capital constante, contenção do crescimento do setor de produção de bens de capital, impondo composições técnicas extremamente favoráveis,

⁷ Para ver as contradições presentes no contexto de criação da Lei assim como nos seus efeitos, ver BONDUKI, 1998.

incentivos de toda espécie, deduções fiscais que funcionaram como financiamento da concentração de capital⁸.

A associação da burguesia nacional, abrindo mão, definitivamente, do papel de completar e controlar a modernização econômica do país, à burguesia internacional desfez a ambigüidade do Estado brasileiro, presente nos tempos de auge do populismo.

A conversão da agricultura em indústria, isto é, a modernização do campo e a intensa proletarização do trabalhador rural, equalizou os custos de reprodução da força de trabalho entre cidade e campo. Neste sentido, quando a força de trabalho ou sua unificação opera por seu lado o que a nacionalização e a internacionalização já haviam operado do lado do capital, a completa fluidez, urbaniza-se o país como um todo (OLIVEIRA, 1977).

No Estado de São Paulo, os dois ciclos de crescimento econômico, primeiro com o Plano de Metas (1955-1962) e depois com o chamado "milagre brasileiro" (1968-1973), tiveram efeitos diferentes sobre o processo de urbanização. Segundo Gonçalves e Semeghini (1988), o primeiro acarretou a concentração, na metrópole, da população, da indústria e dos serviços, e, o segundo, reforçou o crescimento e a modernização do interior do estado, provocando uma desconcentração relativa da população e da atividade urbana, tanto no setor secundário como no terciário.

É justamente entre as décadas de 1950 e 1960 que o Município de São Paulo apresenta a maior taxa de crescimento populacional, 5,6%. Esta taxa entra em um gradual declínio após esse período. No restante da Região Metropolitana de São Paulo, também observa-se um gradual declínio após os anos 1970, quando esta taxa passa de 8,74% para 6,34%, ainda bastante elevada. Nesse mesmo período, as demais regiões do Estado alcançam a maior taxa de crescimento desde 1940, isto é, 2,6%. Nas regiões do interior do Estado, a queda no crescimento populacional ainda é bastante sutil entre as décadas de 1980 e 1991.

⁸ Assim, o capital estrangeiro não só penetrou como conquistou posições hegemônicas, porém, como veremos mais adiante, este não conseguiu penetrar em alguns setores como petróleo, energia elétrica e telecomunicações, controlados pelo capital nacional.

Tabela 2. População residente. Município, Região Metropolitana e Estado de São Paulo, 1940-2000.

	Município de São Paulo	Taxa de crescimento anual	Outros Municípios da RMSP	Taxa de crescimento anual	Outras Regiões do Estado de São Paulo	Taxa de crescimento anual
1940	1.326.261	---	241.784	---	5.612.271	---
1950	2.198.096	5,18	424.690	5,79	6.571.637	1,59
1960	3.781.446	5,58	957.960	8,47	8.235.293	2,28
1970	5.924.615	4,59	2.215.115	8,74	9.632.218	1,58
1980	8.493.217	3,67	4.095.508	6,34	12.451.987	2,60
1991	9.646.185	1,16	5.798.756	3,21	16.143.984	2,39
2000	10.434.252	0,88	7.444.451	2,81	19.153.700	1,92

Fontes: Censos Demográficos IBGE e Prefeitura Municipal de São Paulo.

A migração foi a principal variável responsável pelo crescimento populacional, no período analisado, na Região Metropolitana e no Estado de São Paulo. A perda relativa do papel da migração na taxa de crescimento do município reflete um deslocamento gradual, a partir da Capital, da população migrante: primeiramente, dirigindo-se aos municípios da órbita metropolitana e, posteriormente, para as cidades de médio e grande porte do interior paulista⁹.

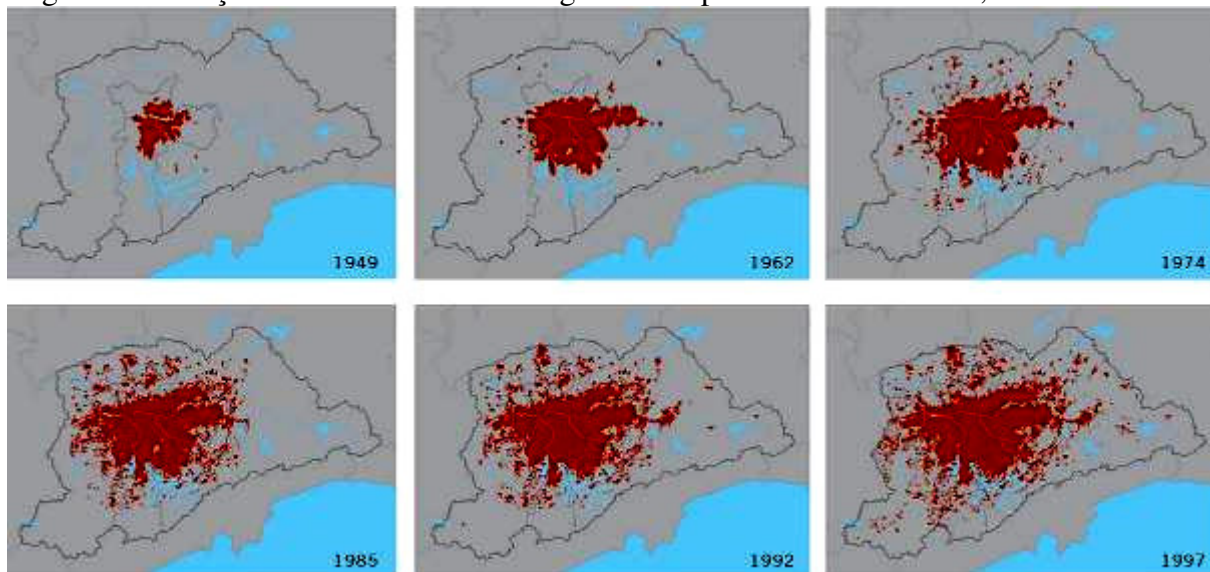
De qualquer forma, o importante a destacar é que a população, migrante ou não, concentrava-se cada vez mais nas cidades. A taxa de urbanização do Estado, em 1940, era de 37%, alcançando 53% em 1950. A taxa de urbanização avançou para 63% em 1960 e saltou para 89% em 1980¹⁰.

Na evolução da área urbanizada da Região Metropolitana de São Paulo, apresentada a seguir, nota-se o extravasamento dos limites do Município já na década de 1960 e a consolidação de uma mancha urbana contínua, próxima da que temos hoje, em 1985.

⁹ A hipótese de interiorização do desenvolvimento econômico apresenta alguns limites. Segundo Santos (1990) estaríamos diante de um processo caracterizado pela tendência ao esgotamento da centralização e da concentração históricas de atividades econômicas e de comando político nos contextos urbano-metropolitanos do país. Esse esgotamento estaria relacionado à crescente importância adquirida por cidades de porte médio no processo de industrialização e no desempenho de funções associadas à modernização da agricultura. Contudo, Spósito (2007) verifica que, apesar do crescimento populacional de cidades pequenas e médias no interior do Estado, o adensamento demográfico em torno da área metropolitana de São Paulo apresentou-se mais intenso. As diferenças entre o leste do Estado, onde está a maior parte da população, e o oeste, indicam que as diferenças regionais não se amenizaram entre os anos 1980 e 2000, tornando frágil a idéia difundida de interiorização da economia paulistana.

¹⁰ Dados extraídos de Gonçalves; Semeghini, 1988, p. 286.

Figura 1. Evolução da área urbanizada. Região Metropolitana de São Paulo, 1949-1997



Fonte: Meyer, R; Grostein, M.; Biderman, C. "São Paulo Metrópole". São Paulo: EDUSP/IOESP, 2004.

Na cidade de São Paulo, os trabalhadores que buscavam melhores condi es de vida, experimentavam, tragicamente, a precariedade.

Mesmo no período do "milagre brasileiro", a eleva o gradativa da produ o interna, longe de significar uma melhora generalizada das condi es de vida da popula o, implicou, em grande parte, apenas o reforço da capacidade de acumula o das empresas (CAMARGO *et al.*, 1976).

Além disso, os setores industriais modernos, ao criarem novas necessidades tanto pela difusão de produtos quanto pela exigência de qualifica o da mão-de-obra, provocaram grande aumento do consumo.

A difusão das novas mercadorias condicionava o orçamento familiar dos mais pobres na medida em que para a aquisi o de bens, que simbolizavam prestígio ou o sucesso, estes comprometiam suas receitas futuras, através do endividamento e do sacrifício do atendimento de necessidades vitais, como alimenta o, vestuário, saúde e habita o (CAMARGO *et al.*, 1976).

Para que a produtividade fosse mantida, apesar de comprometidas as condi es de nutri o e saúde dos trabalhadores, tornava-se imprescindível reduzir as necessidades de força de trabalho das empresas ou diminuir o ciclo de vida produtiva dos trabalhadores individuais. Em ambos os casos, selecionavam-se permanentemente os mais aptos, excluindo os demais¹¹. O uso deste mecanismo de sele o era possível

¹¹ Por exemplo, para que os trabalhadores mais qualificados fossem melhor pagos, mantendo-se o nível médio de remunera o, os trabalhadores menos qualificados tinham que ganhar menos.

porque o número de trabalhadores disponíveis era superior às necessidades das empresas, ou seja, havia um crescente exército industrial de reserva.

É importante destacar ainda que, embora o acelerado processo de crescimento de São Paulo seja explicado pela industrialização, fazendo com que cerca de 70% dos trabalhadores estivessem incorporados em unidades produtivas privadas, não havia, na indústria, trabalho para todos: cerca de 12,5% dos trabalhadores eram autônomos – artesanato, pequeno comércio e parte das profissões liberais – e 1,6% eram membros da família sem qualquer tipo de remuneração.¹²

Portanto, a maior parte dos problemas vividos pelos trabalhadores urbanos não decorriam do crescimento da cidade enquanto tal, mas de formas de organização da produção e distribuição da riqueza, ou seja, dos investimentos maciços, ditados pela lógica do lucro, destinados à aceleração da acumulação de capital, privilegiando os estratos mais ricos da população.

São Paulo, a partir da década de 1960, passou a ser objeto de intensos investimentos que remodelaram o espaço urbano, principalmente das áreas centrais. O conjunto de políticas colocadas em prática a partir da administração Faria Lima (1965-1969) originou sucessivas vias expressas, pontes, viadutos, alargamento e abertura de novas avenidas seguindo uma lógica voltada para o transporte individual em detrimento do público (KOWARICK; BONDUKI, 1994).

A intensificação da industrialização e o aumento do número de trabalhadores aumentaram a pressão sobre a oferta de habitações populares. Diante da crise da produção privada e do insuficiente resultado das iniciativas estatais, como vimos, a alternativa encontrada pela população de baixa renda eram as casas auto-construídas em loteamentos, freqüentemente irregulares, sem infra-estrutura e nas áreas periféricas da cidade.

Assim, as empresas transferiram o custo da moradia, conjuntamente com os gastos com transporte, para o próprio trabalhador e os relacionados aos serviços de infra-estrutura urbana, quando existentes, para o Estado (KOWARICK, 1979).

Nas periferias, o trabalhador estava sujeito à pauperização absoluta ou relativa e a um processo de “espoliação urbana”, no qual a ausência de bens de consumo coletivo aprofundou as suas precárias condições de sobrevivência. Nessas condições, resultado de um "modelo de ordem social" de características selvagens para a força de

¹² Os números foram extraídos de CAMARGO, 1976.

trabalho, somente um Estado de "feições nitidamente autoritárias e repressoras" seria capaz de controlar os conflitos sociais. (KOWARICK, 1979)

Aparentemente paradoxal face ao quadro de precariedade das periferias, indicadores registram amplo aumento da oferta de infra-estrutura no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980. Tal aumento deveu-se à centralização da oferta em grandes sistemas nacionais¹³ – como o Sistema Eletrobrás no setor de energia elétrica e os sistemas Telebrás e Embratel no de telecomunicações¹⁴.

Esse desenho institucional contribuiu amplamente para o aumento na oferta dos bens e serviços públicos, na medida em que permitiu que essas empresas desempenhassem suas funções na execução de políticas públicas de acordo com os mesmos procedimentos administrativos aplicáveis às empresas privadas, livrando-se de uma série de procedimentos burocráticos característicos do setor público.

Entretanto, a adoção de critérios técnicos de avaliação de projetos com origem na lógica privada acabou por privilegiar obras e serviços de discutível eficácia social, ocultando, por trás de uma racionalidade técnica-operacional, supostamente neutra e eficiente, decisões claramente políticas (SILVA, 2004 *apud* STRAUTMAN, 2007).

Dessa maneira, quando a maioria da população paulista já residia na metrópole, a infra-estrutura existente nesta começou a dar sinais de esgotamento. No início da década de 1970, o então prefeito nomeado¹⁵ da cidade de São Paulo, Figueiredo Ferraz declarava: "São Paulo precisa parar de crescer".

No contexto explosivo de expansão metropolitana, o poder público só se munuiu tardiamente de instrumentos legais que permitissem o alcance de um mínimo de ordenamento do uso do solo, reconhecendo o crescimento irregular periférico. No entanto, como veremos na próxima seção, tal iniciativa ocorreu quando o desenho urbano já estava em grande parte traçado em consequência da retenção de terrenos por

¹³ Operados por empresas de capital misto com controle estatal, em substituição ao antigo modelo de provisão pública direta. O novo modelo regulamentava e incentivava a transferência da maioria das funções executivas governamentais para a esfera das empresas estatais ou de economia mista, mantendo na esfera da administração direta as funções de regulação e controle.

¹⁴ No setor de infra-estrutura de saneamento não havia uma grande empresa nacional, mas empresas estaduais de água e esgoto, capitaneadas pelo Banco Nacional de Habitação – BNH, criado em 1964. Contudo, essas empresas estaduais operavam de maneira análoga às demais entidades operativas setoriais, com a diferença de que eram vinculadas às esferas estaduais de governo. A transformação do setor em um sistema nacional só se tornou possível a partir da criação do Sistema Financeiro de Saneamento (SFS) em 1968, consolidado por meio da política adotada no início da década de 1970, conhecida como Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANASA.

¹⁵ A partir de 1969 e até 1986, os prefeitos do Município de São Paulo foram nomeados pelo governo estadual.

grupos privados. Desta forma, a ação governamental restringiu-se a seguir os núcleos de ocupação criados pelo setor privado, e os investimentos públicos vieram colocar-se a serviço da dinâmica de valorização-especulação do sistema imobiliário-construtor (KOWARICK, 1979).

1980-2000 Revolução Informacional e reestruturação produtiva: precarização do emprego e heterogeneidade nas periferias

Esse período é marcado pelos efeitos da reestruturação produtiva da economia mundial. As inovações nas telecomunicações e os computadores, que começaram a ser comercializados na década de 1950, criaram as condições técnicas para que as empresas espalhassem suas redes e cadeias de produção na escala mundial.

O avanço da produtividade e a financeirização das economias, possibilitados pela reestruturação produtiva e pela globalização, intensificou o descolamento entre o processo produtivo e a valorização do capital¹⁶.

Dessa maneira, foram redefinidos a organização do chão-da-fábrica, a composição da força de trabalho, os padrões de relação entre e intra empresas, assim como as estratégias de *marketing* e localização (MARQUES; TORRES, 2000). Tais redefinições manifestaram-se claramente na organização dos territórios.

Como sintetiza Baeninger (2004, p.16):

No atual processo de reestruturação econômica, a dispersão espacial da produção tornou-se elemento central (SASSEN, 1990); a nova fase da acumulação capitalista pressupõe uma intensa mobilidade do capital (Sassen 1988), onde, dentre outros aspectos, a tecnologia da informação (telecomunicações, microeletrônica etc.) confere enorme dinâmica à produção e aos lugares (CASTELLS, 1989).

Portanto, estamos diante de um novo patamar da divisão internacional do trabalho. Esta se dá de forma mais profunda, levando a mais circulação e mais movimento devido à complementaridade necessária entre unidades produtivas. Mais circulação e mais movimento permitem de novo o aprofundamento da divisão territorial do trabalho, sendo assim criada, mais especialização do território (SANTOS, 2005, p.123).

¹⁶ De acordo com Tavares (1998), a finalidade maior do capitalismo seria mesmo a valorização do capital e não a sua acumulação. Segundo sua leitura da teoria marxista, o capital tenderia cada vez mais para a forma dinheiro afastando-se do valor-trabalho, comprovando que o sonho de qualquer capitalista é libertar-se da mercadoria e do trabalho.

A complementaridade entre territórios, cada vez mais especializados, faz com que as metrópoles, nas últimas décadas, não importa onde se situem, trabalhem em compasso com o ritmo do mundo. Desse modo, funcionam e evoluem segundo parâmetros globais, embora tenham especificidades que se devam à história do país onde se encontram e à própria história local (SANTOS, 1990a).

No contexto brasileiro, São Paulo beneficiou-se das pré-condições garantidas por sua posição de principal metrópole industrial para mudar qualitativamente e concentrar novas condições de comando da economia do país.

Desse modo, ainda que nos últimos anos o crescimento da região metropolitana tenha-se retraído diante de outras regiões que tiveram sua produção dinamizada, a metrópole de São Paulo continua a liderar a economia brasileira, exercendo o comando da articulação dos serviços e do capital financeiro.

É importante destacar, porém, que as conseqüências sociais da desconcentração e da reestruturação da indústria foram claramente negativas para a metrópole. Os empregos industriais caíram significativamente, enquanto outros setores da economia não foram capazes de criar empregos no mesmo ritmo, com a mesma qualidade e nos mesmos locais¹⁷.

Por outro lado, ainda que o emprego na indústria garantisse certa estabilidade aos trabalhadores, estes não alcançaram, nem mesmo em São Paulo, direitos e benefícios nos moldes de uma efetiva sociedade salarial. Logo, o aumento da produtividade do trabalho, desse trabalho abstrato e virtual, não pôde ser menos que devastador.

Como destaca Oliveira (2003, p.142):

Aproveitando a enorme reserva criada pela própria industrialização, como "informal", a acumulação molecular-digital não necessitou desfazer drasticamente as formas concreto-abstratas do trabalho, senão em seus reduzidos nichos fordistas. Realiza, então, o trabalho de extração de mais-valia sem nenhuma resistência, sem nenhuma das porosidades que entravavam a completa exploração.

Se a modernização produtiva e a desconcentração industrial teriam resultado em altos índices de desemprego e na precarização do trabalho no Brasil, estes seriam fortemente agravados pelas reformas liberais pactuadas no contexto da renegociação da

¹⁷ Os dados sobre o mercado de trabalho na RMSP apontam queda da participação da indústria no emprego total entre 1976 e 1995 (de 39,5% para 24,1%). Entretanto, essa queda não ocorreu no estado como um todo, já que a participação estadual aumentou entre 1971 e 1986 de 15,5% para 24%. De qualquer forma, a partir de 1990, a participação do emprego industrial do estado caiu também no interior. (MARQUES; TORRES, 2000).

dívida externa¹⁸, que começaram a ser efetivamente implementadas durante a década de 1990, com a abertura comercial e a privatização de empresas públicas.

Assim, não apenas a taxa de desemprego cresceu muito, mas também as condições de inserção no mercado de trabalho — em termos de segurança e benefícios sociais — pioraram bastante. Enquanto o total de trabalhadores cresceu 37,9% entre 1985 e 1998, os registros de carteira assinada do setor privado cresceram somente 2,1% (MARQUES; TORRES, 2000).

Esses processos têm produzido enormes impactos sociais na cidade de São Paulo. A expansão do desemprego e do trabalho sem regulamentação resultou tanto no empobrecimento do proletariado como de uma parte da classe média, assim, observamos uma diminuição da pobreza relativa, mas o aumento da pobreza absoluta. Ao mesmo tempo, a sofisticação do mercado financeiro e dos serviços produtivos consolidou um segmento de profissionais de alta qualificação e elevado rendimento, ampliando a antiga desigualdade do mercado de trabalho urbano.

Nesse contexto, Ribeiro e Lago (1994) destacam a diversificação socioeconômica das áreas periféricas, as quais reproduziriam, em seu interior, a estrutura núcleo/periferia. Esta reprodução decorreria da difusão da pobreza pelo tecido metropolitano, em contraposição ao movimento de estruturação prevalecente nas décadas anteriores, e do surgimento de novas formas de segregação das camadas médias. Os autores sustentam que esses processos foram produzidos não apenas pela crise econômica nas cidades brasileiras, mas também por transformações nos processos de produção do ambiente construído.

Nas periferias da metrópole paulista misturam-se antigos e novos loteamentos, conjuntos habitacionais e favelas. Estas últimas surgidas principalmente a partir de meados da década de 1970.

As primeiras favelas surgiram em São Paulo no início da década de 1940, também como resultado da crise de habitação, assim como os loteamentos periféricos.

¹⁸ Durante a década de 1970, o Brasil, seguindo o exemplo de outros países capitalistas periféricos, aproveitou a abundância de crédito no mercado internacional para realizar um grande plano de investimento, no período que ficou conhecido como o do “milagre econômico”. No entanto, a crença na continuidade das condições favoráveis e no aumento dos fluxos de comércio internacional deixou o país numa situação vulnerável. Quando os Estados Unidos aumentaram a sua taxa de juros doméstica em reação às crises do petróleo, elevou-se também o serviço da dívida, estabelecendo-se uma crise de liquidez no Brasil. Para a rolagem da dívida e a concessão de novos empréstimos, o Brasil assinou em fevereiro de 1983, com o Fundo Monetário Internacional – FMI, um acordo que obrigava o país a seguir uma série de determinações como a liberalização da economia e controle do déficit público (STRAUTMAN, 2007).

Entretanto, seu crescimento permaneceu limitado até a década de 1970, devido à grande oferta de lotes periféricos, a alternativa mais aceita pela população pobre. Quando ocorre uma diminuição dessa oferta por uma conjunção de fatores,¹⁹ a população pobre passa a ocupar as áreas sobranes do mercado, em geral áreas verdes públicas e/ou de proteção ambiental.

Tabela 3. Evolução da população nas favelas. Município de São Paulo, 1973-2000.

Ano	População	% em relação à pop. total	Taxa de crescimento anual
1973	71.840 ⁽¹⁾	1,1%	--
1987	812.764 ⁽²⁾	8,8%	18,92
2000	1.160.597 ⁽³⁾	11,2%	2,78

Fontes: (1)PMSP: Favelas no Município de São Paulo, 1973; (2)PMSP/SEHAB: Censo das Favelas do Município de São Paulo, 1987; (3)PMSP/SEHAB/CEM: Base Cartográfica de Favelas, 2000.

As informações relativas a favelas têm sido usadas como indicadores da precarização das condições de vida nos grandes centros urbanos, não obstante o aumento da oferta de serviços públicos e a melhoria de vários indicadores sociais apontados nos anos 1980 e 1990²⁰. No caso de São Paulo, autores como Kowarick (2002), alegam que a situação social da região metropolitana se agravou sobremaneira, devido ao aumento do desemprego e do emprego informal, combinado a forte crescimento da violência e da população favelada (MARQUES; TORRES; SARAIVA, 2003).

Caldeira (2000) reconheceu no novo padrão de segregação social e espacial em São Paulo, a crescente produção de "enclaves fortificados" em um tecido urbano mais diversificado e fragmentado. Para a autora, com este novo padrão, as distâncias espaciais entre ricos e pobres diminuem, a discriminação aumenta e a interação social praticamente desaparece.

Ainda que a crescente violência urbana sirva de justificativa para aqueles que se escondem atrás de muros e portões, como nos condomínios Alphaville e Tamboré, a opção por estes condomínios também revela uma forma de distinção, e, portanto, de demonstração de status. Dessa maneira, encontramos, hoje, condomínios

¹⁹ A aprovação da Lei de Zoneamento em 1972 exigia do loteador uma maior inversão de capital na produção de seus empreendimentos o que encarecia o preço final do lote. Além disso, a nova lei federal de parcelamento do solo de 1979 considerava crime o ato de lotear clandestinamente. O estoque de terras nos limites do Município de São Paulo também havia se tornado escasso. Como vimos, na década de 1980, a mancha urbana já havia extrapolado para áreas muito distantes da região central do Município, tornando mais caro o custeio do transporte, por vezes inclusive intermunicipal. Por último, mas não menos importante, registra-se a substancial redução do poder aquisitivo dos trabalhadores menos remunerados principalmente entre 1968 e 1975.

²⁰ Cf. FARIA, 1992 e MARQUES; GONÇALVES; SARAIVA, 2005.

fechados também destinados à classe média baixa, que procura se distinguir do entorno de mesmo perfil socioeconômico ou relativamente inferior²¹.

Ribeiro (1997) denominou de involução intra-metropolitana, em uma referência ao conceito de involução metropolitana de Milton Santos, essa conjuntura que se expressaria não apenas através da subordinação de antigos setores hegemônicos da economia às novas condições da eficiência e da eficácia capitalistas, impostas pelas novas relações externas do mercado mantidas pelo país, mas, sobretudo, através da possível redução de tradicionais possibilidades de sobrevivência dos pobres.

Compreender o processo de urbanização é imprescindível para a análise da atual configuração espacial das cidades, suas formas e significados. Nesse sentido, vale destacar a explicação de Milton Santos, apropriando-se de Gramsci, ao defender que cada lugar exige o desvendamento do mistério da forma, uma forma particular, pois a estrutura é o presente, enquanto a forma é "o resíduo de estruturas que foram presentes no passado":

Destas, algumas já desapareceram da nossa visão, e às vezes mesmo do nosso entendimento. Nos conjuntos que o presente nos oferece, a configuração territorial, apresentada ou não em forma de paisagem, é a soma de pedaços de realizações atuais e de realizações do passado (SANTOS, 1994, p.69).

A seguir, veremos de que maneira o planejamento urbano atuou como instrumento de intervenção no processo de urbanização de São Paulo, até aqui brevemente analisado, dando ênfase na relação entre o planejamento urbano e as periferias.

1.2 Planejamento urbano: classificação e ordenamento na reprodução das periferias

O planejamento urbano ao mesmo tempo em que é impactado por mudanças nos governos e pelas conjunturas econômicas, constitui-se numa atividade ora mais técnica ora mais político-social, com relativa autonomia, que depende da ideologia do corpo profissional que ocupa os espaços de exercício dessa atividade.

Nesse item, trataremos do planejamento urbano, entendido como um conjunto de práticas de intervenção e normas de regulação do território. Citaremos a

²¹ Cf. OTTAVIANO, 2006 e COSTA, 2006.

visão da cidade adotada pelo planejamento urbano em diferentes períodos, de maneira a favorecer a nossa compreensão da reprodução das periferias.

Antes de 1930, destacavam-se os planos de melhoramento e embelezamento das áreas centrais e de expansão por meio da construção de ferrovias e obras de infraestrutura (LEME, 1999). As intervenções urbanas visaram principalmente criar uma nova imagem da cidade, em conformidade com os modelos estéticos europeus, (RIBEIRO; CARDOSO, 1994) para satisfazer o gosto de uma elite ligada ao comércio internacional, principalmente através do café.

A década de 1930 marca a consideração do planejamento urbano como um novo campo de intervenção da administração pública. Os planos elaborados, a partir dessa data, têm por objeto o conjunto da área urbana. Com uma visão de totalidade, objetivavam a articulação entre os bairros, o centro e a extensão das cidades através de sistemas de vias e de transportes. Entretanto, a cidade reconhecida era aquela edificada de acordo com os meios formais de produção.

Quando Prestes Maia assume a Prefeitura de São Paulo (1938-1945) utiliza o Plano de Avenidas que elaborara oito anos antes como base para as transformações projetadas no sistema viário. A cidade tem, assim, transformada a sua antiga estrutura viária: implantam-se várias vias radiais e é definido o traçado dos anéis viários.

Dessa maneira, o cenário da cidade nos anos 1940 é contraditório e ambíguo, de crise e de progresso: “enquanto os trabalhadores sofrem com a falta de moradia, São Paulo é renovada por novas avenidas e "embelezada" por arranha-céus, num contexto de opulência, especulação imobiliária e industrialização” (BONDUKI, 1998, p.249).

O reconhecimento da clandestinidade e das periferias

Embora houvesse conhecimento dos problemas relacionados à cidade auto-construída irregularmente e, não obstante, a visibilidade das classes populares na crise da República Velha, a legislação urbana fazia de conta que aquela cidade não existia, permitindo, portanto, que não fosse atendida pelos serviços urbanos. No Código Artur Saboya, de 1929, não havia nenhum mecanismo para reconhecimento dessas áreas irregulares.

Somente em 1934, com a Consolidação do Código Arthur Saboya, reconhece-se a existência dos “terrenos situados em vilas ou vielas sem melhoramento público” (ROLNIK, 1999). É introduzido um novo artigo que prevê que para construir

casas operárias, em qualquer zona da cidade, não é necessário alvará, bastando uma comunicação à Diretoria de Obras e a entrega da planta. Além disso, as construções particulares sem licença e as ruas irregulares já podiam ser regularizadas²².

A possibilidade de regularização, ao contrário do previsto, estimulou a abertura de novos loteamentos irregulares. Segundo Rolnik (1999, p.117), “as maiorias clandestinas entram, assim, na cena política urbana devedoras de um favor de quem as julgou admissíveis”.

No momento em que a cidade dos pobres poderia ser anistiada, a cidade dos ricos se defende. No discurso da elites, diante do "populismo de Estado", seu território necessita de uma proteção legal diferenciada: uma proteção que tenha, ao contrário da anistia do território popular, um perímetro e uma regra claramente definidos em lei (ROLNIK, 1999).

Na esfera municipal, as normas que regulamentavam a atividade de arreamento e loteamento pouco se alteraram entre 1934 e 1972. A Lei de Zoneamento, como veremos, promulgada finalmente em 1972, será a expressão técnica de um ideário de planejamento que buscava corresponder ao exercício de uma espécie de controle qualitativo do território. Na época, havia outras posições mais factíveis como a regularização em massa dos loteamentos e a adequação das leis às condições econômicas dos trabalhadores, mas eram minoritárias e não tinham força (GROSTEIN, 1987).

O ideário de uma época: a cidade controlada

Entre os anos 1940 e 1950, os órgãos responsáveis pelo planejamento urbano passam a compor a estrutura administrativa das prefeituras das principais cidades e novos tipos de profissionais passam a atuar na área (LEME, 1999).

O ideário que prevalecia entre os urbanistas até os anos 1970 era a de uma cidade contida dentro de determinados limites, por meio da manutenção de um cinturão

²² A regularização das vias não passava por nenhum crivo técnico, sendo aleatória e indiscriminada. Já a regularização de loteamentos previa uma avaliação de cada caso, considerando as exigências da lei e a realidade da ocupação. Contudo, a falta de sanções aos transgressores e a morosidade dos processos não favoreceram a regularização dos loteamentos irregulares. Entre 1934 e 1979, quando a lei federal de loteamentos sofreu alterações, foram regularizados apenas 101 loteamentos (GROSTEIN, 1987).

verde²³ em torno da área urbana, onde as atividades de habitação, lazer, comércio, serviços e indústrias tinham seus espaços claramente zoneados e identificados.

No Município de São Paulo, em 1947, é organizada a Secretaria de Obras e Serviços Municipais, e o Departamento de Urbanismo. Novas práticas são introduzidas, definindo o perfil normativo do novo órgão, e é definido um novo saber, exclusivo dos técnicos do setor. A estrutura deste Departamento é uma transposição da idéia de *planning* em vigor nos Estados Unidos, reiteradamente propagada pelo engenheiro Anhaia Mello²⁴.

A idéia de conter a cidade tornava-se obsessiva. Este projeto ao concentrar a atenção dos urbanistas, impedia que estes se dedicassem à criação de um instrumental para o planejamento que contemplasse a nova cidade que se configurava e que, como expressão de máxima rejeição, classificava-se de clandestina ou irregular (GROSTEIN, 1987).

Enquanto a cidade se expandia e a clandestinidade se reproduzia, o ideário de planejamento urbano não se voltava para o equacionamento desses processos, considerados conjunturais. Estruturavam-se idéias e propostas distanciadas do contexto brasileiro de intensa industrialização e urbanização.

Consolida-se assim, em São Paulo, uma prática de desobediência consentida acompanhada de sucessivas anistias para situações produzidas fora das normas (GROSTEIN, 1987). A ineficácia da legislação em regular a produção da cidade torna-se a verdadeira fonte de seu sucesso político, financeiro e cultural, num contexto urbano de concentração de riqueza e poder. A lei age como delimitadora de fronteiras de poder, conferindo significados a noções de civilidade e cidadania, mesmo quando não é capaz de determinar a forma final da cidade (ROLNIK, 1997).

Nesse contexto, diferencia-se, até certo ponto, o trabalho desenvolvido pela SAGMACS²⁵ para a Prefeitura de São Paulo, contratado em 1956, que abordaria, pela

²³ Inspirados na idéia de “cidade-jardim”, desenvolvida e praticada nos projetos das cidades novas inglesas do pós-guerra, que também tomava forma nos Estados Unidos, onde se afirmaria o conceito de unidade de vizinhança.

²⁴ Após 1946, a influência americana na organização da administração pública se expande, nas instituições brasileiras, por meio de programas de cooperação técnica em administração pública efetivados com organismos e universidades americanas. Anhaia Mello teria sido um dos principais expoentes de propagação do planejamento como função de governo por estar pautado em uma visão compreensiva da realidade, em seu caráter normativo, na adoção de processos de trabalhos coordenados e sistemáticos, no estabelecimento de atribuições e rotinas técnicas e na desvinculação da função de staff da executiva (FELDMAN, 2005).

²⁵ Sociedade da Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais.

primeira vez, a área conurbada, propondo diferentes escalas de intervenção e desenvolvimento regional.

Os estudos da SAGMACS, coordenados pelo Pe. Lebret, partiam de dois pólos extremos dos problemas existentes: de um lado, os levantamentos das potencialidades e necessidades regionais de desenvolvimento e, de outro lado, estudos do *habitat* das classes trabalhadoras e das habitações precárias. As concepções teóricas que orientaram esse modelo de pesquisa ficavam a meio caminho entre aquelas que defendiam o caráter orgânico da cidade e as de caráter racional-funcionalista (LAMPARELLI, 1994).

Acreditava-se que o conhecimento empírico deveria subsidiar e orientar o planejamento. O exaustivo trabalho de campo e de tratamento de dados possibilitava a análise e a comparação entre as diferentes configurações concretas dos espaços construídos da aglomeração urbana “em seus modos de ocupação e qualidade do desenho urbano”. Essa análise crítica destacava muitas das características negativas do *habitat* que, no relatório final, eram denominadas “anomalias do processo de urbanização e de sua regulamentação”, contra estas “anomalias” deveriam ser orientadas as legislações urbanísticas de loteamentos, zoneamentos e as políticas de adensamento (LAMPARELLI, *op. cit.*).

Contudo, a administração de Ademar de Barros (1957-1961) interrompeu a pesquisa da SAGMACS, quase inviabilizando sua conclusão, e não publicou seus resultados, até hoje pouco conhecidos (LAMPARELLI, *op. cit.*).

O reconhecimento da expansão urbana pelo “sub-parcelamento dos loteamentos periféricos” e da falta de equipamentos urbanos; a defesa de uma cidade multipolar com descentralização político-administrativa e, ainda, a limitação dos direitos oriundos da propriedade de terra pelo interesse geral, mostra-nos como um trabalho rigorosamente técnico pode também ser progressista. A análise técnica é um instrumento ideológico cuja utilização pode levar a resultados conservadores ou progressistas, concentradores ou redistributivos. Assim, a questão é: por quem, para quem e como é utilizada?

Ao longo da década de 1960, os técnicos do Departamento de Urbanismo concentram-se no detalhamento da classificação de usos do solo, no aprimoramento de índices e tipologias de zonas, e na demarcação de distritos para definição de perímetros das zonas. Apenas com esta função serão utilizados os princípios de divisão da cidade em unidades escalonadas propostos pela SAGMACS (FELDMAN, 2005).

Predominou a visão do urbano como um problema de desenvolvimento econômico, a ser tratado de forma racionalizada e administrativa²⁶ (RIBEIRO; CARDOSO, 1994). Uma das primeiras formulações neste sentido é de Jorge Wilhelm (1969 *apud* RIBEIRO; CARDOSO, 1994, p. 86):

No quadro geral do subdesenvolvimento, os problemas urbanos assumem papel importante e específico; impossível, em nossa opinião, isolar a análise desses problemas ou sua solução daquele quadro geral. Por isso, o urbanismo, como técnica de transformação da realidade, deve ter um objetivo fundamental na atual conjuntura: o de contribuir à superação do desenvolvimento, atuando especificamente sobre as estruturas urbanas, transformando-as e as utilizando.

Desse modo, o zoneamento foi o principal instrumento utilizado para atingir os objetivos de criação de uma cidade eficiente e funcional. Nesse sentido é que Feldman (1997) afirma que o zoneamento ocupa o lugar do plano.

O conteúdo do Plano Urbanístico Básico – PUB, primeiro Plano depois do Plano de Avenidas, contratado em março de 1968 com uma empresa privada de consultoria, continha o zoneamento e seguia a legislação americana dos anos de 1930.

O trabalho entregue no início de 1969, quando terminava a gestão Faria Lima, com seu extenso diagnóstico da cidade “das mesas do consórcio foi direto para as prateleiras da prefeitura” (VILLAÇA, 1999). O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI, de 1971, pouco considerava os estudos do PUB e em nada contribuiu com relação a propostas para a Lei de Zoneamento aprovada no ano seguinte.

Nas palavras de Feldman (2005), o zoneamento representa um novo código, uma nova escala de análise, mas confirmava a manutenção da velha ordem. Na nova Lei de Zoneamento, enquanto as áreas centrais eram minuciosamente recortadas, as periferias seriam indistintamente definidas como Z2 (zona de uso predominantemente residencial de densidade demográfica baixa)²⁷. Afinal, era o que sobrava da cidade.

²⁶ A política urbana é centralizada e são criados órgãos federais como o SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, criado em 1974. Entre outras atribuições mais ligadas à habitação, é também conferida a este órgão a atuação no planejamento urbano, dando diretrizes e prestando assessoria aos municípios. A partir desse momento, define-se uma política nacional de planejamento urbano e os planos são feitos com base em metodologia estabelecida pelo SERFHAU (LEME, 1999). Feldman (2005) demonstra que esse órgão legitimou a atuação dos arquitetos como planejadores, assim como teria disseminado a prática de elaboração de planos e outros instrumentos urbanísticos por meio de empresas privadas de consultoria.

²⁷ Essa questão será novamente abordada, no próximo capítulo, partir das colocações feitas por um dos especialistas entrevistado.

As reivindicações e o provimento de infra-estrutura

Ainda que a visão técnica prevalecesse na regularização dos loteamentos, as denúncias, principalmente por parte dos jornais comunistas, e as mobilizações crescentes tornaram politicamente insustentável, para o poder público, ignorar quase metade das ruas da cidade, deixando-as sem infra-estrutura e serviços urbanos.

Como nos adverte Kowarick e Bonduki (1994), no período pós-guerra, com a redemocratização e a necessidade de incorporar as massas urbanas no processo político, surgiram as condições propícias à emergência de movimentos populares que, embora “guardando certa autonomia reivindicativa, passaram a ter no Estado sua referência mais importante”.

Apesar de social e economicamente excluídas e politicamente subalternizadas, as massas urbanas constituíam, por meio do voto, uma das bases de legitimação das formas de dominação então vigentes: uma política clientelista baseada na barganha entre a obtenção de melhorias nos bairros e apoio eleitoral.

A proximidade das primeiras eleições diretas para prefeito, realizadas em 1953,²⁸ e das comemorações do IV Centenário da Cidade acelerou a tomada de providências com relação à cidade irregular. Segundo Bonduki (1998), das alternativas para solucionar o problema das ruas particulares – submetê-las a um processo de regularização após algum crivo técnico ou promover uma oficialização em massa das ruas em certas áreas –, a administração optou pela segunda. A medida era de interesse da Secretaria de Finanças, pois acelerava a cobrança de impostos, mas, desagradava o Departamento de Urbanismo e as corporações profissionais, uma vez que as ruas a serem incorporadas estavam em desacordo com critérios técnicos mínimos.

A oficialização em massa das ruas, entretanto, somente seria aprovada no mandato seguinte, no governo de Jânio Quadros, como parte de um Plano de Emergência. Jânio Quadros, candidato por partidos pequenos de oposição, contou com o apoio das organizações de moradores dos bairros periféricos. Segundo Moisés (1978) citado por Bonduki (1998, p. 301): "sua vitória, ocorrida numa conjuntura de mobilização dos trabalhadores, representou a derrota das forças tradicionais e indicou o peso político dos novos bairros carentes".

²⁸ De 1930 até 1947, os prefeitos de São Paulo eram nomeados, por interventores federais no Estado de São Paulo (indicados pelo Presidente da República). Após essa data e até 1953, foram nomeados pelos governadores eleitos do estado.

O Plano previa dotar os bairros periféricos de “serviços locais de captação de águas pluviais e servidas, apedrejamento e pavimentação de ruas, retificação e canalização de córregos, ajardinamento e arborização, construção de praças, coordenação das obras públicas com os transportes urbanos” (BONDUKI, 1998, p.302).

A oficialização de vias (em 1953, 1955, 1962, 1968 e várias na década de 1970) resolvia problemas de tributação e indiretamente propiciava, ao morador de loteamentos clandestinos, a obtenção da almejada escritura definitiva de lotes, pois era possível o seu registro público desde que dessem frente para uma via oficial, apesar do loteamento permanecer irregular. Além disso, sinalizava a expansão da infra-estrutura urbana, já que somente vias oficiais podiam ser alvo dos investimentos públicos.

Inicia-se, portanto, o processo de incorporação dos bairros periféricos à cidade, com o poder público assumindo a responsabilidade pelo investimento não realizado pelo promotor privado, o que, mais uma vez, acabou por estimular o crescimento periférico.

Assim, estabeleceu-se “uma certeza e uma tradição”: quem conseguia comprar e ocupar um pedaço de terra num loteamento qualquer ingressava em um processo que, mais cedo ou mais tarde, garantir-lhe-ia, com grandes sacrifícios na sua qualidade de vida, mas a um custo reduzido, a propriedade da casa e o acesso aos serviços urbanos (BONDUKI, 1998).

A centralização do estabelecimento das diretrizes para regularização dos loteamentos, assim como das atividades de aprovação e efetivação da regularização²⁹ criou as bases para uma política de regularização em massa.

Por volta de 1981, a perspectiva da redemocratização com a eleição direta para prefeitos, somada ao fortalecimento dos movimentos populares, forçou o poder público a reorganizar-se para enfrentar a questão da regularização de loteamentos, quando já cerca de 21% da área total do município de São Paulo era formada por loteamentos irregulares.

Na medida em que a reivindicação básica e o elemento aglutinador dos movimentos populares era a luta pela escritura definitiva do lote, o poder público, com uma visão imediatista e parcial da questão, organizou-se administrativamente para

²⁹ O estabelecimento das diretrizes ficaria a cargo da Coordenadoria Geral do Planejamento – COGEP criada em 1972 e a aprovação e aplicação da regularização seriam concentradas na Diretoria de Parcelamento do Solo – PARSOLO, criada em 1977. Ambas representavam o destino dado às antigas divisões e subdivisões do extinto Departamento de Urbanismo (GROSTEIN, 1987).

atender a esta solicitação, privilegiando então, na política de regularização, os aspectos jurídico-administrativos (GROSTEIN, 1987).

A regularização em massa ao focalizar os aspectos jurídico-administrativos e relegar os aspectos urbanísticos a um segundo plano, ratificou a separação entre cidade formal e informal.

As periferias ao longo de décadas, tiveram as suas condições físico-urbanísticas melhoradas por investimentos dos próprios moradores e do poder público³⁰, ainda que o investimento desse último tenha ficado aquém do realizado na cidade formal.

Na grande maioria dos casos, as obras de infra-estrutura realizadas nas áreas periféricas eram (e ainda são) de baixa qualidade. Assim, as melhorias públicas feitas nessas áreas não eram finalizadas e tendiam a deteriorar-se, pois não era respeitada a lógica sistêmica da infra-estrutura urbana (MARQUES; BICHIR, 2001).

As periferias entre dois discursos: o direito à cidade e a cidade global

Na década de 1980, além da regularização dos loteamentos, surgem outras tentativas de renovação nas formas de tratamento da habitação da população pobre. Com exceção da gestão de Jânio Quadros, consolida-se, na administração municipal a opção pela não remoção das favelas e pela melhoria de seus padrões de urbanização.

A insatisfação com as condições de vida urbanas no período da ditadura militar gerou uma série de mobilizações populares. Desde o início dos anos 1970, num contexto de grande repressão, diversas organizações se rearticulam, rejeitando práticas clientelistas tradicionais e a sua submissão ao Estado. As periferias são, então, o principal espaço dessa articulação (KOWARICK; BONDUKI, 1994)³¹.

Aprendizados sociais e políticos, demandados em múltiplas formas de organização social e em segmentos especializados do aparelho de governo, geraram mudanças em concepções da vida urbana e exigiram de especialistas, técnicos e

³⁰ Apesar da casa auto-construída em loteamentos irregulares na periferia do Município ter sido a principal alternativa habitacional da classe trabalhadora, é necessário mencionar também a participação do Estado na produção direta de moradias nas periferias. No entanto, a COHAB/SP, companhia pública municipal de habitação construiu, entre 1975 e 1979, apenas 16.801 unidades. Na década de 1980, aumentou sua produção, a qual foi favorecida por uma mudança na política pública de habitação (lei 14025/76), que estabeleceu normas especiais para os programas habitacionais de interesse social promovidos pelo poder público. Entre 1980 e 1981, foram construídas (ou estavam em andamento) cerca de 63.500 unidades (GROSTEIN, 1987).

³¹ O conjunto das mobilizações, além de suas finalidades específicas, contribuiu na luta mais geral contra o regime militar. Ao lado das grandes greves metalúrgicas, do fim dos anos 1970, forçam a abertura política do país.

instituições a procura rápida de sua adequação às imposições da nova conjuntura política (Bergman, 1990 *apud* Ribeiro, 1994). Participação e descentralização parecem ter constituído os termos fundamentais desta busca de ajuste, em confronto com o agravamento de uma problemática social de fundo.

Nesse contexto de mudanças, fortalece-se o Movimento Nacional pela Reforma Urbana, apoiado por iniciativas de setores da igreja católica – como a Comissão Pastoral da Terra. Este movimento, que reúne entidades sociais e profissionais, guiado por princípios como a defesa do Direito à Cidade e à Cidadania, da Gestão Democrática da Cidade e da Função Social da Cidade e da Propriedade, exerceu um papel de destaque no processo de elaboração da nova Constituição, quando apresentou uma emenda popular com cerca de 160 mil assinaturas.

Tais princípios remontam a debates dos anos 1960, promovidos por grupos descontentes com o padrão técnico e burocrático do desenvolvimentismo vigente e por defensores da intervenção pública na questão social a partir de uma visão redistributivista. Em 1963, durante o governo de João Goulart, o Seminário de Habitação e Reforma Urbana, coordenado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB, pretendia incluir a questão da habitação e da cidade como tema das reformas de base (RIBEIRO; CARDOSO, 1994).

Com mais de duas décadas de distância, a Constituição de 1988 marcou a introdução dessa temática na história constitucional brasileira com um capítulo dedicado à política urbana (artigos 182 e 183). Esses artigos destinam-se, fundamentalmente, a exigir o cumprimento da função social da propriedade urbana e da cidade. Contudo, o seu uso foi vinculado à elaboração de planos diretores municipais, instrumento representativo do planejamento técnico e burocrático que não constava na emenda popular. Além disso, remeteu a aplicação das penalidades instituídas à regulamentação em lei federal, cujo projeto de lei só fora aprovado 2001, sob o título de Estatuto das Cidades.

O plano diretor passou a constituir uma referência para o cumprimento da função social da propriedade urbana por meio dos instrumentos previstos no Estatuto das Cidades, assim como para a elaboração das leis orçamentárias municipais. Dessa maneira, o campo privilegiado de atuação é essencialmente o jurídico, colocado como eixo para a conquista de novos direitos sociais: afirmação de garantias de controle social sobre a administração pública e institucionalização de mecanismos agilizadores do acesso à terra urbana e aos equipamentos coletivos.

Entretanto, como adverte Ribeiro (1994), o tema da reforma urbana pode ser refletido, mais limitadamente, como projeto de mudança em determinações jurídicas (instrumentos e metas) que regem – com toda a distância observada, no Brasil, entre lei e fato – o acesso social à terra urbana e aos equipamentos coletivos ou, mais amplamente, na sua face de processo social e político.

Como efeitos políticos do afastamento histórico entre vivência popular e institucionalização de direitos sociais, os encadeamentos, procurados pelo projeto da reforma urbana, entre cidadania e interferência da esfera pública nas cidades brasileiras encontrariam resistências políticas, mas também, econômicas e sócio-culturais (RIBEIRO, 1994).

Além disto, a crítica à homogeneização do espaço produzida pelo planejamento centralizado da ditadura levou à valorização isolada da escala local.

Perversamente, a valorização da escala municipal no contexto da redemocratização do país, favoreceu as expectativas de outro tipo de projeto: o planejamento estratégico inspirado nas práticas empresariais.

Com a reestruturação produtiva, como vimos no item anterior, o aumento da competição entre estados e municípios pela atração de investimentos, negócios e empresas introduziu novos temas e prioridades na pauta da ação pública local.

As políticas urbanas seriam, a partir de então, cada vez mais sendo influenciadas pela "necessidade" de fomentar o dinamismo e as vantagens competitivas de cada cidade. Todas, com o objetivo de torná-las atrativas ao capital global e, desta forma, de inserir a localidade no "comércio internacional de cidades" (FERNANDES, 2001).

Os programas de renovação urbana empreendidos nos anos 1980 e 1990, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, foram fortemente orientados para o enfrentamento da crise gerada pela redução do financiamento público, que resultou na sua estreita vinculação das agendas nacionais e locais aos critérios de rentabilidade do capital privado. A partir dos anos 1980, o chamado planejamento estratégico passou a figurar de maneira proeminente entre as políticas urbanas adotadas por municipalidades européias, tornando-se muitas vezes sinônimo de uma postura competitiva e empresarial preocupada com a atração de investimentos, com a imagem urbana e a re-inserção otimizada de cada cidade no panorama mundial (VAINER, 2000).

Frente aos impactos da globalização, principalmente no âmbito fiscal, as administrações urbanas voltaram-se para o que Harvey (1996) denominou

empresariamento, caracterizado pela parceria público-privada. Esta nova forma de administração tem como objetivo muito mais o investimento e o desenvolvimento econômico, através de empreendimentos imobiliários pontuais e especulativos, do que a melhoria das condições urbanas como um todo. Para a concretização deste objetivo têm contribuído consultores internacionais e organismos multilaterais, como o Banco Mundial.

Se, durante largo período, como já vimos, o debate acerca da questão urbana remetia a temas como crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos e racionalização do uso do solo, na atualidade a questão urbana teria como nexos centrais a problemática da competitividade urbana (VAINER, *op. cit.*).

O Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (Lei 13.430) aprovado em 2002, assim como seu detalhamento e complementação contidos nos Planos Regionais Estratégicos, por subprefeitura, e na Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei 13.885/2004), que instituiu o novo zoneamento do município, combinam a concepção do planejamento urbano normativo e racionalista com as novas diretrizes do planejamento estratégico, sem, contudo deixar de incorporar as diretrizes de garantia da função social da cidade e da propriedade.

O referido Plano Diretor contém os instrumentos previstos pelo Estatuto da Cidade, inclusive a demarcação das Zonas Especiais de Interesse Social. Mas, também aprova o desenvolvimento de novas Operações Urbanas, viabilizadas por meio de parcerias público-privadas³². Além de conter aquelas que já estavam em andamento (Faria Lima, Água Branca, Água Espraiada e Centro).

A parceria público-privada, de natureza empresarial, apresenta uma concepção especulativa, visando atrair fontes externas de financiamento, novos investimentos diretos ou novas fontes geradoras de emprego, sendo a possibilidade de risco assumida, geralmente, pelo setor público. Por isso, as Operações Urbanas em São Paulo só tiveram relativo sucesso onde havia grande interesse do mercado imobiliário, o que pode ser demonstrado pelo fracasso da Operação Urbana Centro e Rio Verde-Jacú.

³² No total, o Plano Diretor contém treze Operações Urbanas. Destas, quatro (Faria Lima, Água Branca, Água Espraiada e Centro) já estavam em andamento, quando o Plano foi aprovado, e nove foram previstas (Diagonal Sul, Diagonal Norte, Carandiru-Vila Maria, Rio Verde-Jacú, Vila Leopoldina, Vila Sônia e Celso Garcia, Santo Amaro e Tiquatira). Ainda que previstas, as Operações Urbanas devem ser aprovadas por lei específica.

Os recursos obtidos com a execução dessas Operações têm sido reinvestidos no entorno próximo já privilegiado e não nas áreas precárias da cidade. Assim, esses empreendimentos pontuais, ao desviarem a atenção e recursos do poder público para áreas específicas da cidade ocasionam a homogeneização de certos espaços eleitos pelo capital e acentuam a fragmentação do território urbano³³.

Registramos ainda que, desde a aprovação do Plano Diretor Estratégico, assim como dos Planos Regionais e da Lei de Uso e Ocupação do Solo, é irrisória a aplicação dos instrumentos redistributivos.

Com relação à regra atual de zoneamento, manteve-se as bases do urbanismo modernista, isto é, espaços claramente zoneados e identificados.

A classificação de zonas de uso exclusivamente residencial, concentradas na área mais valorizada da cidade, demonstra a manutenção da velha ordem, questão tratada anteriormente. As periferias foram classificadas predominantemente como zonas mistas, sendo os usos permitidos definidos a partir de uma classificação do sistema viário, em vias estruturais, coletoras e locais. Segundo Ivan Maglio³⁴, o zoneamento proposto não tem muita efetividade nas periferias, pois as vias existentes, construídas à margem dos padrões urbanísticos regulares, não correspondem aos padrões da classificação viária.³⁵

Assim, é preciso desmistificar o plano diretor, ou seja, não acreditar que este, sozinho, é capaz de consertar a (des)ordem estabelecida. Da mesma forma, nenhum planejamento estratégico, por mais tecnicamente bem feito, conseguirá instituir, de cima para baixo, a transformação estrutural da cidade. Toda e qualquer transformação incorpora a dimensão do mundo vivido.

* * *

³³ O maior contraste, talvez, esteja nos arredores da Marginal Pinheiros. Fix (2001) revela os custos sociais e urbanos da implantação da Avenida Água Espraiada, investimento que teria funcionado como âncora para atração do interesse imobiliário para a região. Muitas das famílias removidas das favelas na área de influência do empreendimento, sem a garantia de uma alternativa habitacional, passaram a ocupar áreas de proteção ambiental nas proximidades da Represa Guarapiranga, na região sul da cidade.

³⁴ Consultor em Planejamento Urbano e Meio Ambiente. Ex-Diretor de Planos Urbanos da SEMPLA, coordenou, com Jorge Wilhelm, a elaboração do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e dos Planos Regionais Estratégicos. Entrevista realizada em 19/03/2008.

³⁵ Consideramos interessante citar aqui a fala do entrevistado: "Embora o conceito, do ponto de vista moderno e conceitual, da cidade ser mista e das vias serem um instrumento de controle, é difícil aplicar o conceito na região periférica ou de consolidação [...]. Então, você vai dizer: nas vias coletoras dos bairros você pode ter um comércio e serviços de certo porte, nas vias que têm um padrão adequado. Daí você vai dizer: mas não tem, no bairro inteiro não tem. Então você vai dizer: se não tiver nenhuma via com aquele padrão adequado, você vai ter que escolher uma, transformar naquele padrão e permitir. Senão você não pode ter as atividades comerciais que você precisa construir para aquela região ser equilibrada, nem só comércio, nem só serviço, nem só residência, precisa ter certa densidade, tem que ter alguma economia, as pessoas não podem se deslocar desse jeito, é antieconômico, anti-ambiental, anti-urbanístico".

A análise do processo de urbanização e, das orientações e intervenções, do planejamento urbano em São Paulo evidenciam a conjuntura que propiciou a consolidação dos loteamentos de periferia. O resultado foi a incorporação incompleta das periferias à cidade refletida, ainda hoje, na tensão entre as regras de ordenamento do uso do solo propostas e a configuração espacial, de fato existente, nas periferias.

Acreditamos que esta incompleta incorporação das periferias à cidade combinada com sua diversificação sócio-espacial, como vimos, crescente, refletem-se no uso, pela bibliografia dedicada à problemática urbana, de um novo termo: a periferia consolidada. Dedicaremos-nos a compreender esse fenômeno nos próximos capítulos.



Hospital Municipal →

Gudianazes
F. Vasconcelos

Santander

Luzco

40

E

E

E

E

2 DA CONSOLIDAÇÃO DO PADRÃO PERIFÉRICO DE CRESCIMENTO URBANO ÀS PERIFERIAS CONSOLIDADAS

Este capítulo está dividido em quatro partes, além dessa breve introdução. Na primeira parte, apresentamos algumas notas sobre a natureza social da classificação, inclusive, do espaço. Em seguida, apresentamos os distintos paradigmas de interpretação das cidades e constatamos como a cidade latino-americana, especificamente São Paulo no caso brasileiro, foi interpretada com ênfase na divisão da sua estrutura em centro e periferia. Essa divisão, como veremos, marcou fortemente os estudos das décadas de 1970 e 1980, assim como ainda influencia análises mais recentes da estrutura da metrópole.

A partir da constatação de que uma nova categoria de classificação do espaço se esboça, as periferias consolidadas. Apresentamos, nos dois últimos itens deste capítulo, as utilizações da categoria periferia consolidada pela bibliografia consultada, assim como procuramos sistematizar as características do processo de consolidação das periferias.

Antes, porém, nas linhas a seguir, procuramos destacar de que maneira o termo periferia foi sendo ajustado à complexificação da estrutura e dos processos da metrópole mencionados no capítulo anterior. Esse esforço permite que tenhamos um quadro inicial do que será aprofundado ao longo deste capítulo.

O termo periferia, etimologicamente, deriva do francês *périphérie*, que por sua vez deriva do latim tardio *peripheria* e, este, do grego *periphéria*. No grego *perí-* é um elemento de composição que significa “movimento em torno” ou “acerca de, ao redor de” (CUNHA, 1982). Segundo o *Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement*, o termo *périphérie* resulta de *périurbanisation* “que indica a urbanização contínua em direção às franjas das aglomerações”.¹ Portanto, o termo periferia originalmente tem sentido geográfico e indica áreas ao redor ou a determinada distância de um centro urbano.

Nos países em desenvolvimento, de acordo com o Dicionário de Ciências Sociais (1987), um novo significado para o termo periferia foi cunhado, em 1949, por Raúl Prebisch, um dos principais intelectuais formuladores da teoria do desenvolvimento, no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL. Prebisch utilizou o termo periferia para se referir, como noção complementar à de centro, aos diferentes papéis desempenhados

¹ Périurbanisation qui désigne l'urbanisation continue aux franges des agglomérations (CHOAY; MERLIN, p. 741)

por dois setores do sistema capitalista nos ciclos econômicos (passivo ou reflexo, a periferia; ativo, o centro)².

O debate sobre o desenvolvimento econômico dos países na América Latina, como veremos mais adiante, passaria a informar as análises sobre as características de sua urbanização. Nesse contexto, as análises sobre São Paulo, na década de 1970, procuram denunciar a distribuição desigual dos benefícios da metrópole. Um ensaio pioneiro é realizado por estudiosos vinculados ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP e pela Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese Metropolitana de São Paulo. Neste trabalho, intitulado “São Paulo, 1975: Crescimento e Pobreza”, a palavra periferia é utilizada para designar: "aglomerados, clandestinos ou não, carentes de infra-estrutura, onde vai residir a mão-de-obra necessária para o crescimento da população" (CAMARGO *et al*, 1976, p. 25).

Se em seu processo de formação, como vimos no capítulo anterior, as periferias são identificadas como áreas distantes do centro, mal servidas por infra-estrutura e serviços públicos e onde se concentram os pobres, estudos de caso mais recentes, sobre as denominadas periferias, apontam para a consolidação dessas áreas: investimentos em infra-estrutura e serviços urbanos são acompanhados pelo investimento dos próprios moradores em melhorias na qualidade da habitação (BONDUKI; ROLNIK, 1979a; CALDEIRA, 1984; DURHAM, 1986).

Dessa maneira, o processo de consolidação enunciado estaria relacionado com as novas características adquiridas pelo processo de urbanização, a cada momento histórico, e com a ocorrência de mudanças na prática do planejamento urbano, como vimos no capítulo anterior.

Nesse contexto, já nos anos 1980, as áreas outrora definidas como periferias apresentavam distintas características. Consideramos útil recuperar alguns processos citados no capítulo anterior: o reconhecimento da clandestinidade dessas áreas por parte do poder público, as reivindicações populares por melhores condições urbanas de vida, o aumento da oferta de infra-estrutura e serviços, a construção de conjuntos habitacionais, a crise econômica

² Foi utilizado originariamente da seguinte forma: “A propagação universal do progresso técnico, dos países avançados para o resto do mundo, tem sido relativamente lenta e irregular do ponto de vista de cada geração. No longo período decorrido desde a Revolução Industrial até a I Guerra Mundial, as novas formas de produzir, em que a técnica interfere sem cessar, só beneficiaram uma parcela muito reduzida da população mundial. O movimento tem início na Inglaterra, propaga-se com diferentes graus de intensidade no continente europeu, ganha um impulso extraordinário nos Estados Unidos e finalmente alcança o Japão, quando esse país se empenha em assimilar rapidamente os modos de produção ocidentais. Assim se foram formando os grandes centros industriais do mundo em torno dos quais a periferia do novo sistema, vasta e heterogênea, pouco participava dos melhoramentos da produtividade” (SILVA, 1987, p.884).

e o desemprego, o crescimento das favelas e dos condomínios fechados e o aumento da violência urbana.

Em suma, verificamos atualmente elevada diversificação socioeconômica das áreas periféricas. A distância entre o lugar dos pobres e dos produtos imobiliários para as classes média e alta é cada vez menor. A maioria dos loteamentos periféricos populares surgidos entre as décadas de 1930 e 1970 já possuem infra-estrutura urbana e uma parte conseguiu a regularização fundiária, ao mesmo tempo que novas periferias se formam nos limites do Município de São Paulo e em direção aos municípios adjacentes da Região Metropolitana.

Hoje, as características que, no passado, definiam as periferias paulistanas são insuficientes para descrever a pluralidade de situações sócio-espaciais que o termo periferia nomeia.

Na década de 1980, Teresa Caldeira (1984, p.7) já considerava que a palavra periferia "de tão usada, transformou-se em uma espécie de moda. E como talvez aconteça com toda moda, a difusão acabou por lhe retirar conteúdo: "periferia quer dizer muita coisa e, ao mesmo tempo, não serve para explicar quase nada".

Uma busca realizada, em novembro de 2006, no Urbandata, Banco de Dados sobre o Brasil Urbano³, permitiu observar que, nas últimas décadas, o conhecimento sobre a periferia se aprofundou e diversificou, além dos estudos sobre estrutura urbana e condições de vida do trabalhador, tem sido tratadas outras temáticas ligadas a esses territórios: da explosão de estudos sobre movimentos sociais⁴ à caracterização da nova pobreza⁵, passando por estudos sobre favelas⁶, promoção imobiliária⁷, conjuntos habitacionais⁸, degradação ambiental⁹, violência¹⁰ e o *rap*¹¹.

³ <http://urbandata.iuperj.br/>

⁴ Cf. TELLES, Vera e BAVA, S.C. "O Movimento dos ônibus: a articulação de um movimento reivindicatório de periferia". Espaço & Debates, São Paulo, v.1,n.1, 1981; SADER, E. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988; SINGER, Paul; BRANT, Vinícius C. (org.) São Paulo: o povo em movimento. São Paulo: Vozes/ CEBRAP, 1982.

⁵ Cf. MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo (Orgs.). São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Editora Senac, 2005.

⁶ Cf. TASCHNER, S.P.; VÉRAS, M.P.B. Evolução e mudanças nas favelas paulistas. Revista Espaço e Debates. São Paulo, no. 31, 1990

⁷ Cf. CASTRO, C.M.P. A explosão do autofinanciamento na produção de moradias em São Paulo nos anos 90. São Paulo: FAUUSP, Tese de Doutorado, 2000.

⁸ Cf. ROYER, Luciana. Política Habitacional no Estado de São Paulo. São Paulo: FAUUSP, Dissertação de Mestrado, 2002; SLOMIANSKY, A. Paula. Cidade Tiradentes: A Abordagem do Poder Público na Construção da cidade. São Paulo: Tese de Doutorado, FAUUSP, 2003; NAKANO, A. Kazuo. Quatro COHAB's da zona leste de São Paulo: território, poder e segregação. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FAUUSP, 2002.

⁹ Cf. GROSTEIN, Marta Dora. A cidade invade as águas: Qual a questão dos mananciais? Sinopses, São Paulo, 2005.

Para os objetivos desse trabalho é profícuo destacar a questão da melhoria em infra-estrutura e serviços ocorrida nas periferias. Nos anos 1980, estudos sobre a organização das classes populares e os movimentos sociais urbanos identificam a relação entre a reivindicação coletiva e as melhorias urbanas.

Porém, com relação aos investimentos públicos, Ruth Cardoso adverte que, não obstante o fato dos movimentos populares terem gerado alteração na postura dos governos – na medida em que denunciavam, para a opinião pública, a precariedade da vida na periferia – a administração pública, no período, já era sensível à necessidade de novas políticas sociais quando foi alvo das reivindicações desses movimentos (CARDOSO, 1985 *apud* CALDEIRA, 2000). Constatação similar é feita por Marques (2003), em estudo sobre a implantação de obras de infra-estrutura viária no Município de São Paulo.

As melhorias urbanas acrescidas de regularização fundiária, associadas à redução do crescimento populacional, não são significativas nos limites da metrópole de São Paulo, onde a expansão através da autoconstrução continua, mas nas áreas que constituíram a nova periferia ainda nos anos 1970.

Algumas dessas áreas estão começando a entrar no mercado imobiliário legal e a passar por um processo de capitalização na produção de moradias, embora esse processo ainda seja limitado, à medida que incorporadores maiores começam a investir e a construir moradias legais, especialmente edifícios de apartamentos. Esse tipo de moradia é menos acessível à população mais pobre (CALDEIRA, 2000, p. 240).

Como vimos no primeiro capítulo, São Paulo é atualmente uma metrópole mais diversificada e complexa do que era há vinte anos, quando o modelo centro-periferia ainda era suficiente para descrever o padrão de segregação e desigualdade social. Nesse contexto, esboça-se uma nova categoria: a periferia consolidada.

2.1 A propósito da classificação do espaço

A classificação do espaço, categoria filosófica, sempre foi uma questão cara aos geógrafos. Entretanto, como vimos, a divisão do espaço urbano entre centro e periferia adquiriu importância em outras disciplinas, como a sociologia e o urbanismo¹².

¹⁰ Cf. ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. Um século de favela. Rio de Janeiro: FGV, 1998; MARICATO, Ermínia. Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

¹¹ Cf. KEHL, Maria Rita. Radicais, Raciais, Racionais. São Paulo em Perspectiva 13 (3), 1999.

¹² Também na antropologia, entretanto, na ótica de tais pesquisas, a periferia revelava-se não apenas um lugar urbano específico marcado pela distância das áreas mais centrais, pela pobreza e pela carência de equipamentos

Nas cidades brasileiras, a demarcação espacial e social se faz sempre no sentido de uma gradação ou hierarquia entre centro e periferia, dentro e fora. (DA MATTA, 1985). Martins (2001) reconhece, ao estudar os subúrbios em São Paulo, que a hierarquia dos poderes, não raro em conflito entre si, trouxe consigo a hierarquização dos espaços e da própria estrutura urbana.

As argumentações encontradas em Da Matta (1985) e Martins (2001) nos remete à natureza social da ação classificatória, ou seja, as formas de classificação são condicionadas, não sendo, portanto uma reprodução do real em absoluto, mas apenas uma maneira de vê-lo.

Segundo Durkheim e Mauss, “a classificação das coisas reproduz a classificação dos homens, isto é, “as primeiras categorias lógicas foram categorias sociais; as primeiras classes de coisas foram classes de homens nas quais as coisas foram integradas” (DURKHEIM; MAUSS, 1981, p. 184; 198).

No início deste capítulo, citamos algumas mudanças ocorridas, nas últimas décadas, no espaço urbano e nas periferias da metrópole de São Paulo. A adequação da infraestrutura e dos serviços urbanos, assim como dos mercados, aos novos objetivos históricos da aglomeração urbana gerou diferenciações sócio-espaciais. Tais diferenciações são, como veremos no próximo item, objeto da análise intra-urbana usualmente baseada na aplicação de modelos para a elaboração de classificações dos espaços da cidade.

Podemos considerar que também a construção de modelos está fundamentada em formas de classificação dos fatos sociais derivadas, por sua vez, de formas de organização social:

Não foi sem uma razão, certamente, que tantas vezes os conceitos e suas relações foram figurados por círculos concêntricos, excêntricos, interiores, exteriores uns aos outros, etc. Esta tendência para representarmos agrupamentos puramente lógicos sob uma forma que contrasta a tal ponto com sua verdadeira natureza, não proviria do fato deles terem sido concebidos, no começo sob a forma de grupos sociais, ocupando, por conseguinte, local determinado no espaço? (DURKHEIM; MAUSS, 1981, p. 199).

Acreditamos que algumas análises exploratórias presentes no terceiro capítulo vão na direção da pergunta colocada por Durkheim e Mauss. Por enquanto consideramos válido destacar outras reflexões acerca da impessoalidade e da objetividade atribuídas à ciência.

A ciência possui uma peculiaridade que distingue as suas formas de classificação dos demais esquemas. Trata-se do compromisso com a impessoalidade e a objetividade das

coletivos, mas também como um local com formas específicas de sociabilidade, modos de consumo e lazer, bem como representações políticas (Durham, 2004 *apud* Frúgoli, 2005)

suas representações. Os conceitos na ciência são tipos de representação construídos a partir da sujeição sistemática das representações sociais a testes empíricos (SIQUEIRA; OSÓRIO, 2001).

Contudo, Bourdieu (1989) observa que a ciência social, que é obrigada a classificar para reconhecer, só tem alguma probabilidade de propor corretamente o problema das classificações sociais se reconhecer o seu objeto como produto de atos de classificação, introduzindo na sua pesquisa da verdade das classificações o conhecimento dos seus próprios atos de classificação. O que quer dizer que não é possível dispensar, neste caso menos que em qualquer outro, uma análise da relação entre a lógica da ciência e a lógica das práticas sociais.

As classificações práticas estão sempre orientadas para a produção de efeitos sociais. A exposição dessas classificações à crítica científica pode contribuir na produção daquilo que a própria ciência designa como a realidade objetiva (BOURDIEU, 1989, p.112), por outro lado a crítica da realidade objetiva revela ilusões e incongruências das classificações práticas. Contudo, não existem classificações "puras" meramente construídas para fins científicos e acadêmicos. Todo produto do conhecimento é e produz um efeito social.

Em última instância, a realidade não conhece classificações ou esquemas, nós é que os criamos para nos orientarmos na complexidade da existência, da realidade, a qual precisamos conhecer, seja através de teorias científicas, religiosas ou do senso comum (SIQUEIRA; OSÓRIO, 2001). Para organizar a nossa experiência, por exemplo, emolduramos de várias formas a realidade, o conceito de periferia e sua derivação recente, periferia consolidada, são algumas destas molduras.

As periferias – e por derivação periferias consolidadas – remetem-nos à estrutura urbana, sua evolução e análise. A produção da estrutura urbana ocorre pela articulação contraditória do capital privado, do Estado e dos habitantes. As classificações utilizadas em sua compreensão dependem das representações desses agentes somadas às representações de urbanistas e planejadores urbanos, representações, que por sua vez, condicionam a produção dessa mesma estrutura.

A forma que escolhemos para conceituar a realidade não depende exclusivamente de como percebemos a sua organização, mas também de como a organizamos. Os conceitos partem das representações e de conceitos pré-existentes. Dessa forma, dedicamo-nos na próxima seção, à análise dos paradigmas de interpretação das cidades, assim como de seus modelos e conceitos, com o objetivo de reunir orientação analítica para a posterior apresentação do nosso objeto: a periferia consolidada.

2.2 Paradigmas de interpretação das cidades

Segundo Farret (1985), a estruturação do espaço residencial intra-urbano tem sido explicada através de orientação teórico-conceitual oferecida por três escolas de pensamento: a ecológica, a econômica neoclássica e a da economia política.

A essas três escolas de pensamento correspondem dois paradigmas¹³: o do **equilíbrio** e o do **conflito**. No primeiro, a estruturação do espaço é vista como resultado da interação entre indivíduos, pessoas ou firmas, num quadro definido pelo funcionamento de um mercado imobiliário livre, neutro e perfeito e pela ação equidistante do Estado em relação aos agentes envolvidos. No segundo, a estruturação do espaço urbano é explicada pelo lado da oferta, enfatizando as noções de desequilíbrio, funcionamento imperfeito do mercado, interesses e conflitos sociais, questionando a equidistância do Estado em relação aos agentes envolvidos (FARRET, 1985, p.75).

No âmbito do **paradigma do equilíbrio**, Farret identifica dois enfoques: o ecológico e o neoclássico. O primeiro evidencia a questão da localização residencial intra-urbana como a expressão de forças subculturais, bióticas e impessoais, operando na sociedade como um todo. Os **modelos ecológicos** enfatizam o processo de competição entre os vários segmentos da população urbana, a dominação de cada segmento em suas respectivas áreas "naturais" e a invasão destas áreas por grupos concorrentes, culminando com a sucessão de um novo grupo em posição de dominância, reiniciando, portanto, o processo geral. Na construção desse enfoque, destacam-se os estudos pioneiros da Escola de Chicago¹⁴. Destacaremos a seguir alguns de seus expoentes.

Burgess, da década de 1920, desenvolveu a noção de centralidade, ou seja, o centro da cidade é destacado em função dos processos históricos de aglomeração e de competição. No crescimento das cidades americanas, estudadas pelo autor, maior competição e maior divisão do trabalho teriam determinado dois processos ecológicos: centralização e descentralização, derivados do ciclo de invasão-sucessão. O centro seria ocupado pelo distrito comercial. Ao seu redor existiriam círculos concêntricos, ocupados por grupos de renda cada

¹³ Por paradigma entendemos um conjunto de suposições teóricas gerais ou, se preferirmos uma, concepção de mundo compartilhada por determinada comunidade científica. Cf. KUHN, S. Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva (5ªed.), 1997.

¹⁴ Desde o final do século XIX, o crescimento intenso de núcleos urbanos que se industrializavam deu origem a alguns estudos a respeito do crescimento e das condições de vida nas cidades, tanto na Europa como nos Estados Unidos. Contudo, o fenômeno urbano penetrou de fato no meio acadêmico com o trabalho do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, cuja produção ficou conhecida como Escola de Chicago.

vez mais elevados, ou seja, junto ao centro estariam os mais pobres e, na zona mais distante, os mais ricos.

O modelo de “setores” de Hoyt (1939), por seu turno, sugere que, para preservar seu *status*, os grupos de alta renda substituem as habitações antigas por novas (no subúrbio) e localizam-se, setorialmente, ao longo dos principais eixos viários e nas áreas de maior conforto físico e social. O estoque de residências seria então “filtrado” através da hierarquia social (FARRET, 1985, p. 77).

A visão articulada e de conjunto de cidade foi uma das grandes contribuições da Escola de Chicago. Os modelos ecológicos descrevem detalhadamente padrões espaciais. Porém, são falhos na medida em que não se preocupam com a gênese desses padrões. Mesmo assim, a Escola de Chicago serviu de inspiração a numerosas teorias do zoneamento espontâneo das cidades (LANGENBUCH, 2001).

Já o **enfoque neoclássico** considera como principal fator responsável pela estrutura urbana o comportamento dos indivíduos, firmas e instituições públicas, vistas como unidades decisórias. Esse enfoque divide-se em duas categorias de modelos, de acordo com a ênfase atribuída aos fatores determinantes da estrutura espacial urbana: modelos econômicos neoclássicos e modelos comportamentais não-econômicos.

Os **modelos econômicos neoclássicos** pressupõem que o indivíduo é soberano para tomar decisões acerca de sua localização residencial, estando limitado apenas pelo orçamento familiar. Nos **modelos comportamentais não-econômicos** o comportamento econômico dos indivíduos é secundário e um conjunto mais amplo de valores sociais e culturais é acionado, por isso nesses modelos as preferências dos indivíduos são vistas como adaptativas às alternativas disponíveis¹⁵.

Quanto aos modelos econômicos neoclássicos, a principal referência, nos estudos urbanos, é reconhecida na obra de Alonso¹⁶. A estrutura residencial é vista como o produto das decisões autônomas e independentes dos participantes do mercado fundiário e imobiliário. A decisão familiar da localização residencial é formulada a partir da escolha (*trade off*) entre o consumo de "acessibilidade" (proximidade do trabalho ou certas externalidades urbanas) e o consumo de quantidades de solo urbano (ABRAMO, 2001).

¹⁵ Segundo a tradição neo-ecológica, em muitos casos, os valores culturais são mais fortes que as chamadas "forças do mercado" e, portanto, os indivíduos podem se localizar em determinadas áreas mesmo quando sob o ponto de vista da economia urbana, estariam melhor localizados em outras áreas. Segundo o modelo de análise decisória, um conjunto de premissas e condições, baseadas no comportamento dos vários agentes operando no espaço urbano e no modo como interagem para produzir decisões locais, pode antecipar resultados espaciais (FARRET, 1985, p. 79).

¹⁶ Alonso, W. Location and land Use. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1964.

Segundo Alonso, o espaço urbano caracterizar-se-ia por um gradiente de densidades e valores imobiliários negativamente relacionados com a distância em relação ao centro da cidade. Por isso, o grande “paradoxo americano” estaria no fato dos mais ricos preferirem as terras mais baratas, distantes do centro, por acreditarem que lhes ofereceriam melhores condições de vida. Já os mais pobres compensariam o alto custo de morarem no centro pela eliminação dos gastos com transporte.

A literatura econômica neoclássica sugere que o mercado de terra e imóveis constitui-se no mecanismo social de coordenação das decisões individuais de localização e que desta coordenação surge uma cidade com utilização mais eficiente do solo urbano ¹⁷. Contudo pressupor o mercado como regulador do equilíbrio e o indivíduo como soberano nas decisões acerca de sua localização é desviar de importantes aspectos que interferem na estruturação do espaço urbano.

Em contraposição ao paradigma do equilíbrio, o **paradigma do conflito** considera que a dinâmica do mercado imobiliário dominado é determinada não por consumidores individuais, mas por interesses de grupos e classes. Este paradigma nega, ao mesmo tempo, a passividade do Estado no processo de estruturação do espaço (FARRET, 1985).

Duas vertentes teóricas são identificadas nesse paradigma: a **institucionalista**, que assegura o papel central das instituições sociais (vistas como um sistema) na decisão locacional, sendo os conflitos mediados pelo Estado, e a **marxista**, na qual a estruturação do espaço urbano é o resultado de leis estruturais e conjunturais que regem sua existência, transformação e articulação com outros elementos da história. Leis que seriam inseparáveis da formação social (Ibid., p.82-83).

É a vertente marxista que inaugura uma nova fase nos estudos urbanos por volta dos anos 1960¹⁸. Para essa vertente, o solo urbano é disputado por inúmeros usos, sendo que esta disputa¹⁹ se pauta pelas "regras do jogo capitalista fundamentado na propriedade privada do solo, a qual proporciona renda e é assemelhada ao capital" (SINGER, 1979, p. 21)

A terra seria uma mercadoria diferente das outras na medida em que não incorpora trabalho na sua produção. Assim, o capital imobiliário, para Singer (1979), é um falso capital,

¹⁷ A teoria do valor-utilidade surge em oposição à teoria do valor trabalho, advinda da Escola Clássica.

¹⁸ Os trabalhos desenvolvidos, na Europa, por Castells e Lojkin influenciaram toda uma geração de estudos do fenômeno urbano.

¹⁹ Nessa disputa, a cidade também é vista como capital fixo necessário ao aumento da produtividade capitalista. Isto porque uma parte do aumento da produtividade poderia ser obtida por meio do progresso técnico e de mudanças na organização do trabalho. Entretanto, a outra dependeria de um processo coletivo resultante da crescente integração e concentração das diversas condições gerais da produção no ambiente construído. Dessa maneira, a aglomeração urbana afetaria a produtividade do capital.

pois a origem de sua valorização não é a atividade produtiva, mas a monopolização do acesso a uma condição indispensável àquela atividade.

Na formação do preço da terra pesaria, estimulando a especulação²⁰, a redistribuição do valor (mais-valia) produzido em outro lugar, principalmente através dos investimentos públicos em serviços e melhorias urbanas e, dos efeitos do zoneamento de uso do solo. Assim, o Estado desempenharia papel fundamental por meio da implantação de infraestrutura e serviços e, das legislações urbanas²¹.

O acesso a serviços urbanos tenderia a privilegiar, cada vez mais, determinadas localizações, quanto mais escassos fossem os serviços em relação à demanda. Dessa maneira, quando a expansão do número de habitantes de uma determinada cidade ocorre muito rapidamente a escassez de serviços atingiria nível crítico, exacerbando a valorização das relativamente , poucas áreas bem servidas.

O funcionamento do mercado imobiliário faz com que a ocupação dessas áreas seja privilégio das camadas de renda mais elevada, com capacidade de pagar um preço alto pelo direito de morar em condições urbanas adequadas. A população mais pobre fica relegada às zonas pior servidas e que, por isso, são mais baratas. Na medida em que a cidade cresce, centros secundários de serviços vão surgindo nos bairros, formando novos focos de valorização do espaço urbano (SINGER, 1979).

O resultado, assim como no modelo neoclássico embora por caminho diverso, é um gradiente de valores do solo urbano, que a partir do valor máximo no centro principal iria diminuindo até atingir um mínimo nos limites do perímetro das cidades.

Como vimos, a classificação do espaço é socialmente condicionada e, portanto esta dependerá da maneira escolhida, por quem classifica, de olhar o espaço. Tal olhar é amparado por teorias que fundamentam o ato da classificação. Nessa direção, a ampla citação dos paradigmas e modelos de interpretação das cidades neste item, subsidia-nos na apresentação dos modelos explicativos da estrutura urbana realizada a seguir.

²⁰ Os preços no mercado imobiliário tendem a ser determinados pelo que a demanda estiver disposta a pagar. Como a demanda por solo urbano muda freqüentemente, dependendo, em última análise, do próprio processo de ocupação do espaço pela expansão do tecido urbano, o preço de determinada área está sujeito a oscilações violentas, o que torna o mercado imobiliário essencialmente especulativo (SINGER, 1979, p. 23).

²¹ Como vimos no primeiro capítulo, a estruturação espacial urbana em São Paulo é resultado, de um lado, de um processo histórico específico de urbanização comandado pela acumulação capitalista (em diferentes etapas) e, de outro, das intervenções do planejamento urbano.

2.2.1 O modelo centro-periferia

O modelo de estrutura urbana baseado na divisão da cidade em centro e periferia é o que mais influenciou os estudos urbanos. Uma mirada superficial sobre as escolas de pensamento tratadas no item anterior – embora esperamos ter deixado claro as diferenças teórico-conceituais entre estas – sugere que a cidade se divide, em linhas gerais, em um centro rodeado por sucessivas periferias.

Na literatura latino-americana, a questão urbana aparece definida pela intersecção de duas tradições teórico-analíticas, a dos estudos urbanos e a da análise estrutural do desenvolvimento. Tal produção surge no interior da preocupação com o desenvolvimento, no contexto de regiões subdesenvolvidas com crescente acúmulo de população nas grandes cidades, sem a contrapartida de um volume equivalente de empregos ou condições urbanas adequadas (GONÇALVES, 1989).

Neste contexto, acontece em 1959, no Chile, o “Seminário sobre Urbanização na América Latina”, promovido pela Organização das Nações Unidas – ONU, CEPAL e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. No relatório que resulta deste evento adverte-se que a urbanização, entendida como concentração geográfica, pode ou não ser acompanhada de urbanismo, no sentido da criação de um suporte mínimo de serviços urbanos típicos. Ressalte-se, assim, que “desenvolvimento sem urbanismo é um fenômeno indesejável, mas não há pior combinação do que urbanização sem desenvolvimento, porque à falta de equipamento urbano se soma a insuficiência de oportunidades de emprego” (HAUSER, 1961 *apud* GONÇALVES, 1989, p. 72).

O conceito periferia, retomando o início deste capítulo, é então empregado pela CEPAL, no final da década de 1940, para designar a condição dos países subdesenvolvidos no sistema econômico capitalista mundial.

O pensamento Cepalino defendia que o desenvolvimento devia ser produto de uma estratégia nacional de industrialização, de forma a que fosse possível superar a deterioração dos termos de troca no comércio internacional, onde os países industrializados agiam de maneira a manter os países subdesenvolvidos como exportadores de produtos agrícolas e matéria prima.

Esse diagnóstico, que unificava a análise dos desafios dos países latino-americanos, compartilhado inclusive por intelectuais brasileiros, condicionava a leitura da urbanização.

Como crítica ao pensamento Cepalino, surgiram as versões da teoria da dependência. Essa teoria reconhecia que uma parte da riqueza era sistematicamente

extrovertida, impedindo o desenvolvimento e gerando marginalidade social. A exploração da periferia pelo centro desenvolvido seria acentuada pelas próprias elites dos países dominados, que revelando sua subordinação, associavam-se às elites dos países centrais²².

De acordo com os estudos de Aníbal Quijano e Manuel Castells²³, o capitalismo nacional teria produzido uma urbanização equilibrada, a qual teria sido pervertida pela penetração do capital estrangeiro, tornando-se excessiva. Assim, não haveria mais a possibilidade de integrar a população que migrava às cidades que, portanto ficava marginalizada.

Assim, os nexos entre dependência e marginalidade social dificultariam ou impediriam a integração tanto econômica quanto social. Essa leitura, no entanto será criticada por Oliveira (2003) e Singer (1977) tanto com relação ao desenvolvimento econômico em geral quanto com relação ao urbano.

Em 1972, Francisco de Oliveira, então integrado ao CEBRAP, publica “Crítica à Razão Dualista”, na qual critica a tradição estruturalista do pensamento da Cepal, assim como as versões da teoria da dependência. O autor recupera a modernização capitalista do país pós-1930, explicitando o uso que o setor moderno da economia faz do setor atrasado, gerando uma unidade contraditória, mas funcionalmente operante. Assim, opõe-se à interpretação dominante, no período, que via antagonismo e incompatibilidade entre os dois setores ou “pólos” da economia, afirmando que o “desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais internas” (OLIVEIRA, 2003, p.33).

Em Economia Política da Urbanização, publicado pela primeira vez em 1973, Paul Singer afirma que embora pudesse existir relações causais significativas entre dependência e marginalidade, estas relações somente poderiam ser estudadas e analisadas num nível de maior concreção. Para o autor seria preciso analisar o tamanho, a força e os interesses das várias classes e grupos regionais dentro de cada país.

Dessa maneira, a dependência deixaria de ser a principal fonte de determinação social para se tornar um entre vários fatores que influiriam no desenvolvimento, na urbanização e na marginalização em sociedades como as latino-americanas.

Nesse sentido, Oliveira (1982) defende o estudo dos acontecimentos históricos na formação do urbano e vai buscá-los, em sua análise, na estrutura da economia colonial. Para este autor, seria necessário verificar o papel das cidades enquanto sede do capital comercial, o

²² Para aprofundamento desse debate, assim como das diferenças entre as versões da teoria da dependência, ver: Oliveira, 2003 e Bresser-Pereira, 2005.

²³ Estamos nos referindo a estudos desses autores publicados no início dos anos 1970 e citados por Singer (1977).

qual seria capaz de explicar o desenvolvimento em torno de poucas e grandes cidades no Brasil.

Além disso, como observado no primeiro capítulo, seria a ausência de uma divisão social de trabalho nas unidades agrícolas que determinaria no país a necessidade de uma industrialização fundamentalmente urbana, exigindo, portanto que a urbanização se desse a taxa mais elevada que a própria industrialização. A relação entre crescimento econômico e pobreza em São Paulo é explorada detalhadamente em “São Paulo, 1975”, publicado em 1976. Neste trabalho, a lógica da desordem da urbanização é explicada pela necessidade dos industriais em reduzir os custos de reprodução da força de trabalho, transferindo o custo da moradia para o trabalhador, processo que apresentamos no primeiro capítulo.

O modelo centro-periferia, desenvolvido nos anos 1970 e utilizado durante toda a década seguinte, explicava, segundo uma visão marxista, os mecanismos pelos quais se daria a concentração dos pobres nas áreas mais baratas e afastadas do centro da metrópole. Dessa maneira o centro moderno e a periferia atrasada, retomando a crítica proposta por Francisco de Oliveira, fariam parte de uma mesma unidade contraditória, mas operante para o desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil.

Em 1979, é publicado “A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial”, organizado por Ermínia Maricato. Esse livro, nas palavras de Francisco de Oliveira que o prefaciou, não pretendia construir um estatuto teórico próprio para o urbano, mas ao contrário, determiná-lo concretamente, a partir da ótica de que “são os processos de reprodução do capital industrial e sua articulação pelo capital em geral, suprema abstração específica do capitalismo dos oligopólios, que determinam os processos particulares” (p.19).

Porém, as análises e interpretações do concreto observado, solidamente embasadas por teorias da renda fundiária aplicadas à economia urbana (derivada da vertente marxista), contidas naquela publicação, transformaram-se em referências teóricas de interpretação da estrutura urbana, principalmente para o caso de São Paulo.

Um exemplo é o artigo publicado por Nabil Bonduki e Raquel Rolnik, “Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho”, o qual tem como objeto empírico loteamentos do Município de Osasco. Esses autores manifestam a sua inquietação com a falta de uma definição precisa para o termo periferia²⁴ e a definem como:

²⁴ “Em geral, a definição de periferia é utilizada indiscriminadamente para designar, numa visão geográfica, os espaços que estão distantes do centro metropolitano e na faixa externa da área urbanizada e, numa visão sociológica, os locais onde a força de trabalho se reproduz em péssimas condições de habitação. Aparentemente,

As parcelas do território da cidade que têm baixa renda diferencial. [...] A renda diferencial é o componente da renda fundiária que se baseia nas diferenças entre as condições físicas e localizações dos terrenos e nos diferenciais de investimentos sobre eles, ou no seu entorno, aplicados (BONDUKI; ROLNIK, 1979b, p. 147).

Essa definição foi amplamente reproduzida em outros estudos sobre as periferias²⁵, uma vez que vinculava fortemente o sentido de periferia à precariedade urbanística. Ainda assim, o termo periferia continuou sendo utilizado pelo senso comum, mas também por técnicos e intelectuais, com diversos sentidos, principalmente, associado à pobreza e à distância geográfica em relação ao centro.

A partir do final dos anos 1980, e principalmente do início da década de 1990, considerações sobre a estrutura espacial da metrópole colocam o modelo centro-periferia em questão. Isto se deve, em grande parte, às mudanças nos padrões de acumulação e, portanto nas características da urbanização, como vimos no primeiro capítulo e retomamos no início deste. Além disso, é nesse período que as discussões de inspiração marxista são em parte substituídas por pesquisas que buscam o entendimento dos comportamentos banais, onde, acreditava-se, estariam os elos que interligam os processos estruturais e as práticas sociais.

Porém, a força da representação centro-periferia persiste, até os dias atuais, na sociedade. Especificamente com relação à análise da estrutura sócio-espacial da metrópole, encontramos na literatura alguns estudos que procuram atualizar a análise anterior baseada no modelo centro-periferia, destacamos a seguir três desses trabalhos.

2.2.2 Novos modelos de estruturação do espaço urbano

Diante da complexidade cada vez maior das grandes cidades brasileiras, os estudos sobre o espaço intra-urbano procuram aprimorar antigos e criar novos modelos de análise. A visão de conjunto e a descrição de padrões, já presentes nos estudos da Escola de Chicago, embasam, em diferentes graus, esses estudos.

Os trabalhos apresentados, a seguir, são referências nos estudos mais recentes que aludem à questão centro-periferia. Villaça (2001) dedica-se a um estudo, de maior amplitude, sobre a configuração das metrópoles brasileiras, a auto-segregação da burguesia e a dominação exercida por essa classe sobre o destino das localizações espaciais. Já Taschner e Bógus (2000 e 2005) e Torres *et al* (2003) concentram-se, respectivamente, na análise da distribuição espacial da população, segundo características socioeconômicas, no Município e na Região Metropolitana de São Paulo.

é consenso que as duas definições estão falando da mesma coisa; no entanto, este uso indiscriminado do termo leva a uma série de imprecisões” (BONDUKI; ROLNIK, 1979b, p. 147).

²⁵ Ver, por exemplo, COSTA, 1984; MAUTNER, 1999 e MARQUES; BICHIR 2001.

Villaça (2001) parte da premissa de que, por terem sido produzidas pela mesma formação social, pelo mesmo Estado e no mesmo momento histórico, a organização intra-urbana das metrópoles brasileiras apresenta importantes traços comuns.

Em sua análise, identificamos dois momentos analíticos. Primeiro a aplicação do modelo desenvolvido por Hoyt para o caso das metrópoles brasileiras e, segundo, uma reflexão sobre a auto-segregação da burguesia em um único setor da cidade.

A organização interna das metrópoles brasileiras, altamente influenciada pelas vias – rodovias e ferrovias – regionais, seria "um pouco um misto de círculos concêntricos e de setores de círculo, apesar de os últimos predominarem sobre os primeiros e apresentarem maior potencial explicativo dos processos espaciais intra-urbanos" (VILLAÇA, 2001, p.113). O objetivo de Villaça é empregar "modelos simplificados de estrutura urbana para simples descrições e definições de tipologias", uma vez que tais modelos "reduzem o espaço metropolitano a seus elementos mais fundamentais, além de exagerar na segregação e na simplificação das formas" (Ibid., p. 114)²⁶.

Adotando uma leitura de inspiração marxista, Villaça afirma que "a acessibilidade de um terreno ao conjunto urbano revela a quantidade de trabalho socialmente necessário dispendido em sua produção. Quanto mais central o terreno, mais trabalho existe dispendido na produção dessa centralidade, desse valor de uso. Os terrenos da periferia têm menos trabalho social incorporado em sua produção do que os centrais" (Ibid., p. 74).

Contudo discorda da tese de Lojkin sobre a segregação²⁷, isto é, de que esta seria uma manifestação da renda fundiária urbana, "um fenômeno produzido pelos mecanismos de formação dos preços do solo, estes por sua vez, determinados [...] pela nova divisão social e espacial do trabalho". Para Villaça, essa compreensão do fenômeno de segregação decorre de um conceito muito amplo de segregação, pois Lojkin não esclareceria como a segregação é produzida, apenas presumindo, no final de sua análise, que as classes de mais alta renda ocupam a terra mais cara e, as de mais baixa renda, a mais barata.

Porém como constata Villaça, nem sempre as camadas de alta renda moram em terra cara. Essas camadas também ocupam terra barata na periferia, na Granja Viana ou Alphaville. Nesse sentido, portanto, não é rigorosamente verdadeiro que o preço da terra determine a distribuição espacial das classes sociais (Ibid., p. 145-146).

²⁶ São desprezados, por exemplo, os subcentros de comércio e serviços, elementos importantes na estrutura urbana. Contudo, Villaça (2001) reconhece que a classe média baixa, sem acesso, inclusive social e econômico, ao centro principal, desenvolve subcentros de comércio e serviços para seu próprio uso.

²⁷ Segregação entendida como "um processo segundo o qual, diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes *regiões gerais* ou *conjuntos de bairros* da metrópole" (VILLAÇA, 2001, p.142).

A tese de Villaça indica que é a classe dominante, ou a burguesia, termos utilizados em sua obra como sinônimos, que comanda a estruturação do espaço e, no processo de disputa pela melhor localização (o que implica na otimização dos deslocamentos), atrai o centro da cidade em sua direção²⁸. Assim, as camadas de mais alta renda controlam a produção do espaço urbano por meio de três mecanismos fundamentais; um de natureza econômica – o mercado, no caso, fundamentalmente o mercado imobiliário; outro de natureza política: o controle do Estado, por meio da localização dos aparelhos do Estado, produção de infra-estrutura e da legislação urbanística, e, finalmente, através da ideologia²⁹ (Ibid., p. 334).

Embora o trabalho de Villaça esteja dedicado ao estudo da estrutura das metrópoles, informa-nos pouco sobre as periferias ao estar focalizado no entendimento da auto-segregação dos mais ricos, como fator determinante da segregação espacial.

Nesse sentido, os estudos de Taschner e Bógus (2000, 2005) avançam ao propor uma descrição física e socioeconômica do Município de São Paulo.

De um lado, as autoras preocupam-se com a descrição da estrutura espacial do município como um todo, de outro, pretendem investigar a hipótese da dualização social do espaço urbano como resultado da reestruturação produtiva.³⁰

Para a descrição da estrutura espacial, Taschner e Bógus dividem o município em 5 anéis³¹ – central, interior, intermediário, exterior e periférico. Para as autoras, a utilização deste recorte espacial parodiando os anéis de Burgess mostrou-se eficaz como recurso explicativo e apontou para "uma estrutura social fragmentada, que tende à crescente segregação" dos mais ricos (TASCHNER; BÓGUS, 2000, p. 275).

O cruzamento desse modelo com dados dos Censos Demográficos, de 1970, 80 e 91 e Contagem de População de 1996 permitiu às autoras constatar "uma progressão da população pobre no espaço rumo à periferia", enquanto as "demais camadas sociais"

²⁸ A disputa pelas localizações é uma disputa pela otimização (não necessariamente minimização) dos gastos de tempo e energia. [...] As condições de deslocamento dos indivíduos se inserem na esfera da sua reprodução e, no contexto aqui desenvolvido, na reprodução das classes sociais e nas suas condições de dominação e subordinação (Ibid., p.333-334).

²⁹ Conceito, no sentido marxista, que se refere ao conjunto de idéias presentes nos âmbitos teórico, cultural e institucional das sociedades, que se caracteriza por ignorar a sua origem materialista nas necessidades e interesses inerentes às relações econômicas de produção, e, portanto, termina por beneficiar as classes sociais dominantes (Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa).

³⁰ Segundo Sassen (1991 *apud* TASCHNER; BÓGUS, 2000), as grandes cidades do mundo têm-se reestruturado como cidades globais, em função da nova divisão internacional do trabalho. Sua hipótese central aponta para a existência de vínculo estrutural entre o tipo de transformação econômica característica dessa cidade e a intensificação de sua dualização social e urbana.

³¹ Esses anéis são resultado do agrupamento dos distritos do Município. Na construção desses anéis, a variável privilegiada foi a demográfica (de acordo com os dados do Censo de 1991). Assim, no anel central são agrupados distritos que tem até 15% de população jovem (até 15 anos); no anel interior, distritos com cerca de 20% de população jovem; no anel intermediário, distritos com 30% de população com menos de 15 anos; no anel exterior, a proporção de jovens é de 35% e no periférico, de 40%.

distribuiriam-se de "forma espraiada" (Ibid., p.248). Para as autoras é na periferia que estão as maiores taxas de crescimento do município e as favelas, onde se concentra a população jovem e são piores os índices domiciliares, tanto o de confinamento como o de acesso a bens de consumo.

Taschner e Bógus acreditam que a polarização social crescente se expressa nos níveis muito desiguais de renda, de acesso à educação formal e de qualificação profissional (Ibid., p. 276). Entretanto, a análise dos dados pelos anéis, anteriormente citados, indica uma estrutura espacial não-dual, com "aumento relativo das camadas médias nas áreas periféricas", não obstante a "existência de espaços fortemente segregados" tanto de alta como de baixa renda (Ibid., p. 277).

Esse trabalho foi revisto em 2005. No artigo "Continuidades e Descontinuidades na Cidade dos Anéis", as autoras atualizam a caracterização da estrutura espacial do Município de São Paulo incorporando, à análise anterior, os dados do Censo Demográfico 2000 e, portanto, observando a dinâmica da década de 1990.

Os dados desse trabalho confirmam os resultados antes alcançados, isto é, grupos mais ricos continuam altamente concentrados no anel interior e a população moradora das periferias ainda apresenta níveis de renda e de escolaridade mais baixos que as populações das áreas mais centrais, da mesma forma em que as favelas estão localizadas principalmente na periferia do Município de São Paulo.

Contudo, a análise dos rendimentos dos chefes de domicílio aponta para uma diminuição da renda nas periferias acompanhada de maior variabilidade, em contraponto a um aumento, acompanhado de maior homogeneidade, dos rendimentos dos chefes de domicílio nos anéis central, interior e intermediário. As autoras ainda constatarem neste estudo, que "o padrão radio concêntrico é mais atuante na educação que na renda" ³² (Ibid.,p.21)

Por fim, advertem que embora "o modelo centro periferia ainda retrate a cidade, não se pode negar a diversidade de grupos sociais em muitos pontos do espaço urbano", e concluem, relativizando a estrutura analisada no artigo anterior, que "no ano 2000, a cidade muda, com antigos perfis em dissolução" (Ibid.,p. 22).

As autoras dialogam especialmente com a recente produção do Centro de Estudos da Metrópole – CEM que, desde 2001, "desenvolve estudos avançados sobre temas relacionados aos processos de urbanização e metropolização de São Paulo e outras cidades

³² Essa mesma constatação é feita no trabalho de Torres *et al* (2003).

brasileiras"³³. Destacamos a seguir, um dos trabalhos produzidos pelo CEM, que busca compreender a distribuição espacial da pobreza a partir da crítica ao modelo centro-periferia.

Torres *et al* analisam os padrões espaciais de distribuição de situações de vulnerabilidade social a partir de informações sociodemográficas do Censo de 2000, considerando os setores censitários da Região Metropolitana de São Paulo. Adotando como premissa a múltipla dimensão da pobreza, os autores constroem, através de uma análise fatorial, um indicador de privação com base nos dados sobre renda média, número de famílias abaixo da linha da pobreza, escolaridade, gênero e tamanho da família.

Os resultados obtidos confirmam que a população das periferias muito distantes sofre, em média, maiores níveis de privação do que as do centro da cidade e das áreas intermediárias³⁴. Entretanto, do centro para as periferias, os autores observaram a existência de uma heterogeneidade social substancial em cada um dos “anéis”, ao contrário do sustentado por autores como Taschner e Bógus (2000).

Torres *et al* constataam que a distribuição espacial dos grupos sociais apresenta muitas descontinuidades e inversões, sugerindo que o modelo radial-concêntrico limita-se a uma simplificação genérica da forma urbana:

[...] encontramos uma significativa diversidade dentro das periferias, nas quais diferentes grupos estão sujeitos a condições de vida muito diferentes, por exemplo, no que se refere aos índices de homicídio e desempenho escolar. Em alguns espaços da periferia, há uma intensa concentração de indicadores negativos, que sugerem a existência de “pontos críticos” com condições sociais precárias. Todos esses dados indicam que a distribuição de grupos sociais na metrópole é muito mais complexa e heterogênea do que geralmente considera a literatura, que tende a homogeneizar as periferias, com importantes conseqüências para as políticas públicas (p. 21)

A partir do breve exame desses estudos, que teve por objetivo reconhecer a revisão em curso do modelo centro-periferia em São Paulo, percebemos, não obstante as diferenças de método e dos resultados alcançados, um esforço em descrever e definir, ainda que provisoriamente, a complexidade das situações atuais.

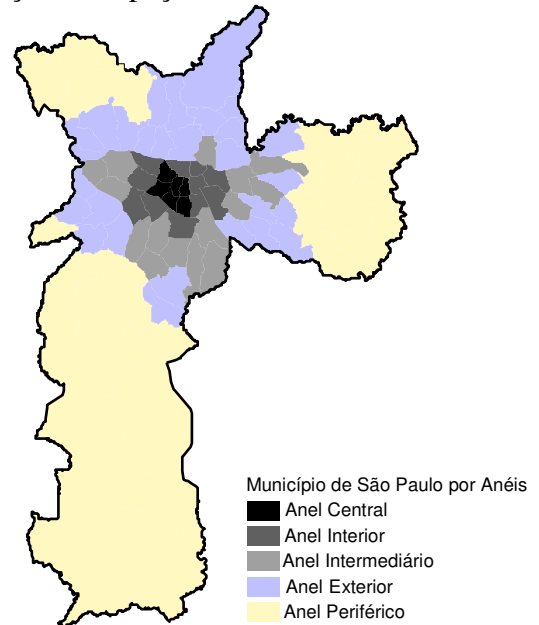
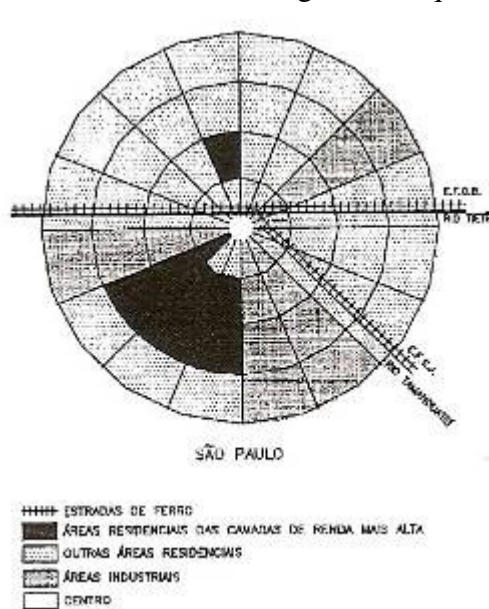
A figura abaixo ilustra alguns dos esquemas utilizados, pelos autores citados neste sub-item, para classificar a realidade com o intuito de melhor compreendê-la. Para enriquecer essa ilustração, acrescentamos uma figura com a imagem de satélite da mancha urbana da

³³ O CEM é um dos dez Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão da FAPESP e está sediado no CEBRAP. Cf. <http://www.centrodametropole.org.br/home.html>

³⁴ Consideram áreas intermediárias aquelas a uma distância de 2 a 10 km do centro. Este, no caso e para efeitos dos cálculos, foi localizado no Shopping Iguatemi, "shopping center mais antigo e importante do país e o cerne da região mais rica de São Paulo nos últimos tempos" (Frugoli, 1998 *apud* Torres *et al*, 2003)

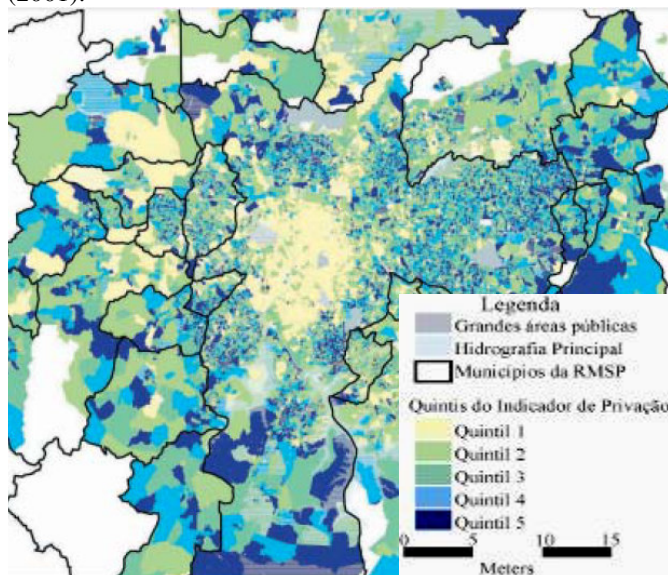
metrópole de São Paulo sobreposta aos tipos de assentamentos mais frequentes nas periferias, ou seja, favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais.

Figura 2. Esquemas de representação do espaço urbano.



Estrutura espacial da área metropolitana de São Paulo segundo o modelo proposto por Hoyt e adaptado por Villaça (2001).

Divisão em Anéis do Município de São Paulo proposta por Taschner e Bógus (2000).



Distribuição Espacial do Indicador de Privação por Setores Censitários da Região Metropolitana de São Paulo, para o ano de 2000, construído por Torres *et al* (2003).

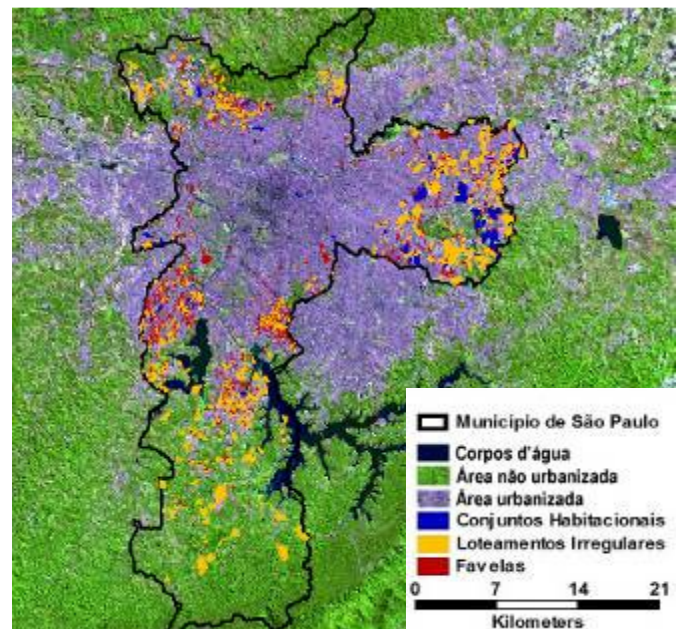


Imagem de satélite da área metropolitana de São Paulo com a localização de favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais no Município de São Paulo. Elaboração da autora a partir de dados da Superintendência de Habitação Popular (2008) e Imagem Landsat (2000).

Os resultados alcançados pelas análises dos autores aqui apresentados, interessantes do ponto de vista da heterogeneidade, das condições socioeconômicas, revelada

e da análise de tendências, implicam em um distanciamento das condições materiais reais de reprodução cotidiana das classes e segmentos sociais. Nesta direção, concordamos com Marques quando este diz que "embora seja possível afirmar a existência empírica de uma distribuição dos grupos de tal e qual feitio, isso pouco nos informa sobre os processos que ocorrem em cada local, a não ser que estudemos esses processos em detalhe" (MARQUES, 2005, p.37).

Assim, análises recentes da estrutura urbana da metrópole, baseadas em modelos espaciais, pouco nos informam sobre os processos em curso atualmente nas periferias, inclusive sobre o processo de consolidação aqui problematizado. A seguir, veremos algumas citações do termo periferia consolidada, acreditamos que este derive diretamente dos modelos utilizados para hierarquização (espacial e social) da cidade.

2.3 Periferia Consolidada: usos e contexto

Diferente do observado com relação à periferia, que foi amplamente conceituada e definida³⁵, as referências que encontramos à periferia consolidada não informam muito sobre sua definição. Em geral, encontramos o uso do termo associado a uma necessidade de diferenciação hierárquica dos espaços da cidade. Com o intuito de verificar a capacidade explicativa da categoria periferia consolidada, realizamos, entre 2006 e 2007, uma busca em periódicos e livros, que abordam a problemática urbana, publicados recentemente. Apresentamos a seguir uma sistematização das citações que encontramos deste termo.

Optamos por mencionar as citações do termo em estudos tanto sobre São Paulo quanto o Rio de Janeiro. Isto porque estes estudos são relativamente escassos. Em geral, tratam dessas duas metrópoles e, como veremos, os usos do termo obedecem a critérios semelhantes.

Lago (1998), em estudo sobre a estruturação urbana e a mobilidade espacial na metrópole do Rio de Janeiro, utiliza o termo periferia consolidada para designar municípios periféricos cuja taxa de crescimento anual da população, na década de 1980, foi inferior a 1% ao ano – Municípios de Nilópolis e São João de Meriti. Periferias consolidadas, nesse caso, não existiriam no Município do Rio de Janeiro. No estudo aqui citado, a taxa de crescimento da periferia consolidada, similar à das áreas centrais, permitiria a sua caracterização como área de expulsão.

³⁵ Para uma síntese da literatura sobre periferias ver Durham (1986) e Ribeiro e Lago (1994).

Cardoso *et al* (2007) apontam que a estrutura metropolitana do Rio de Janeiro pode ser apresentada da seguinte forma: "Núcleo, Zona Suburbana, Periferia Consolidada e Periferia em Expansão" (p. 7-8). A periferia consolidada, nesse caso, seria definida por apresentar "altas taxas de crescimento populacional entre os anos 1940 e 1970" e por concentrar "uma população pobre, com menor escolaridade, mais jovem, mais negra e com pouco acesso a serviços e equipamentos urbanos" (p.7-8).

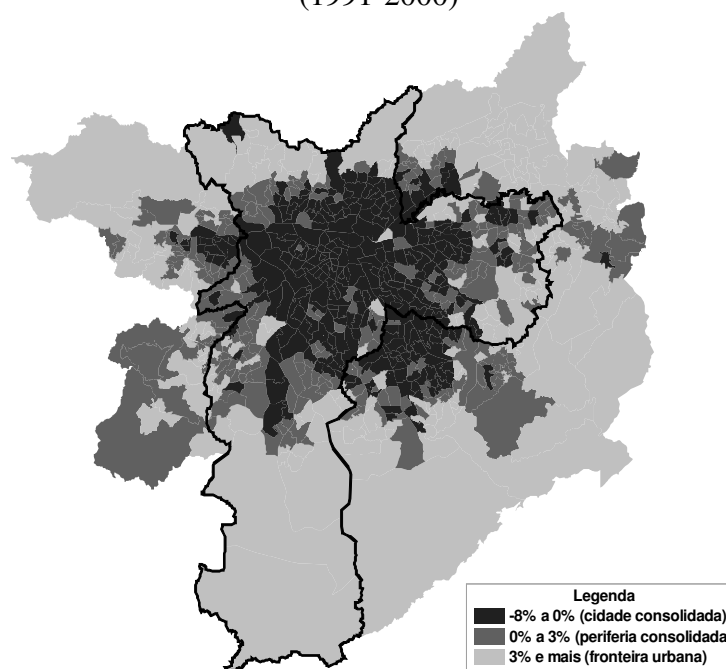
Ribeiro (2001), em artigo que analisa, segundo tipologia sócio-ocupacional, a dinâmica demográfica na metrópole do Rio de Janeiro, entre as décadas de 1980 e 1990, utiliza o termo periferia consolidada para referir-se a áreas da metrópole que teriam sofrido um processo de elitização moderada. Segundo o autor, essas áreas indicam um processo de diferenciação social da periferia: em 1980, eram "operárias" e, na década analisada, apresentam aumento do peso dos "prestadores de serviços" e, em menor grau, das "categorias superiores", o que expressaria a existência de "processos de renovação social de áreas populares pela mobilidade espacial, em sua direção, de pessoas com status social mais elevado (categorias de profissionais de nível superior), ao mesmo tempo em que teria ocorrido a elevação do status social dos antigos residentes" (RIBEIRO, 2001, p. 10).

Torres (2005), em estudo sobre a dinâmica demográfica intra-urbana de São Paulo na década de 1990, divide "para fins operacionais" (p. 106) a região metropolitana em três sub-regiões – a cidade consolidada, a periferia consolidada e a fronteira urbana – utilizando como critério a taxa de crescimento da população por áreas de ponderação do Censo Demográfico. O autor define como fronteira, as áreas que apresentaram taxas de crescimento demográfico superiores a 3% ao ano no período de 1991 a 2000; como periferia consolidada, as áreas com taxas de crescimento entre 0 e 3% ao ano e, como cidade consolidada, as áreas com crescimento negativo.

Para esse autor tanto a fronteira urbana como a periferia consolidada são áreas pobres. Entretanto, poderiam ser diferenciadas com base na observação do crescimento demográfico e na oferta de bens de consumo coletivo:

Enquanto nas áreas de fronteira urbana – que em alguns casos estava crescendo a mais de 10% ao ano - tudo está por construir (incluindo arruamentos, escolas, postos de saúde e saneamento básico), na periferia consolidada grande parte dos equipamentos sociais está presente, e a política social tende a implicar outros elementos, como melhoria do ensino básico e das condições de moradia e acesso ao mercado de trabalho e ao crédito (TORRES, 2005, p. 108).

Figura 3. Taxa de crescimento anual das áreas de ponderação da mancha urbana de São Paulo (1991-2000)



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000. Reproduzido pela autora a partir de Torres, 2005, p.107.

O processo de consolidação das periferias segundo Torres, estaria relacionado ao tempo de ocupação: “muitas das “periferias mais antigas” são áreas mais consolidadas, onde o Estado está presente, regularizando a ocupação e estendendo a rede de serviços” (p. 106).

Os termos periferia consolidada e fronteira já haviam sido utilizados em pesquisa coordenada por Raquel Rolnik, finalizada no início de 2000, sobre as transformações da Zona Leste do Município de São Paulo. Os critérios para a divisão da parte leste do Município em “sub-regiões”, apresentadas na figura a seguir, foram: “as tendências econômicas recentes na Zona Leste e na economia metropolitana, as transformações na indústria, os novos – e antigos – padrões no comércio e serviços, as condições de vida, os investimentos imobiliários, os padrões de mobilidade, a morfologia” (ROLNIK, 2000, p. 85).

Segundo essa pesquisa, a periferia consolidada representaria “a expansão periférica que foi predominante na metrópole a partir dos anos 40, cuja ocupação encontra-se consolidada à força de persistentes microinvestimentos privados e lutas pela provisão de infra-estrutura no sentido de superar a precariedade original” (ROLNIK, *op.cit.*, p. 86).

Figura 4. Regionalização da Zona Leste por sub-regiões



Fonte: Rolnik *et. al.*, 2000, p. 111

Telles (2006), baseando-se em outros critérios, apresenta uma abordagem distinta do fenômeno aqui refletido. Sua análise não está prioritariamente dedicada à estruturação do espaço; mas, sim, ao que denomina de mobilidades urbanas, explicadas segundo a trajetória, a linha que liga o ponto de saída ao outro, de chegada. Nesse contexto, a periferia consolidada sedimentaria, em sua “serrada trama de relações sociais”, “tempos biográficos e tempo social”. Em contraposição a “regiões mais distantes em que a urbanização ainda se faz em ato”, a periferia consolidada seria o resultado do “ciclo de integração urbana” que ocorreu entre os anos 1970 e meados da década de 1980 (p. 8-10). Assim Telles descreve as periferias consolidadas:

Vistas de hoje, com suas ruas pavimentadas, razoável cobertura de serviços e equipamentos urbanos, mal deixam imaginar o “fim de mundo” que eram no início dos anos 70 - “aqui era só mato”, é a expressão corrente dos moradores quando narram seus percursos, epopéias urbanas contadas e lembradas como evidências de uma vida que, mal ou bem, foi construída, e assim narrada, sob o signo do “progresso” (TELLES, 2006, p. 10).

Os estudos apresentados, até esse momento, oferecem-nos diferentes leituras da consolidação das periferias.

Consideramos que o termo periferia consolidada é utilizado pela necessidade de nomear – tanto em estudos sobre a estrutura sócio-espacial da metrópole quanto na prática do planejamento urbano – áreas originalmente precárias e irregulares, que, no momento da

observação, apresentam razoável oferta de infra-estrutura e acesso aos serviços. Estas áreas apresentariam, no momento da observação, pequena taxa de crescimento face a periferias recentes, permanecendo como uma região ocupada por população pobre, ainda que esta possa ter apresentado alguma mobilidade social ascendente.

Apresentamos, a seguir, um quadro comparativo das categorias periferia e periferia consolidada a partir das pesquisas e estudos apresentados nesse capítulo.

Quadro 1. Síntese comparativa entre as categorias periferia e periferia consolidada.

Categoria	Definição	Dimensão temporal
Periferia	Parcelas do território da cidade com baixa renda diferencial, em geral originadas de loteamentos irregulares, que concentram população pobre.	Utilizada a partir dos anos 1970 e até hoje, embora com ressalvas quanto a mudanças no seu conteúdo.
Periferia Consolidada	Áreas originadas de maneira precária e irregular, que possuem razoáveis ou boas condições urbanas de infra-estrutura e acesso a serviços, com baixo crescimento populacional e população pobre.	Utilizado, mais intensamente, a partir do final dos anos 1990, para diferenciar regiões no interior da periferia.

A carência de reflexões mais aprofundadas indica que o termo periferia consolidada não chega a apresentar-se realmente como um conceito. Na maioria das vezes, o termo é utilizado como uma categoria mediadora entre dois outros conceitos (por exemplo, centro ou núcleo e periferia). Afinal, como nos orienta Oliveira (1995), o homem não pensa sem a ajuda de categorias. São as categorias que organizam a realidade, de modo a imprimir nesta a inteligência do espírito, a seu modo pré-formador dessa mesma realidade.

Dessa maneira, a criação da categoria periferia consolidada pode ser justificada pela necessidade de distinguir loteamentos periféricos bem equipados e com crescimento populacional estabilizado, de periferias mais recentes e outros tipos de moradia da população de baixa renda, tais como favelas, conjuntos habitacionais e cortiços.

Após esse retrato da periferia consolidada, obtido por meio de estudos que citam o termo, analisaremos algumas concepções do processo de consolidação³⁶.

2.4 O destino das periferias: fazendo existir o que existe

O autor, mesmo quando só diz com autoridade aquilo que é, mesmo quando se limita a enunciar o ser, produz uma mudança no ser: ao dizer as coisas com autoridade, quer dizer, à vista de todos e em nome de todos,

³⁶ As referências e entrevistas utilizadas na próxima seção se restringem ao caso paulista, não obstante temos considerado abordagens do Rio de Janeiro na seção em que constatamos os usos do termo periferia consolidada, acreditamos que o estudo de processos, como os relacionados à consolidação das periferias, envolve aspectos particulares de cada cidade.

publicamente e oficialmente, ele subtrai-as ao arbitrário, sanciona-as, santifica-as, consagra-as, fazendo-as existir como dignas de existir, como conformes à natureza das coisas "naturais" (BOURDIEU, 1989, p. 114).

Mesmo que o termo periferia consolidada não tenha sido desenvolvido como um conceito efetivo, o seu uso corrente constitui-se num fato consumado.³⁷ Nesse sentido, lembramos a comparação entre o sociólogo e o censor feita por Bourdieu (1989). Para este, “o sociólogo expõe-se, a partir do momento em que aceita tornar públicos os resultados das suas pesquisas, a que lhe atribuam o papel do censor [...] que reduz as pessoas classificadas à verdade objetiva que a classificação lhes determina” (p. 118-119).

É por esse motivo, o uso corrente da categoria periferia consolidada, que julgamos importante dedicar-nos mais intensamente ao seu estudo. Consideramos que a urbanização das cidades brasileiras, ainda hoje, se dá, em grande parte, através do processo de periferização, sucedido por um processo de consolidação das periferias, que, como o primeiro, incorpora características específicas do meio econômico, político e social. Por esta razão, entendemos tanto a periferização quanto a consolidação das periferias como modos específicos de estruturação do espaço urbano.

De maneira a complementar o item anterior, no qual apresentamos os usos do termo periferia consolidada, pretendemos neste, expor as características e/ou a lógica do processo de consolidação com base na literatura especializada, em parte já citada na seção anterior, e em entrevistas realizadas com profissionais de alguma maneira ligados a essa temática.

Um dos fenômenos mais citados e refletidos com relação à oferta de bens de consumo coletivo nas periferias é a conseqüente substituição dos antigos moradores. Este fenômeno é analisado por Bonduki e Rolnik (1979a). Em pesquisa realizada na segunda metade dos anos 1970 em cinco loteamentos de Osasco, Região Metropolitana de São Paulo, constatam que, no loteamento mais consolidado (aberto em 1951), a maioria dos primeiros moradores havia sido substituída. Os autores registram que "vários moradores quando interrogados a respeito da mudança de seus vizinhos apresentavam como causa motivos individuais e aleatórios". Entretanto, advertem que, apesar dessa evidência, a substituição dos moradores mais antigos "tem origem em processos bem mais amplos" (p. 75). Finalmente concluem que:

Ao relacionar espaço a preços, a renda da terra impõe padrões de ocupação que segregam o território urbano, produto do trabalho coletivo. A elevação

³⁷ Uma consideração similar é feita por Cavalcanti (2007) numa exploração sobre favelas consolidadas no Rio de Janeiro.

da renda diferencial de um terreno torna-o cada vez mais inacessível às parcelas menos remuneradas da força de trabalho, cujos rendimentos são insuficientes para pagar seu preço. Assim as camadas de menor renda são "expulsas" para periferias cada vez mais carentes, o território que lhes cabe para habitar na metrópole será sempre sua parcela menos urbanizada e mais carente (BONDUKI; ROLNIK, 1979a, p.80).

Com relação a essa mesma tendência de substituição dos antigos moradores, Milton Santos acrescenta que, além da valorização dos terrenos, outra razão pela qual os pobres "tendem a não se fixar, sendo levados para localizações sempre mais periféricas" seria o preço cobrado pela manutenção dos serviços urbanos:

Esses gastos com água, luz, energia elétrica e limpeza urbana são inversamente proporcionais à renda, consumindo uma parcela substancial da renda dos menos favorecidos. Isto significa que a chegada de melhoramentos urbanos a uma área conduz, a médio prazo, à expulsão dos pobres, pela impossibilidade de arcarem com as respectivas despesas (SANTOS, 1990b, p. 51)

Segundo Mautner (1999), que dedicou-se a explicar o processo de transformação das periferias com base em orientação estrutural marxista, os loteamentos periféricos seriam a "base de um processo de produção de espaço urbano". A periferia seria, portanto, "um lugar *mutante*, sempre reproduzido em novas extensões de terra, enquanto velhas periferias são gradualmente incorporadas à cidade, ocupadas por novos moradores e reorganizadas pelo capital" (MAUTNER, 1999, p.253-254).

A autora reconhece um padrão "fragmentado, descontínuo no tempo e no espaço" de construção social da cidade, composto por uma seqüência de três camadas de trabalho, pelo qual as periferias seriam produzidas e apropriadas pelo capital. A primeira camada é realizada por parte do trabalhador que compra a terra (mesmo irregularmente), auto-construindo, na maioria das vezes, sua casa; a segunda camada de trabalho consiste na ação do Estado em estender a infra-estrutura para a área; por fim, a terceira camada seria aquela em que o capital se apropria do trabalho das camadas anteriores, transformando as áreas em "espaço urbano". Nesse processo, "vários de seus moradores originais acabam sendo expelidos para iniciar a primeira camada de trabalho em periferias mais distantes" (Ibid., p.256-257).

O trabalho de Mautner constitui-se numa referência para as análises do processo de consolidação das periferias, tendo sido citado por Rolnik (2000), Leme (2003), Barbon (2004) e Taschner; Bógus (2005). Além disso, foi citado por Raquel Rolnik e Lucio Kowarick nas entrevistas realizadas para esta dissertação e ainda mencionado em diversos diálogos, mantidos com urbanistas, durante a elaboração deste trabalho.

A existência de diferentes camadas ou estágios nas periferias foi também explicitada em depoimento de Nabil Bonduki, após cerca de 20 anos de sua primeira pesquisa sobre as periferias:

Quando fui para Habi³⁸, tive uma noção mais clara daquilo que já tinha aparecido no trabalho *Periferias*, dez anos antes: existem estágios diferentes de periferia. Por conta de Habi, eu fui pra todos os cantos da cidade e verifiquei que existiam aquelas periferias absolutamente ermas, sem nada, e outras bastante equipadas. Eu me lembro o susto que levei no primeiro dia que fui para a avenida Matteo Bei, em São Mateus, que era uma rua comercial. Tinha Casas Pernambucanas, agências de bancos, era um centro comercial constituído (BONDUKI, 2001, p. 96).

Bonduki, nesse mesmo depoimento, apresenta uma importante reflexão, frente à consolidação das periferias, sobre as imbricações entre espaço físico e social desses territórios:

Quando toda a periferia tiver água, luz, asfalto, esgoto – e estamos nos encaminhando para isso – então, vai acabar a periferia? Eu acho que não. Por causa do elemento social (BONDUKI, 2001, p. 97).

Essa é uma das questões que motiva a realização desta dissertação. No entanto deixaremos para tratá-la no próximo capítulo. Aqui, seguiremos com as considerações sobre o processo de consolidação das periferias recolhidas através do exame da bibliografia especializada e de entrevistas.

Segundo Barbon (2004), a partir de modelos matemáticos inspirados na economia neoclássica e de análises relacionadas ao ciclo de vida é possível afirmar que as áreas periféricas levam, "a partir do início da ocupação, entre 20 e 25 anos para se consolidarem, incorporando características definitivamente urbanas e atraindo quantidade significativa de famílias".

Esse processo seria composto de dois momentos (ondas). Ao final da primeira onda (pioneira), cerca de quinze anos após o início da ocupação sistemática da área, a localidade tenderia a apresentar um volume de moradores suficiente "para exercer pressão por melhorias na infra-estrutura básica", ocorrendo também maior "atratividade para os pequenos negócios e serviços complementares". A segunda onda de ocupação (consolidação) já encontraria, em geral, a "região com relações mais fortes com a malha urbana metropolitana representadas, por exemplo, pelo transporte coletivo público, ainda que precário; pelo calçamento e iluminação pública das principais vias de acesso; pelas instituições de ensino público, etc." (BARBON, 2004, p.14-15).

³⁸ Bonduki refere-se à Superintendência de Habitação Popular da Secretaria Municipal de Habitação, da qual foi superintendente entre 1989 e 1992.

Para essa autora, a partir do momento em que estes “núcleos” são incorporados à cidade, tendem a ser absorvidos pelo mercado formal, sendo assim gerado um novo processo de expulsão e de segregação. Isso porque, quando o estoque de terras desocupadas já é quase inexistente, o capital imobiliário, neste modelo de expansão da metrópole, depende da expulsão de moradores e da conseqüente desvalorização e deterioração de áreas urbanas para, posteriormente, pressionar o poder público a investir em reabilitação, reabsorver a área para o mercado formal e realizar o lucro através da revalorização da terra.³⁹

* * *

Como encontramos poucas referências específicas ao processo de consolidação das periferias na bibliografia especializada, optamos por realizar algumas entrevistas com o objetivo de aprofundar a nossa compreensão deste processo. Apresentamos, a seguir, algumas considerações realizadas por profissionais dedicados ao estudo da metrópole de São Paulo, tanto na universidade quanto em órgãos responsáveis pelo planejamento urbano.

Lúcio Kowarick⁴⁰ compreende por periferia consolidada zonas distantes do centro, e "essa distância pode variar muito", que receberam serviços urbanos básicos – água, esgoto, coleta de lixo, pavimentação e iluminação pública – e que, nos anos 1970, "eram absolutamente ou muito desprovidas desses serviços". Dessa maneira, "tanto essas áreas como as casas construídas em terrenos clandestinos foram se aprimorando no sentido de ter níveis de habitabilidade melhor". Na reflexão deste processo, ressalta a força dos movimentos sociais, nos anos 1970 e 1980, e aponta para o crescimento das favelas nos interstícios do tecido periférico, principalmente após os anos 80.

Contudo, para esse pesquisador, essa melhoria ainda é muito precária:

A periferia consolidada, eu fiz dois vôos de helicóptero sobre São Paulo, ela é de uma monotonia total, é um cinza, uma cor cinzenta meio amarelada e é contínua, é uma casa em cima da outra, ruelas e sem de fato ter havido um planejamento urbanístico que desse uma diretriz, são quilômetros e quilômetros e de repente um ponto verde, então eu diria que há uma consolidação muito precária tanto das casas como dos bairros do ponto de vista de qualidade de vida urbana.

Kowarick concorda que o ritmo da periferização mudou a partir dos anos 1970, o que estaria relacionado com a redução do crescimento da metrópole como um todo; porém acredita que o processo continua substantivamente o mesmo, isto é, à medida que os

³⁹ Acreditamos, entretanto, que este é um fenômeno típico das áreas centrais e não das periferias, ainda que consolidadas. Nestas áreas, o mercado entra quando o preço dos terrenos é considerado vantajoso e a demanda grande. Não observamos, concretamente, um processo de desvalorização, reabilitação e revalorização em áreas periféricas em São Paulo.

⁴⁰ Professor do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Entrevista realizada em 25/06/2007.

investimentos avançam, gerando a consolidação das periferias mais antigas, novas periferias se formam em áreas mais distantes e sem bens de consumo coletivos.

Você tem sempre uma situação mais periférica, mais longínqua, sem serviços, com problema de conflito de terra e altos índices de homicídio. E isso é uma constante criação, a cidade vai crescendo e na medida que essa consolidação, mesmo precária, chega o preço das casas e dos terrenos aumenta e faz com que a população mais pobre só possa ir para zonas desprovidas, até que daqui dez anos, vinte anos, quando essas zonas também vão ser incorporadas, dessa maneira muito desprovida, muito sem planejamento, muito caótica. [...] A literatura aponta, de uma maneira geral, que quando chegam investimentos, o aluguel aí sobe, geralmente o inquilino não pode pagar e chega uma faixa de renda maior, então há sempre um processo também de expulsão de população que não pode pagar o assim chamado preço do progresso.

Destaca Kowarick, por fim, que a grande diferença dos anos 1970, além da melhora nas condições urbanísticas, "é que houve um aumento muito grande da violência, da criminalidade, que é um fenômeno que nos anos 70 praticamente não existia".

Maria Lúcia Refinetti Martins⁴¹ também menciona o encadeamento entre investimento público em infra-estrutura e mercado imobiliário:

O termo consolidado é muito complicado, bem ou mal seria o primeiro processo que é o poder público trazer o equipamento, a infra-estrutura. Na Zona Leste, por exemplo, chegar o metrô e uma série de coisas desse gênero. Daí o outro processo de mudança, da questão imobiliária, é muito pela oferta e disponibilidade de terrenos [...] essa é uma dúvida, se é uma questão de tempo, ou seja, que o mercado incorporador vai engolindo o que tem pela frente.

Para Martins, há uma diferença entre a população das áreas mais antigas, como a Zona Leste, e a população de áreas mais recentes, como uma parte da Zona Sul. Por isso acredita que uma chave para a compreensão da diferença entre periferias seria a estrutura sócio-ocupacional. Nesta direção, constata que no Tatuapé, bairro da Zona Leste, não obstante a renda elevada há uma diferença relacionada à trajetória das famílias. Assim, a renda é similar a observada em bairros centrais; porém, a importância dada à escolaridade e, principalmente, à cultura é menor.

Para Raquel Rolnik⁴², o conceito de periferia não é muito adequado para a realidade atual. Observa que, nos anos 1970, havia certa coincidência entre "o modo de inserção dos mais pobres na cidade" e a "franja urbana". Assim, o conceito de periferia correspondia a "um modelo de ocupação, de urbanização que estava em pleno vigor naquele

⁴¹ Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, coordenadora do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (LABHAB-FAUUSP). Entrevista realizada em 30/07/2007.

⁴² Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas e ex-Secretária Nacional de Programas Urbanos (2003-2007) do Ministério das Cidades. Entrevista realizada em 17/08/2007.

momento". No presente, devido às novas configurações territoriais dos segmentos de renda média e alta – "shopping centers, hipermercados, condomínios, que também ficam na franja, que também ficam distantes" – a forma mais adequada de refletir a urbanização brasileira seria através do próprio processo de produção do espaço, ou seja,

aquilo que foi o espaço produzido pelo mercado e pelo Estado dentro da normalidade e da legalidade e aquilo que é o habitat que foi produzido socialmente, um conceito interessante que os movimentos usam [...] o habitat auto-produzido, pelos próprios moradores, tem sua lógica econômica, territorial, inclusive sua lógica de contratos, de relações contratuais, de registros de propriedade, de transferências e etc.

O importante, para Rolnik, seria destacar como a periferia é construída "ao inverso do que a lógica do regular prescreve". Persistiria, a partir da origem, "uma marca visível e que atravessa todo o destino desse lugar", isto é, "tem implicações na própria consolidação física, urbanística, ambiental desses assentamentos, mas também na sua inserção política"⁴³, na relação que esses espaços, no mundo da cultura urbana, têm com a cidade".

Esta pesquisadora conclui o seu depoimento reconhecendo que a determinação de uma periferia como consolidada é "muito impressionista mesmo". E destaca: "o que importa é entender o processo e a tensão que tem entre essas categorias [o que foi produzido regularmente e o que não] e não claramente delimitar o que é consolidado".

Sobre o processo de consolidação, Rolnik afirma que, embora o período de trinta anos não seja constante, constitui-se numa aproximação do tempo necessário para que não seja mais possível reconhecer, de imediato, "como é que aquilo foi produzido tal o processo de consolidação e de investimento que vai acontecer". E acrescenta que:

A consolidação também pode ser lida como eterna porque os parâmetros mudam e novos conteúdos se colocam. O processo, claro que a gente está falando de um processo de formação com muita intensidade nos anos 1960 e 1970, foi produzindo o tecido e tem um ciclo, o trabalho da Ângela [Barbon]⁴⁴ mostra muito bem isso, mas a experiência empírica também já mostrou que o tempo de consolidação de um bairro é de trinta anos [...]

Além disso, a arquiteta e urbanista associa a consolidação das periferias a uma questão geracional, ainda que, como refletido no segundo capítulo, a abertura de novos loteamentos tenha diminuído a partir da década de 1980.

Tem uma questão de ciclo de vida, no processo de formação de uma nova favela, de um novo loteamento clandestino ou irregular na franja, quem se instala normalmente são casais que já estão casados faz um tempo e com

⁴³ Para Rolnik, ao contrário de Marques, a associação entre a consolidação do bairro e o vínculo de seus moradores com políticos clientelistas é uma das dimensões mais marcantes do processo.

⁴⁴ Cf. Barbon (2004). Neste trabalho, a autora constata que "o deslocamento para áreas de ocupação mais recente tende a estar associada ao núcleo jovem, momento em que a família tem filhos menores ainda não contribuindo significativamente na composição da renda familiar" (p.5).

filhos pequenos. Então desse momento e até os filhos casarem e constituírem famílias é o período que vai consolidando o bairro, quando os filhos casam e constituem família, eles vão adensar lá dentro, seja na favela, seja no bairro de periferia – dentro do próprio quintal – e alguns anos depois, eles vão sair e abrir outra frente.

Portanto, é necessário relativizar a "expulsão" dos antigos moradores como uma consequência direta e contínua do processo de consolidação. Rolnik acredita, nesta direção, que a consolidação promove uma mudança no perfil social do bairro, isto é, "a renda do bairro sobe". Neste processo, os moradores antigos, que construíram sua própria casa, dificilmente a deixam, a não ser por uma tragédia familiar. Entretanto, quando as famílias não ascendem socialmente, acompanhando a consolidação do bairro, os filhos não conseguem se manter na área, deslocando-se para novas periferias.

Para Eduardo Marques⁴⁵, a concepção usual da consolidação da periferia é condizente com o modelo radial-concêntrico, amparado nos estudos da Escola de Chicago e na economia urbana neoclássica, portanto compreendida a partir de uma concepção evolucionista da estruturação do espaço urbano.

Os espaços periféricos, menos periféricos ou mais próximos dos anéis internos da cidade vão se consolidando a medida que os grupos sociais que migraram para lá há mais tempo vão se inserindo socialmente, vão acumulando bens, que estão cristalizados também na habitação que vai melhorando e ganha mais valor, vai virando uma espiral crescente, sejam eles mantidos no mesmo lugar ou sejam expulsos por causa da valorização e vão para outro lugar, mesmo que eles sejam expulsos eles auferiram os ganhos fundiários relativos àquela melhoria e enriqueceram. Então nesse modelo a periferia consolidada estaria plenamente condizente com essa representação.

Marques critica o fato dessa representação, muitas vezes, ser incorporada de maneira automática nas interpretações da estrutura urbana, "desprovida de ação social e de conflito, quase como se fosse isso uma das leis naturais da urbanização". Neste sentido, salienta, por exemplo, a existência de "lugares que são mais centrais e ficam muito tempo sem se consolidar e lugares que não são e se consolidam muito antes por diversas razões, pela ação dos próprios moradores, pela pressão dos moradores, dos grupos interessados na valorização daquele lugar, incorporadores e outros, porque o Estado decidiu através de suas políticas".

Embora a descrição feita da metrópole com base em dados empíricos aponte para a ocorrência de mudanças, Marques afirma que não há "um modelo alternativo, um quadro conceitual que dê conta". Por isso, acredita que "não há uma narrativa que vá dar conta da

⁴⁵ Professor do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e Diretor do Centro de Estudos da Metrópole do CEBRAP. Entrevista realizada em 25/02/2008.

complexidade dos processos que acontecem atualmente". Sugere, em decorrência desta compreensão, que o melhor caminho para o entendimento da estrutura atual da metrópole seria a "combinação de descrições, sobre vários processos diferentes e específicas, cada vez mais os detalhes são importantes".

Em seguida, esse pesquisador da problemática urbana indica algumas características que orientariam a definição das periferias consolidadas:

Acho que infra-estrutura, consolidação dos imóveis, ou seja, não ser coisa de material provisório, ser uma coisa que vai ficar, a existência de uma dinâmica econômica local também está sempre associada empiricamente, não sei se é uma pré-condição, mas ter um *comercinho*, vídeo-locadora, *fabriqueta* de detergente e coisas do gênero, [...] loja de roupa, lojinhas, botecos, supermercadinhos, essa coisa está toda funcionando, a infra-estrutura é completa e tem escola.

No intuito de contribuir para o aprofundamento da reflexão do processo de consolidação das periferias, Marques acrescenta duas considerações importantes. A primeira diz respeito a transformações no lugar associadas à mobilidade social da população residente; a segunda está associada à diminuição do tempo entre a primeira ocupação precária e irregular e, o alcance de melhorias urbanas da regularização.

Marques indica que, com base em entrevistas realizadas no Jardim Ângela, localizado nas proximidades da Represa Guarapiranga na zona sul de São Paulo, o tempo entre a compra de um lote em loteamento clandestino, o provimento de infra-estrutura e a regularização foi de cerca de dez anos, ou seja, "o processo é idêntico ao descrito pelo Kowarick nos anos 1970 de produção do loteamento, só que está comprimido no tempo, isso é uma coisa muito interessante e faz com que seja diferente o processo". O exame das etapas desse processo, segundo Marques, mostra que o caminho para a obtenção das melhorias foi praticamente institucional, sem a intermediação de políticos clientelistas, o que indicaria que "na intermediação entre Estado e sociedade aconteceu muita coisa importante que está pouco conhecida".

Para Ivan Maglio, é possível identificar dois fenômenos, interdependentes, na estruturação da cidade. O primeiro é "o das áreas consolidadas com estrutura urbana que é um fenômeno de transformação permanente, processos de verticalização, adensamento, manutenção de condições dos bairros que tem boa qualidade" e o outro, o "fenômeno de periferização ou espraiamento urbano que consome áreas, consome áreas de mananciais, consome recursos naturais e gera poluição também". A interdependência dos dois fenômenos decorreria do fato de que a verticalização quando "só dominada pelo mercado" resulta em

"uma espécie de expulsão para as periferias", ou seja, com o encarecimento do solo, "as populações são expulsas para as periferias porque não tem como bancar o uso do solo".

Segundo este especialista, a cidade de São Paulo poderia ser dividida em áreas consolidadas, áreas em consolidação e áreas periféricas ou de espraiamento urbano periférico. Em São Paulo, "o espraiamento urbano é tão constante que você até consegue separar as periferias em uma mais consolidada e outra mais em processo de espraiamento". Nesse exercício de classificação, o critério adotado é a densidade construtiva, o que permite reconhecer a existência de "áreas não consolidadas mesmo onde tem infra-estrutura".

Maglio afirma que não costuma utilizar o termo periferia consolidada, mas que é possível perceber um adensamento ou um aumento da densidade construtiva nas periferias mais antigas. Para ele, essas áreas ficaram "de fora" do planejamento. O especialista cita, como exemplo, a Lei de Uso do Solo aprovada em 1972: "a Lei de Uso do Solo definiu um zoneamento detalhado da área cone onde ela tem interesse, o resto que é médio interesse, 70% ficou tudo igual, era Z2 e o resto, genérico". Sobre o processo de consolidação, aponta:

Essa consolidação foi à revelia [das legislações], muitos chamam de cidade ilegal, e aí tudo acontece fora do padrão, mesmo na periferia consolidada, pra usar esse termo, a situação é completamente adversa, diferente, o sistema viário todo construído sem padrão nenhum porque ele não foi organizado pelo planejamento urbanístico tradicional, ele foi acontecendo, a não ser naquilo que interessava, abrir novos espaços, mas não de organizar esses espaços e prover ele de condições adequadas pelo menos. [...] E a consolidada é apenas um reconhecimento, porque você é obrigado a reconhecer se as densidades são gigantescas.

Segundo este ponto de vista, a consolidação das periferias, assim como sua origem, seria marcada por processos à margem das normas e padrões urbanísticos.

* * *

As análises sistematizadas nesta seção conferem mais densidade à reflexão do processo de consolidação. Resumimos, a seguir, os principais acontecimentos desse dito processo de consolidação das periferias, de acordo com as citações, extraídas da bibliografia especializada, e as entrevistas realizadas com os especialistas.

Em primeiro lugar, foi considerado que o processo de periferização, embora em ritmo menos intenso, continua a marcar a urbanização da metrópole de São Paulo, sendo o loteamento periférico, ausente de planejamento urbano, ainda uma das alternativas habitacionais das famílias mais pobres.

Segundo as citações, já mencionadas, após a ocupação e a auto-construção da casa, iniciar-se-ia uma fase de investimentos realizados pelo Estado, motivada ou não pela pressão exercida pelos moradores, os quais, por sua vez, executam uma série de melhorias em

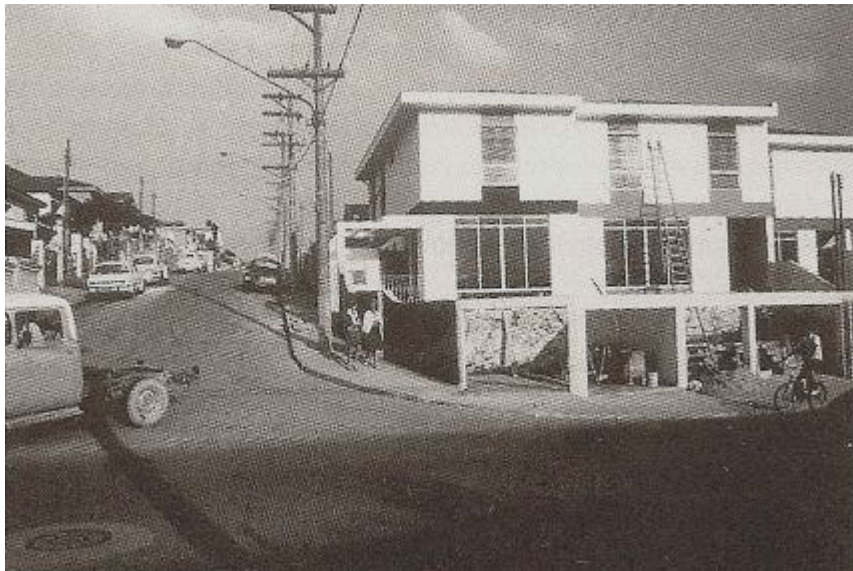
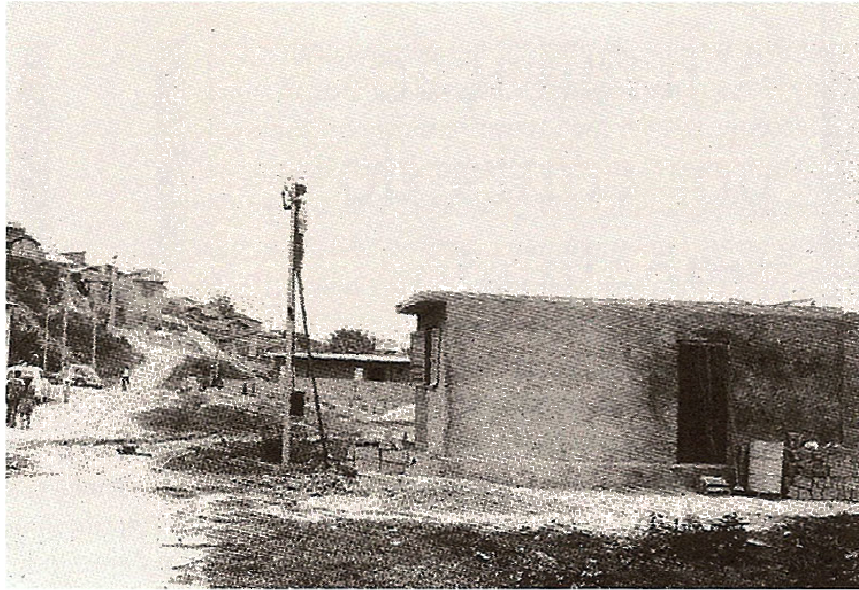
suas casas. Foi apontado que a melhoria das condições urbanas de vida provocaria uma valorização da terra, ao mesmo tempo em que atrairia um comércio de maior porte e o capital imobiliário formal, aumentando, portanto, a densidade construtiva das áreas inicialmente ocupadas pelos loteamentos.

Destacou-se que, no curso desse processo, não obstante a valorização, dificilmente as famílias instaladas deixam suas casas, mas que os filhos, ao constituírem sua própria família, encontrariam mais dificuldade em permanecer no local, caso não apresentem uma ascensão social que possibilite acompanhar a valorização do local. Nesse caso, buscariam áreas onde o custo de vida ainda seria mais baixo, como, por exemplo, em loteamentos periféricos abertos mais recentemente.

Acreditamos que essa espécie de narrativa da consolidação das periferias é, em grande parte, resultante de quadros de referência informados mais por relações lógicas de pensamento do que por casos e materiais concretos. Isso porque, como afirma Santos (1991), "casos verdadeiramente concretos não são tipos puros, mas os tipos "complexos" ou "de transição"" (p.25). Pretendemos no próximo capítulo nos aproximar da concretude de um lugar, nesta denominada periferia consolidada, visando realizar uma mediação entre as narrativas evolutivas e o reconhecimento da complexidade. Recuperando as recomendações de Marques, supracitadas, procuraremos avançar na descrição de casos concretos.



Figuras 5 e 6. Imagens de uma rua, em 1980 e 1989, no Jardim das Camélias, distrito de Vila Jacuí, zona leste do Município de São Paulo. Fonte: Caldeira, 2000.



Figuras 7 e 8. Loteamentos em distintos momentos de consolidação no Município de Osasco, Região Metropolitana de São Paulo. Fonte: Bonduki, 1998.



RES. AMERICA II III

ESCOLAR

6.072



3 DA LÓGICA PARA A EXPERIÊNCIA: (re)conhecimento do lugar como um campo de possibilidades

No segundo capítulo, vimos as características atribuídas, por alguns especialistas, ao processo de consolidação das periferias urbanas. Além disso, sublinhamos a consolidação das periferias como um processo estruturante do espaço urbano e, portanto, relevante para a análise da metrópole. Para a construção do objeto, ou melhor, do raciocínio que leva ao objeto e o contextualiza, consideramos necessário reunir, nos capítulos anteriores, uma série de elementos, processos e fenômenos.

Alguns serão pouco desenvolvidos pela análise apresentada a seguir. Contudo, não deixamos de mencioná-los; pois, tendo em vista a complexidade do processo analisado, acreditamos que esta menção assegura a possibilidade de aprofundamentos conceituais no futuro. Deste modo, dedicamo-nos, nesse capítulo, à descrição da paisagem de um recorte da denominada periferia consolidada, assim como à apreensão de representações de agentes envolvidos, ainda que por interesses contraditórios, na sua produção.

Os trabalhos de Villaça (2001), Taschner e Bógus (2000 e 2005) e Torres *et al* (2003), apresentados no segundo capítulo, propõem o desenvolvimento de tipologias reunidas em modelos de classificação da metrópole, procurando analisar sua estrutura sócio-espacial. Estas tipologias não são suficientes, porém, para a apreensão da dinâmica das sub-divisões do espaço, isto porque a necessidade de reduzir a metrópole a alguns de seus elementos, no exercício de apreensão da totalidade e comparação de tipologias, pode resultar em uma exagerada simplificação das formas urbanas.

Pensar a periferia consolidada implica, a nosso ver, também levar em consideração sua historicidade como forma sócio-espacial. A consolidação das periferias deve ser vista, portanto, como um processo espaço-temporal, atravessado por relações de poder que se (re)produzem em diversas escalas.

Por outro lado, a visão classificatória, que produz conceitos analíticos e descritivos, motiva indagações sociológicas acerca de transformações recentes e relações cotidianas e que somente a redução da escala e a observação em campo permitem compreender.

Seguindo a orientação de Oliveira (2005), não se trata de substituir o método, mas de procurar o que pode substituí-lo quando dele escapam realidades tangíveis por outras vias

de conhecimento. De fato, não se trata de substituir a explicação; mas, de aproveitar possibilidades abertas ao ato de compreender.

Nessa direção, acreditamos, seguindo a epígrafe escolhida para esta dissertação, que a investigação deva incorporar as estruturas sociais, considerando que estas estruturas constroem as representações e as ações dos agentes, sem esquecer, contudo, que estes, no cotidiano, podem transformar ou conservar tais estruturas ou, ao menos, aspirar a tanto.

Apresentamos, a seguir, os critérios adotados para a escolha do estudo de caso. Partimos, inicialmente, de informações estatísticas e de estudos pré-existentes. A decisão final levou em consideração, também, critérios subjetivos, relacionados à minha experiência na metrópole¹.

O primeiro critério foi temporal. Conforme discutido no primeiro capítulo, o processo de urbanização em São Paulo apresentou momentos distintos. Entre estes, interessa-nos observar aqueles territórios que fizeram parte do padrão periférico de crescimento predominante entre os anos 1940 e 1980 e que atualmente, após a chegada de melhorias urbanas, constituiriam as chamadas periferias consolidadas. A tabela abaixo apresenta essa evolução temporal a partir da década de 1960 e a localização dos loteamentos por região da cidade.

Tabela 4. Superfície (m²) ocupada por loteamentos clandestinos por região. Município de São Paulo, (1965-91)

Região	1965-74		1974-77		1977-80		1980-85		1985-90		1991		Total	
	n.º lot.	Área (m2)	n.º lot.	Área (m2)	n.º lot.	Área (m2)	n.º lot.	Área (m2)	n.º lot.	Área (m2)	n.º lot.	Área (m2)	n.º lot.	Área (m2)
Sul	1	670.623	1	1.092	6	1.188.416	17	1.879.687	85	10.538.867	17	10.737.181	127	25.015.866
Norte	8	14.348	1	294.740	3	763.580	12	469.706	18	743.274	6	333.283	48	2.618.931
Leste	10	1.677.654	6	875.673	5	469.422	9	499.645	47	2.193.846	16	756.575	93	6.472.815
Centro	0	0.000	0	0.000	0	0.000	0	0.000	0	0.000	0	0.000	0	0.000
Sudeste	2	726.799	0	0.000	0	0.000	0	0.000	2	53.820	0	0.000	4	780.619
Total	21	3.089.424	8	1.171.505	14	2.421.418	38	2.849.038	152	13.529.807	39	11.827.039	272	34.888.231

Fonte básica: PMSP – SEHAB/Resolo

Recorte feito a partir de: MARCONDES, 1999, p. 122 *apud* Rolnik *et al*, 2000, p. 108.

Até a década de 1980, como observamos no primeiro capítulo, a mancha urbana contínua pouco extrapolava os limites do Município de São Paulo, o que se modifica, após essa data, com o crescimento da mancha em direção aos outros municípios da atual Região

¹ Como esse trabalho demonstra, defendemos a valorização tanto de informações quantitativas como qualitativas. Acreditamos que essas informações, de natureza distinta entre si, revelam-nos diferentes níveis de realidade ou aspectos de um contexto analisado. Portanto, não acreditamos que sejam inconciliáveis, ao contrário, o problema está, concordando com Oliveira (2005), no exorcismo de um ou de outro olhar.

Metropolitana e a ocupação das áreas de proteção ambiental, localizadas principalmente na região Sul do Município.

Outros critérios utilizados para a escolha do estudo de caso foram: crescimento demográfico, oferta de infra-estrutura urbana e densidade construtiva. Essas informações são acionadas, pela bibliografia especializada e pesquisadores, como vimos no capítulo anterior, na compreensão de processos indicados pela categoria periferia consolidada. Dessa maneira, ainda que tenhamos optado por outros caminhos de pesquisa, garantimos que este trabalho possa dialogar com estudos desenvolvidos segundo estes outros critérios.

Por fim, consideramos, na escolha do estudo de caso, critérios particulares, ou seja, a valorização da minha experiência anterior e proximidade com a região Leste. No interior dessa região, destacamos o distrito de Itaquera.

Os mapas 1 e 2, em anexo, ilustram alguns dos critérios aqui apresentados. Outra vantagem, da escolha do distrito de Itaquera, deve-se à heterogeneidade da região, o que nos permitia a escolha de diferentes lugares para a realização das observações do trabalho de campo.

Um aprofundamento das informações disponíveis sobre essa área será apresentado nas próximas seções deste capítulo. Primeiramente, descrevemos a paisagem dessa região e apresentamos de que maneira as leituras de Itaquera, inclusive da mídia impressa, foram se modificando ao longo das últimas décadas.

Em seguida, sugerimos que a compreensão das periferias consolidadas como um lugar deve envolver, ao menos, duas perspectivas: a transformação de seu ambiente construído e o aumento do consumo das classes de baixa renda, refletido na instalação de novos empreendimentos imobiliários e equipamentos de consumo coletivo. Além disto, sugerimos, como outra perspectiva necessária, a existência de sujeitos portadores de experiências traduzidas em sentidos atribuídos ao espaço vivido, atravessado por memórias e relações sociais particulares.

3.1 A singularidade do lugar

Para aproximar-nos da região de Itaquera, é profícuo situá-la no processo de urbanização da metrópole, recuperando, inclusive, alguns processos tratados no primeiro capítulo da dissertação.

Segundo Carlos (1996 *apud* LEITE, 1998), o lugar pode ser definido a partir dos entrelaçamentos impostos pela divisão espacial do trabalho, uma vez que é articulado e

determinado pela totalidade espacial. A constante reestruturação do lugar, que resulta de contínuas transformações históricas, é simultaneamente causa e expressão de sua singularidade.

Conforme registrou Milton Santos (1988 *apud* LEITE, 1998, p. 19): "o lugar é um ponto do mundo onde se realizam algumas das possibilidades deste último. O lugar é parte do mundo e desempenha um papel em sua história". Quando este autor fala em mundo, refere-se, sobretudo, ao mercado, que inclui a ciência, a informação, a política e que hoje, ao contrário de ontem, tudo atravessa, inclusive a consciência individual (SANTOS, 2005).

Portanto, se a distância entre o universal e o singular é preenchida por particularidades, consideramos que estas, no caso do nosso estudo, decorrem das condições específicas em que se desenvolveu o capitalismo brasileiro, precisamente em São Paulo.

3.1.1 Itaquera: acumulação de tempos e mudanças da paisagem

Aqui era área indígena, os nomes eram tudo de índio, Taquari, Guarani. Depois eram 2 fazendas, a do Carmo que era de café e aqui que era gado. Quando cheguei já não tinha mais nada, mas os antigos que contam (André, morador há 50 anos de Vila Santana).

O espaço é acumulação, justamente uma acumulação de tempos (SANTOS, 2005, p. 63)

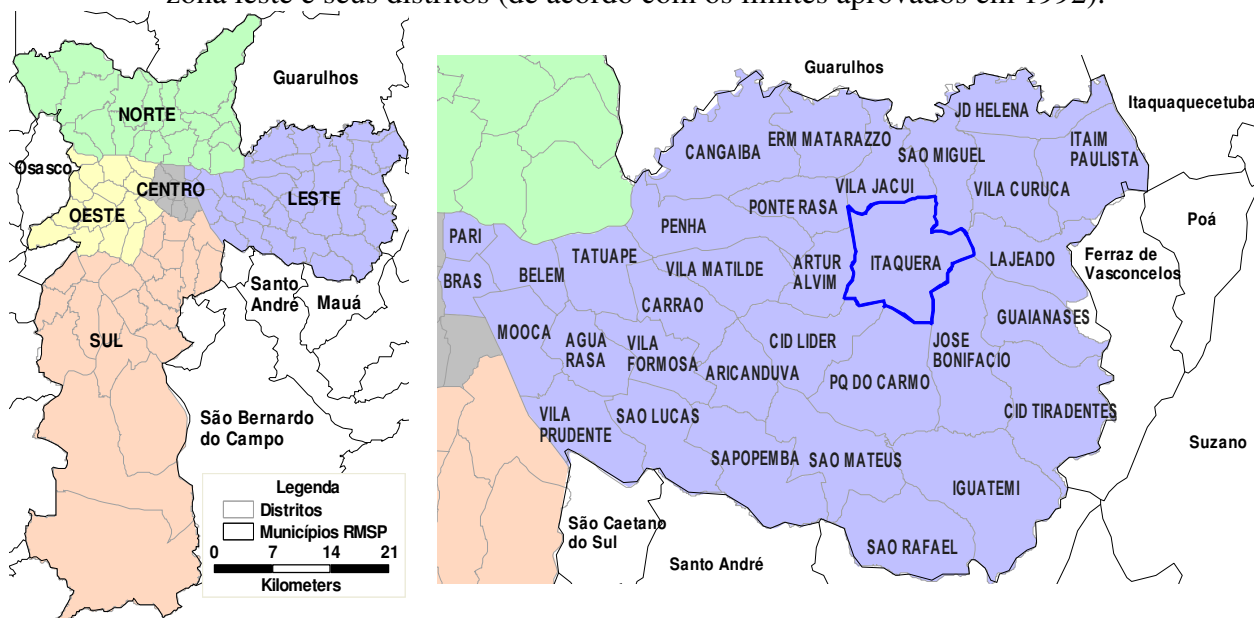
Antes de nos determos na recuperação de alguns fatos da formação de Itaquera, consideramos importante situar o leitor na região em que se insere: a zona leste do Município de São Paulo.

A divisão do município em centro, leste, oeste, norte e sul é de visualização razoavelmente fácil por qualquer paulistano. Esta divisão agrega áreas muito distintas e informa pouco para os especialistas; porém, mantém a sua validade como primeiro recurso para a localização do leitor não paulistano. A seguir, recorreremos a esta divisão, apresentando com maior nível de detalhamento apenas a zona leste.

Na porção da zona leste mais próxima do centro, estão os distritos de Brás, Pari, Mooca e Belém, cuja ocupação foi marcada pela instalação das primeiras indústrias de São Paulo. Na década de 1950, quando se intensificou a ocupação das periferias, a mancha urbana contínua ia, aproximadamente, até a altura dos distritos de Penha, Vila Matilde, Carrão, Vila Formosa e Vila Prudente. Irradiando-se a partir da Penha, o avanço da mancha urbana se dava por bolsões formados em torno de núcleos anteriores, em geral, relacionados à estradas de

ferro, cuja principal função era o transporte de produtos, principalmente do café, até o litoral para a exportação.

Figuras 9 e 10. Divisão do Município de São Paulo segundo as principais regiões e detalhe da zona leste e seus distritos (de acordo com os limites aprovados em 1992).



Fonte: Elaboração da autora.

Itaquera e Guaianazes possuíam, desde o final do século XIX, estações da antiga Estrada de Ferro do Norte. Esta ia, a partir do Brás, em direção ao Vale do Paraíba, onde se encontrava com a Estrada de Ferro Dom Pedro II, que tinha por destino final o Rio de Janeiro². A partir da inauguração da estação Itaquera, em 1875, começaram a aparecer as primeiras casas no seu entorno.

Na década de 1920, final do ciclo econômico do café, estações suburbanas começaram a ser inauguradas, como, por exemplo, Vila Matilde, Artur Alvim e XV de Novembro, atraindo novos moradores para essa área, então conhecida então como subúrbio³. Como vimos no primeiro capítulo, é a partir de 1930 que a urbanização e a industrialização se intensificam, transformando a região.

A principal função dos subúrbios, segundo trabalho de Aroldo de Azevedo, publicado no início da década de 1950, era a residencial. Os habitantes dos subúrbios – principalmente brasileiros, portugueses, espanhóis e japoneses – eram operários, comerciantes e funcionários públicos de pequena categoria (LEMOS; FRANÇA, 1999, p.75).

² Em 1890 foram unificadas na Estrada de Ferro Central do Brasil.

³ Segundo Martins (2001), a noção de subúrbio sublinha o que é propriamente a cidade, aquilo que ele não é espacialmente, mas de algum modo é economicamente. O subúrbio, uma realidade espacial intermediária, atenuava o contraste entre a cidade e a roça.

Figura 11. A zona leste de São Paulo cortada por ferrovias, 2000⁴.



Fonte: Elaboração da autora.

Até a chegada da luz elétrica, na década de 1950, Itaquera apresentava, ainda, uma paisagem rural. Predominavam as casas de finais de semana, nas quais as famílias tinham o hábito de manter hortas e hospedar amigos. O clima de Itaquera, recomendado para os portadores de doenças pulmonares, a proximidade da estação de trem e os preços baixos eram destacados nos anúncios de terrenos.

Ao redor da estação de Itaquera, havia muitas casas comerciais, nas quais sobressaía a venda de gêneros alimentícios⁵. Destacavam-se as atividades de uma pedreira, próxima à estação, e das olarias nas várzeas do rio Jacu. Contudo, a função de subúrbio dormitório exercida por Itaquera tornava-se cada vez mais nítida. Inicialmente, abrigava os trabalhadores do centro; mas, por volta da década de 1950, com a intensificação da industrialização e em plena era das rodovias, já acolhia trabalhadores de Mogi, Santo André, Itaquaquecetuba e Guarulhos.

A década de 1950 marca a transição de Itaquera: de subúrbio à periferia. Segundo Martins (2001), há uma significativa distinção espacial entre essas situações:

No subúrbio, mesmo na fase já alcançada pela industrialização e pelos loteamentos de terrenos para moradias operárias, os lotes eram grandes, as casas tinham espaço para o grande quintal, um remanescente do rural que permanecia no urbano: fruteiras, hortas, galinheiros, fornos de pão e broa,

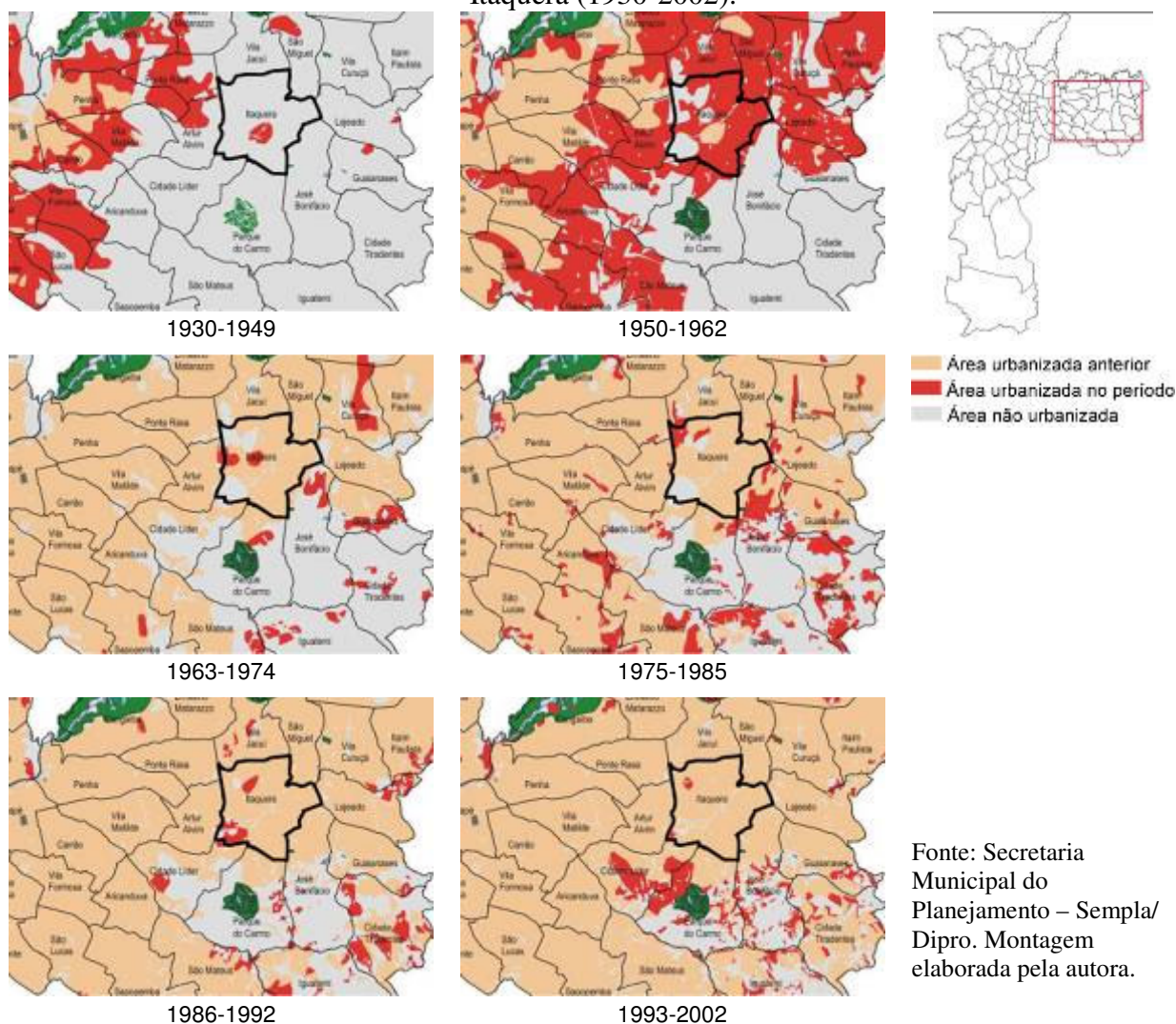
⁴ Em 2000, todas as estações entre Brás e Tatuapé foram desativadas, assim como entre esta última e Guaianases. O antigo trecho entre Artur Alvim e Guaianases foi suprimido para dar lugar a um novo traçado, mais ao sul, em que foram construídas a nova estação Itaquera e as estações Dom Bosco, José Bonifácio e Guaianases (nova). A partir de então, o trecho entre Luz e Guaianases passou a ser denominado "Expresso Leste".

⁵ Por volta de 1925, é vendida uma grande gleba da fazenda do Carmo. Este acontecimento marca a passagem da agricultura de subsistência, característica do cinturão caipira de São Paulo, para uma agricultura comercial, no caso, de hortifrutigranjeiros cultivados principalmente por japoneses.

jardins, muitas flores e um certo suave perfume suburbano. A periferia já é o produto da especulação imobiliária, ruas estreitas, calçadas estreitas, falta de praças, terrenos minúsculos [...] (MARTINS, 2001, p. 78).

Conforme constatado no primeiro capítulo, o Município de São Paulo apresenta, entre as décadas de 1950 e 1960, elevada taxa de crescimento demográfico. Esta população, em grande parte migrante, é atraída pelos empregos oferecidos nas indústrias. Para suprir a oferta insuficiente de habitação, a alternativa encontrada pela população de baixa renda, foi a auto-construção da casa em loteamentos periféricos, freqüentemente irregulares e sem infraestrutura.

Figura 12. Evolução da área urbanizada⁶ por períodos. Município de São Paulo, Região Leste – Itaquera (1930-2002).



⁶Mantivemos a denominação “área urbanizada” utilizada pela Prefeitura em seu próprio sítio eletrônico (<http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/historico/>). Contudo trata-se fundamentalmente da área ocupada por assentamentos urbanos nem sempre, como enfocamos neste estudo, dotados de infra-estrutura e serviços urbanos.

É possível observar, na figura 12, o núcleo urbano de Itaquera anterior a 1950 e o vertiginoso crescimento da área urbanizada em pouco mais de uma década. Destacamos ainda o período entre 1975 e 1985, no qual serão construídos Conjuntos Habitacionais da Companhia Metropolitana de Habitação – COHAB em José Bonifácio (Itaquera II e III). Este acontecimento será relatado mais adiante.

Em 1968, diagnóstico elaborado como subsídio para o Plano Urbanístico Básico – PUB mostrou a profunda desigualdade existente na distribuição de infra-estrutura e de serviços públicos no Município de São Paulo. Enquanto no centro, 1,3% dos domicílios não tinham água encanada, 4,5% não estavam ligados à rede de esgoto, 1,7% não tinham asfalto e 0,8% não eram atendidos pela coleta de lixo, em Itaquera, não havia água encanada em 89,3% dos domicílios, 96,9% não dispunham de esgotos, 87,5% não tinham asfalto e 71,9% não dispunham de coleta de lixo (CALDEIRA, 2000).

Um artigo publicado em jornal diário, sob o título "O progresso não chegou a Itaquera", relata os problemas enfrentados pelos moradores:

Vocês são de São Paulo? A maioria dos moradores de Itaquera, migrantes nordestinos, faz esta pergunta para qualquer pessoa que tente um diálogo com um deles para saber quais são os problemas do bairro. Na realidade, a pergunta dos moradores de Itaquera, que fica a apenas 40 quilômetros do centro da cidade, pode parecer estranha. Mas basta uma rápida visita pelas principais ruas do bairro, um dos mais populosos (345 mil habitantes) e mais pobres de São Paulo, para se sentir que o progresso urbano da metrópole ainda não chegou até lá. A maioria dos seus 850 quilômetros de ruas continua sem asfalto, 70% de sua população não dispõe de serviços urbanos essenciais, como luz, telefone, água e esgotos. Para os moradores de Itaquera, o progresso urbano ainda é um passeio semanal pela avenida São João, quando eles contemplam os altos edifícios, vão ao cinema e voltam para suas casas, nos demorados e deficientes ônibus (Folha de São Paulo, 1974. Citado por SOUZA, 2003).

Mesmo diante da precariedade, o anúncio de obras públicas e de melhorias urbanas – Av. Radial Leste, canalização de córregos, extensão do traçado do Metrô até Itaquera e investimentos em saneamento – estimulava a ocupação da região. Além disso, entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, a construção e a comercialização de unidades de habitações populares, dirigidas a famílias com renda entre 3 e 5 salários mínimos, produzidas pela Cohab-SP, contribuíram enormemente para o incremento populacional de Itaquera. Esse quadro era estampado em jornais da época:

Nos anos 1960, quando a cidade não tinha mais para onde crescer, o dique foi rompido com a abertura da Radial Leste pelo ex-prefeito Faria Lima. São Paulo começou a correr rumo ao que então se chamava de "lestão" e não parou mais: viadutos, grandes avenidas, conjuntos habitacionais, loteamentos clandestinos ou não, em menos de uma década a zona rural de

Itaquera, Guaianases, São Miguel Paulista, Itaim Paulista e São Mateus foi sendo incorporada à área urbana.

Logo depois de assumir, o ex-prefeito Olavo Setúbal⁷ anunciou que, até 1985, o metrô chegará a Itaquera: o atual governo começou a rasgar a Via Leste; o Corinthians vai construir ali o seu estádio; a Cohab, que já plantou casas e apartamentos para abrigar 150 mil pessoas, tem terras e planos para mais 600 mil e, se ainda havia alguma dúvida de que Itaquera-Guaianases constituirão o maior bairro de São Paulo, antes do final dos anos 80, basta dizer que as grandes construtoras desembarcaram nestas novas fronteiras da cidade (Folha de São Paulo, 25/06/1981).

A cada fim de semana, 200 novas famílias mudam-se para lá, atraídas pela terra ainda barata e pelas moradias populares. Apenas a COHAB, com os conjuntos Itaquera I, II e III ainda não inteiramente concluídos, levará para o bairro perto de 200 mil pessoas [...] Estimulado por esse crescimento, está nascendo grande núcleo comercial, formado por profissionais liberais e pequenos negociantes. [...] A região é carente de tudo [...] mas nada disso consegue frear a ocupação de Itaquera, onde a cada dia o poder público identifica oito construções clandestinas (O Estado de São Paulo, 15/10/1981).

Conforme discutido no segundo capítulo, na medida em que a cidade cresce, centros secundários de serviços vão surgindo nos bairros. Nestes, a concentração de famílias de baixa renda, sem acesso social e econômico ao centro principal, estimula a formação de subcentros de comércio e serviços a elas dedicados.

Em Itaquera, as favelas, vizinhas aos conjuntos habitacionais, também aumentam, em tamanho e número. Como vimos no primeiro capítulo, na década de 1970, devido à diminuição da oferta de lotes periféricos, a população pobre passa a ocupar as áreas sobrando do mercado, incluindo as margens dos córregos.

Assim, no início da década de 1980, Itaquera já apresentava um quadro habitacional heterogêneo: favelas e precários loteamentos irregulares recém-abertos se misturavam aos conjuntos habitacionais e casas bem acabadas, algumas auto-construídas no início da expansão periférica e outras remanescentes dos tempos de subúrbio.

O noticiário divulgava, então, a iminente transformação de Itaquera em uma área de “grande especulação imobiliária”, o que geraria a “expulsão dos moradores mais pobres.”⁸ Todavia a fala de um corretor de imóveis, na mesma reportagem, permite observar que esta euforia em torno de Itaquera era muito mais uma jogada de marketing do que uma descrição da dinâmica imobiliária local:

⁷ Foi prefeito de São Paulo entre 1975 e 1979.

⁸ "Desde já, o anúncio da chegada dos trens está provocando na região uma grande especulação imobiliária e a expulsão dos moradores mais pobres para as favelas e vilas cada vez mais periféricas" (Folha de São Paulo, 15/11/1981).

A região continua sendo pobre e carente, sem a infra-estrutura necessária e com ruas de terra. O metrô ainda vai levar uns bons anos, para chegar até aqui, mas os proprietários de imóveis estão vendendo o futuro e pedindo quantias absurdas, apesar das condições presentes de precariedade (Folha de São Paulo, 15/11/1981).

A construção dessa imagem, que permitia "vender o futuro", apoiava-se na dinâmica em curso em outro distrito da zona leste e mais próximo da área central, o Tatuapé, como menciona a própria reportagem. Em 1981, uma estação do Metrô é inaugurada neste bairro da zona leste, acentuando a valorização de seus terrenos e o lançamento de numerosos empreendimentos imobiliários.

Entretanto, essa área, assim como o Alto da Mooca, já apresentava uma valorização diferenciada da observada no restante da zona leste, devido à ocupação, ainda na década de 1940, desses bairros por uma parcela minoritária da classe média paulistana, que se mantinha mais concentrada nos bairros centrais⁹.

Poderíamos, neste momento, indagar-nos a respeito da razão da reportagem mencionar Belém e Tatuapé como alvos da especulação imobiliária e, em seguida, apontar para Itaquera, sem, no entanto, sugerir a valorização do Patriarca e Artur Alvim, por exemplo, mais próximos do centro. Uma resposta plausível pode ser encontrada na história da ocupação dessas áreas.

Itaquera, como vimos, tem sua origem ligada à estação ferroviária. As primeiras vilas, como Vila Carmosina e Vila Santana, possuíam um modo de vida suburbano, marcado pela tranqüilidade. Hoje em dia, a recuperação da memória dos moradores mais antigos dessas vilas permite reconhecer certa nostalgia deste período, que se choca com leituras que destacam apenas a superação da precariedade. Diferentemente do estigma que marca os loteamentos irregulares, vinculados à expansão periférica pós 1950, há certo charme associado aos antigos subúrbios e às peculiaridades dessa época:

Quem viu nossa Itaquera, calma e tranqüila, das fazendinhas, chácaras e sítios; do inesquecível “coreto”, localizado na rua Augusto Carlos Baumann, [...] das lagoas e rios, onde surgia a molecada, de todas as partes de Itaquera, para nadar, [...] do cine Itaquera, [...] das Olarias do Guido, Abílio, Espaçon, etc; dos armazéns de secos e molhados [...] Mas, dentro das dificuldades tínhamos a felicidade de contar com o rádio que funcionava à bateria, e que podia ser adquirida na fábrica da Nife, [...] indústria mais antiga, instalada nos anos 40, e ainda em atividade em Itaquera. Enfim, com satisfação, presenciamos e comparamos a mudança dos tempos, a alteração advinda com o progresso, a chegada de melhoramentos como asfalto, água, esgoto, energia elétrica, telefone, construção dos arranha céus, conjuntos

⁹ Embora, atualmente, outros bairros da Zona Leste abriguem empreendimentos imobiliários para a classe média, apenas o Tatuapé, prioritariamente, e o Alto da Mooca é que são eleitos pelas construtoras para os lançamentos de luxo direcionados à classe média alta.

habitacionais, Shoppings Aricanduva, Itaquera; estabelecimentos de ensino profissionalizante, [...] supermercados, churrascarias, hospitais, laboratórios, clínicas médicas e maternidades (Fato Paulista, 17/11/2007)¹⁰.

Os primeiros moradores diferenciam-se, e diferenciam a sua trajetória, da população mais pobre, que chegou à região com a intensificação dos loteamentos irregulares. Dessa maneira, o entendimento da paisagem só é possível se recuperarmos os momentos de sua formação, compreendendo os seus nexos com presente. Este é um aprendizado que nos foi oferecido por Milton Santos. Vale à pena citar, neste momento, o próprio autor:

Qualquer que seja o instante em que as examinemos, as formas, tomadas isoladamente, representam uma acumulação de tempos; e sua compreensão, desse ponto de vista, depende do entendimento do que foram as divisões do trabalho pretéritas. Mas seu valor sistêmico, que é seu valor atual e real, depende da divisão do trabalho atual. [...] A cada mudança, da dinâmica social, as formas que vêm do passado, preexistentes, são mais ou menos favoráveis, ou mesmo desfavoráveis à recepção das novas variáveis (Santos, 2005, p. 63).

Sem dúvida, Itaquera oferecia as condições necessárias à recepção de novas variáveis. Nas áreas mais centrais da região, próximas do núcleo inicial de ocupação, existiam grandes terrenos, casas amplas e bem acabadas, e um comércio que, junto com aquele existente em São Miguel, constituía-se numa referência para os bairros periféricos desse extremo da parte leste da cidade. Os terrenos, ainda baratos, e a estação do metrô, inaugurada em 1988, atraíam finalmente o mercado imobiliário.

Contudo, no início da década de 1990, Itaquera ainda aparecia na mídia impressa como uma região problemática: acessos estreitos; falta de asfalto e esgoto, em muitas ruas; deficiência do transporte coletivo e da iluminação pública estavam entre as principais reclamações dos moradores. A própria estação do metrô era incluída entre os problemas apresentados pelos moradores: "Em volta da estação só existem terrenos baldios, alguns são verdadeiros matagais onde bandidos se escondem" (O Estado de São Paulo, 04/11/1993).

Como dito no primeiro capítulo, nas periferias, a velocidade das obras de melhorias e, dos investimentos públicos e privados é diferente daquela observada nas áreas mais valorizadas da cidade. Nas periferias, sempre há sinais de incompletude: ruas sem asfalto, terrenos baldios e córregos poluídos não canalizados.

Em meados da década de 1990, as imagens publicadas pela mídia impressa se dividem: de um lado, uma Itaquera de sem-tetos, invasores e desabrigados e, de outro, uma Itaquera de potencial imobiliário e cada vez mais desenvolvida.

¹⁰ Disponível em: <http://www.fatopaulista.com.br>. Acessado em: 14/04/2008.

A estabilização provocada pelo Plano Real, lançado em 1994, propiciou o aumento da capacidade financeira da população de renda baixa ou média baixa, possibilitando seu ingresso em novos mercados. Em um contexto de profunda regressão do financiamento público, aprofundada pela extinção do BNH, e de elevado custo da moradia oferecida pelo mercado de incorporações, o autofinanciamento¹¹ da produção da casa surgiu como uma alternativa, de caráter legal, para os excluídos dos mercados tradicionais e da provisão pública (CASTRO, 2001).

Além disso, a construção da Avenida Jacu-Pêssego, iniciada na mesma época, durante a gestão do Prefeito Paulo Maluf, fortaleceu a centralidade de Itaquera na zona leste da cidade de São Paulo.¹²

Assim, Itaquera, aliando oferta de terrenos baratos e certo nível de infra-estrutura urbana, surgia, no final da década de 1990, em quarto lugar entre os bairros paulistanos em número de prédios, grande parte destes construído por cooperativas¹³ e destinados a famílias com renda entre 5 e 10 salários mínimos.

As vantagens oferecidas por Itaquera são cada vez mais destacadas no noticiário e procura-se desfazer, na propaganda imobiliária, qualquer tipo de imagem negativa associada ao passado da região:

[...] ao longo dos anos foi sendo criada uma infra-estrutura de comércio e de serviços que hoje supre as necessidades básicas dos moradores. Itaquera está localizada a 20 quilômetros do centro da cidade. O acesso é facilitado pela estação do Metrô Corinthians/ Itaquera, além das avenidas Radial Leste e Aricanduva. Os moradores do bairro podem contar com serviços na área de saúde, educação e lazer, como o hospital Santa Marcelina, a Faculdade Camilo Castelo Branco, o Parque Raul Seixas, o SESC Itaquera e o Parque do Carmo (O Estado de São Paulo, 16/02/1997).

Há dez anos, Itaquera era muito conhecida pelos grandes condomínios construídos pela Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo, que dominavam a paisagem. Hoje isso já está mudando. Além dos novos condomínios residenciais, existem locais com casas grandes, com bom padrão de acabamento e que estão em ruas tranquilas (O Estado de São Paulo, 18/04/1999).

¹¹ O autofinanciamento consiste na antecipação dos recursos do consumidor ou usuário à produção, dispensando o concurso da intermediação financeira (CASTRO, 2001).

¹² A Av. Jacu-Pêssego/Nova Trabalhadores é conhecida como a maior obra viária da Zona Leste. Iniciada em 1995, esta avenida deveria ser parte da ligação entre o ABC e Guarulhos. Entretanto, desde o início de sua construção ocorreram diversas paralisações, denúncias de superfaturamento e mudanças projetuais. Cada novo governo municipal faz novas promessas com relação à finalização do complexo viário e até hoje esta ligação encontra-se inacabada.

¹³ A forma jurídica mais utilizada para reunião, associação e integração dos interessados em viabilizar econômica e financeiramente os empreendimentos habitacionais (CASTRO, 2001).

Casas grandes e com bom padrão de acabamento, como vimos, são encontradas nas áreas de ocupação mais antiga de Itaquera, justamente as escolhidas, pelo mercado imobiliário, para a localização de novos condomínios residenciais. Além de edifícios verticais, despontam, na paisagem de Itaquera, seqüências de sobrados e condomínios horizontais.

O crescimento e a diversificação do comércio na região, intensificados com a instalação de redes de hipermercados e cadeias de *fast-food*, são apontados, pelo diretor de marketing do Grupo Waled – empresa que lançou, em 2000, dois condomínios fechados de casas em Itaquera – como os principais fatores responsáveis pelo potencial de desenvolvimento imobiliário da região: "Quando o centro comercial começa a crescer é porque a região tem potencial para o desenvolvimento imobiliário" (O Estado de São Paulo, 16/01/2000).

Dessa maneira, além das cooperativas, incorporadoras e construtoras de maior porte passam a atuar, na região, produzindo imóveis voltados para as famílias de baixa e média baixa renda, conforme depoimento de um consultor de uma das imobiliárias mais antigas da região¹⁴:

Até pouco tempo atrás não havia tantas. A construtora pioneira foi a Otaga, isso por volta de 1980. Depois, de 2000 pra cá, surgiram outras, já visualizando o potencial. Surgiu a Gabrielli, a RCCE Construtora e Incorporadora, a Sollis Construtora, Mayanot Costrutora, Cury, Tenda, Masa, ChapChap, Bancoop.

Passados cinquenta anos do início da ocupação mais intensa da região, Itaquera encontra-se servida por bancos, supermercados e shopping-centers. Na estação final da linha 3 do metrô, Corinthians-Itaquera, há integração com o trem e um terminal urbano de onde partem ônibus e microônibus para outros bairros da zona leste e para o centro da cidade. Além disso, desde 2000, existe, acoplada à estação, uma unidade do Programa Poupatempo, que reúne, em um único local, um amplo leque de órgãos e empresas prestadoras de serviços de natureza pública¹⁵. Na gestão municipal da Prefeita Marta Suplicy, entre 2001 e 2004, no trecho desativado da linha CPTM, foi realizado o prolongamento da Radial Leste até Guaianases, no limite do Município, e elaborado o Programa de Desenvolvimento da Zona Leste que adotou Itaquera como a principal centralidade da região¹⁶.

¹⁴ Entrevista realizada em 19/02/2008.

¹⁵ O Programa Poupatempo disponibiliza à população mais de 400 serviços, sendo os mais solicitados emissão de Registro Geral (RG), Atestado de Antecedente Criminais, Carteira de Trabalho e Carteira Nacional de Habilitação. Cf. <http://www.poupatempo.sp.gov.br/home/>

¹⁶ A base legal do PDZL foi constituída por três leis municipais aprovadas em 2004, sendo uma delas a lei da Operação Urbana Rio Verde-Jacú, focalizada no eixo da Av. Jacú-Pêssego. A eleição, no mesmo ano, de um

A seguir, enfatizaremos o aumento do consumo entre os mais pobres, ocorrido em meados da década de 1990. Embora este seja um fenômeno disperso pelas periferias, sempre que possível, destacaremos o caso de Itaquera.

3.1.2 Espaço físico (a periferia consolidada) e espaço social (o consumidor emergente)

A partir da recuperação de representações veiculadas pela mídia impressa, fica nítida a importância dada ao comércio como sinal de diferenciação em face ao passado das periferias. O crescimento do comércio local também foi apontado, pelos especialistas entrevistados, como uma das características mais nítidas da denominada periferia consolidada.

O comércio também é freqüentemente mencionado pelos moradores, quando indagados sobre as principais mudanças ocorridas em Itaquera nos últimos anos: "Mercado tem bastante. Agora tá facilitado, antes era tudo uma lonjura" (Maria, moradora de Vila Verde há 36 anos)¹⁷.

Entre 1995 e 2004, resultados da PNAD para as regiões metropolitanas indicaram o crescimento da proporção de pobres, ao mesmo tempo em que aumentou o consumo de bens e serviços. Segundo Torres, Bichir e Carpim (2006), esses resultados não poderiam ser atribuídos somente aos primeiros efeitos gerados pelo Plano Real, uma vez que se ampliou o acesso a bens mesmo em períodos posteriores, marcados por inflação elevada e declínio da renda média. Ainda segundo esses autores, o consumo da população mais pobre foi alterado devido a transformações sociais associadas às políticas públicas, a variações na estrutura de preços, a mudanças no tamanho da família, à transformação do papel da mulher e à maior oferta de crédito.

Como observamos anteriormente, a reestruturação do lugar, diante das constantes transformações ocorridas na realização do capitalismo, expressa a sua singularidade. Sugerimos a incorporação das estratégias de distintos agentes que atuam no espaço como parte necessária da análise desta singularidade, pois as estratégias resultam de encadeamentos entre acasos e necessidades particulares.

Assim, consideramos que não seria possível entender a natureza do nosso estudo de caso, localizado na denominada periferia consolidada, sem o entendimento dos denominados consumidores emergentes.

prefeito apoiado por partido político de oposição levou à paralisação do Programa nos anos seguintes. Para uma compreensão da trajetória e das orientações urbanísticas e políticas do PDZL, ver Saraiva (2005).

¹⁷ Entrevista realizada em 20/03/2008.

O aumento do consumo das famílias de renda baixa e média baixa tem sido, desde meados da década de 1990, destacado pela mídia. Uma revista com forte circulação entre a classe média destacou, com certa ironia, mudanças no modo de vida desses segmentos sociais:

As classes C, D e E estão comprando de tudo. Logo que a inflação caiu e o orçamento ficou um pouco mais flexível, compraram comida. Depois é que veio a procura pelos produtos eletrônicos. A última moda dos consumidores emergentes é viajar, pedir pizza em casa, jantar assistindo a uma fita alugada numa videolocadora e comprar jóias baratas (Revista Veja, 18/12/1996).

O desenvolvimento de estratégias voltadas aos consumidores emergentes, ou à base da pirâmide, como se referem a estes os consultores de mercado¹⁸, é defendido como constituindo a maior chance de aumento da lucratividade nos negócios. Em uma cidade como São Paulo, por exemplo, com cerca de 10 milhões de habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2000, cerca de 4 milhões ou 40% da população estão na considerada classe C¹⁹, a classe dos assim considerados consumidores emergentes.

Pesquisa recentemente contratada pela Associação Brasileira da Indústria de Shopping Centers, com o objetivo de identificar oportunidades e novas tendências para o setor, indica o potencial consumidor da denominada classe C (O Globo, 15/05/2008).

Em São Paulo, o primeiro shopping com apelo popular eficiente foi o Shopping Center Norte, inaugurado em 1984. Este shopping center, servido por uma vasta rede de transporte coletivo, indispensável para a mobilidade de milhares de consumidores, transformou em poucos anos hábitos de consumo e de lazer de boa parte da população da zona norte paulistana, abarcando ainda, na época, um grande público da zona leste, oeste e de vários municípios próximos, antes que nessas regiões fossem também construídos grandes shoppings (ROLNIK; FRÚGOLI, 2000), o que aconteceu na década seguinte. Assim, aproveitando as vantagens oferecidas pelo comércio local já instalado, empresas se voltam para as periferias atraídas por seu potencial de consumo, estratégia que já havia garantido o sucesso de empresas como a Casas Bahia, fundada no final da década de 1950.

Segundo Santos (1990b), é o mercado que autoriza a presença simultânea na cidade, sobretudo e mais claramente na grande cidade, de tantas formas de realização econômica diferentes e até contrastantes. As diferenças de rendas, o tamanho das cidades e os

¹⁸ A expressão é uma referência à obra de C.K. Prahalad, consultor indiano radicado nos Estados Unidos, que desenvolve estratégias de obtenção de lucro através do consumo dos mais pobres. Seu livro "A riqueza na base da pirâmide" foi publicado no Brasil em 2005.

¹⁹ Consideramos uma renda média de cerca de 900 reais, conforme indica o Critério de Classificação Econômica Brasil, divulgado pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa, em 2003. No entanto, salientamos que o fator que mais influi nesta classificação é a posse de bens duráveis como geladeira, máquina de lavar, televisão e automóvel. Cf. http://www.abep.org/codigosguias/ABEP_CCEB.pdf

obstáculos à acessibilidade tornam possível que diversas formas de produção, de circulação, distribuição e consumo se dêem paralelamente, com a presença simultânea, em diversos setores da economia, de empresas hegemônicas e de toda uma gama, variável segundo as aglomerações, de empresas não hegemônicas. Trata-se, assim, de um mercado único, mas segmentado, por motivos sócio-econômicos e sócio-espaciais.

Essa segmentação do mercado e o aumento do consumo entre os mais pobres também tem um aspecto simbólico importante: a necessidade de diferenciação entre os produtos oferecidos a esses segmentos sociais e aqueles oferecidos aos de renda mais alta. O reconhecimento, pelas grandes empresas, da importância do poder de compra dos mais pobres tem ocasionado a diferenciação das estratégias de propaganda e de venda, assim como a adaptação dos produtos.

Os funcionários da Eletro receberam treinamento especial para explicar aos novos clientes como se programa um aparelho de videocassete, ou como funciona um controle remoto, sem constrangê-los (Revista Veja, 18/12/1996).

Companhias têm de criar produtos voltados às classes C, D e E, que já são 50% do mercado. [...] Ameaçados pelo avanço de marcas mais "populares", fabricantes estão tendo de fazer com que seu produto "caiba no bolso" desse público (Folha de São Paulo, 24/03/2008).

O reconhecimento da diferença e a necessidade de distinção não acontecem apenas no mercado, encontram-se disseminados na sociedade. A mesma revista Veja, de circulação citada anteriormente, enfatiza o aumento do consumo entre os pobres praticamente como uma ameaça ao status de seus leitores de classe média, principalmente daqueles que procuram se distinguir dos mais pobres justamente através do consumo²⁰.

Os ricos estão ficando no mesmo lugar. E os pobres estão melhorando. Essa transformação é dramática e quem quiser percebê-la visualmente pode pegar o carro e dar uma volta pelos bairros periféricos das grandes cidades. É o endereço dos pobres [...] O que se descobrirá nesse passeio é que a vida dessa gente está mudando muito rápido. Os pobres empunharam a pá de pedreiro e estão reformando suas casinhas. Grandes redes de supermercado migraram para essas regiões, instalando lojas que, entre outras coisas, vendem produtos importados. As redes de *fast food*, que pescavam a clientela apenas na classe média, estão chegando. Apareceram locadoras de vídeo, casas que vendem eletrodomésticos, até shoppings. Um jardim de antenas parabólicas floresce em bairros modestos (Revista Veja, 18/12/1996).

²⁰ Uma parte da classe média, formada, principalmente, por filhos de prósperos comerciantes, embora tenha boas condições materiais, não participa do campo de produção cultural e menospreza o debate intelectualizado e político, procurando assegurar sua distinção dos mais pobres justamente pela qualidade de seu consumo. Estas considerações, feitas por O'Dougherty (1998), derivaram de pesquisa de campo realizada entre 1993 e 1994, em São Paulo, com o objetivo de verificar a maneira como os adultos de classe média exprimiam verbalmente sua identidade de classe mediante as crises provocadas pela inflação.

Ao contrário dos consumidores emergentes, a classe média percebe, em geral, a periferia como uma realidade radicalmente diferente da sua; representação reforçada pela distância física que ainda separa os bairros onde tendem a se concentrar os dois segmentos sociais. É por isso que para que a classe média conheça "o endereço dos pobres", terá que "pegar o carro" e, praticamente, experimentar uma aventura através da qual descobrirá que os pobres, assim como ela, já consomem até "produtos importados".

Como reflete Bourdieu (1982, 1989) a posse de bens não é jamais uma condição suficiente para pertencer a uma determinada classe social. Isto porque as diferenças propriamente econômicas são duplicadas por distinções simbólicas presentes na maneira de usufruir estes bens, ou melhor, através do consumo, e mais, através do consumo simbólico que transmuta bens e signos, as diferenças de fato, em distinções significantes.

Assim, para este autor, o mundo social deve ser concebido como um espaço multidimensional construído a partir de princípios de diferenciação ou de distribuição, entendidos como propriedades capazes de conferir força ou poder aos seus detentores. Dessa maneira, o espaço social pode ser reconhecido e analisado como um campo de forças construído pelas disputas em torno dos diferentes tipos de capital (econômico, cultural, social e simbólico). O capital econômico tende a determinar sua estrutura de apropriação e distribuição; porém, o capital simbólico – prestígio, reputação ou fama – constitui-se na forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital.

Consideramos importante abrir aqui um parêntesis, antes de analisarmos as mudanças ocorridas nas ofertas imobiliárias dirigidas ao aqui denominado consumidor emergente. Até agora, utilizamos como fontes de informação, jornais e revistas de circulação nacional, além de jornais de bairro. Neste momento, consideramos profícuo recorrer a outros registros da pesquisa realizada.

Durante o estudo de Itaquera, deparamo-nos com as músicas de um grupo de rap da região, mais especificamente da "COHAB II", como costuma ser chamado o Conjunto Habitacional Itaquera II, localizado no distrito José Bonifácio, vizinho ao de Itaquera. A letra de uma música chamou particularmente a nossa atenção.

Denominada "Stress", a música narra momentos da vida de um jovem de periferia. O título é justificado pela busca incessante por dinheiro, indispensável à satisfação de novas necessidades simbólicas impostas pelo consumo. Portanto, informa-nos sobre o consumo entre os mais pobres, retratando suas circunstâncias, isto é, a música retrata a experiência de uma conciliação quase impossível entre realidades contrastantes: "*montado nos*

artigo leva a mina pro shopping/ bem pop, rolê de esquema/ pipoca, guaraná quer beijar no cinema/ exploração, rouba a cena vida real abalal em casa, cortaram a luz e a água" (grifo nosso).

Embora o consumo seja desejado: "mundão trata melhor quem se veste bem/ paciência é pra quem tem, ser João ninguém é foda/ tipo Sandy e Junior todos querem estar na moda"; a música parece alertar para o risco que traz a busca incessante pelo dinheiro: pode levar ao crime: "saída de emergência é quase sempre o crime/ é pra catar aquele NIKE que ele viu ontem na vitrine/ TV instiga andar na estaca nos artigos então"; e, principalmente, ao "stress". Assim, diz o refrão: "stress, stress, dinheiro, dinheiro, sem essa porra eu tô ficando doido/ stress, stress, dinheiro, dinheiro, corrida atrás do ouro núcleo desespero"

Mesmo assim, para o compositor, um dos integrantes do grupo DMN²¹, as opções de consumo na periferia são socialmente positivas: "se não temos grana o suficiente para nos deslocarmos para ir comprar no Shopping Morumbi, pelo menos juntando os trocados podemos dar *um pulo* no Shopping Itaquera" (grifo nosso).

Porém, o mais importante a destacar é a perversidade que tem origem na investida das empresas no desenvolvimento de um comércio voltado para os mais pobres, cujo maior símbolo são os shopping-centers localizados em áreas periféricas. Uma perversidade que decorre da ausência de políticas públicas de geração de renda, educação e cultura. Este é um dos recados passados pelo pessoal do rap.

Retomando a análise de mudanças ocorridas no mercado imobiliário, destacamos que as estratégias que visam os consumidores emergentes também chegaram ao mercado imobiliário, resultando em transformações no ambiente construído das periferias. A mesma técnica utilizada por cadeias de *fast food* passou a ser utilizada por construtoras, como registra o proprietário de uma das maiores construtoras de casas populares atualmente no país, a Tenda:

A esfiha popular, que vende bastante, custa 39 centavos, mas tem menos carne que uma de 2 reais. Ela é um sucesso. O nosso objetivo é semelhante [...]. Não temos o direito de inventar. Parede curva em banheiro, só em Paris. Comprador de baixa renda não se importa com isso (Revista Veja, 17/01/2007).

Os imóveis populares construídos por empresas como a Tenda, são feitos em linha de produção e com o material mais barato encontrado no mercado. Assim como os partidos

²¹ Tentamos marcar uma entrevista com o grupo DMN, apesar da vontade expressada pelo grupo em concedê-la, não conseguimos agendar um encontro devido às numerosas atividades do grupo e o curto prazo de que dispúnhamos. Após conversa por telefone, na qual um dos integrantes do grupo nos explicou que costumam responder coletivamente às entrevistas, decidimos realizar a entrevista por e-mail. As respostas foram enviadas em 30/05/2008.

arquitetônicos adotados nos conjuntos habitacionais da produção pública, os edifícios não têm elevador e as casas têm plantas simplificadas,

As unidades, de dois dormitórios, com área em torno de 45 m² chegam ao consumidor final por um preço entre 60 e 80 mil reais, em média. Em geral, os imóveis, ou ao menos parte significativa deles, são vendidos antes que a construção se inicie. Assim, as unidades vendidas financiam as que estão sendo construídas. Atualmente, os juros mais baixos, cerca de 8% ao ano, e o prazo de financiamento mais prolongado, cerca de trinta anos, contribuem para que as classes de baixa e média baixa renda se comprometam com o financiamento da casa própria.

Os anúncios publicitários evidenciam o desejo de atrair esse tipo de consumidor: "sair do aluguel custa menos do que você imagina"; "só aqui você compra 3 dormitórios pelo preço de 2 dormitórios" e "o apartamento ideal para sua família com o preço do tamanho do seu bolso" são alguns dos apelos mais encontrados.

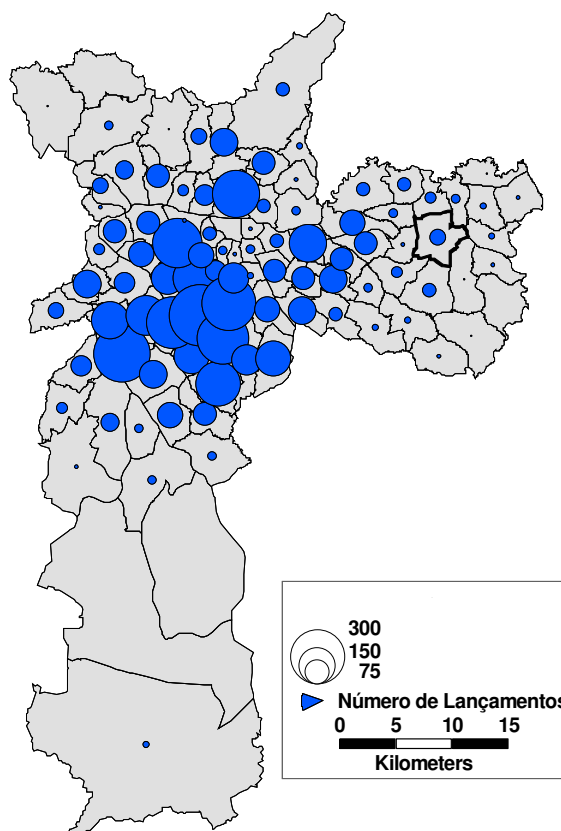
É importante salientar, contudo, que mesmo com o crescimento dos empreendimentos nas periferias, a maior concentração de lançamentos imobiliários ainda acontece na área central e sudoeste do município. A figura 13 ilustra a distribuição espacial dos lançamentos imobiliários entre 1995 e 2003, evidenciando essa concentração.

Do ponto de vista urbanístico, preocupa o predomínio dos empreendimentos horizontais. A existência de terrenos grandes e baratos, nas periferias, é apontada como um dos fatores responsáveis pela opção por este tipo de empreendimento. No entanto, conforme destacado no primeiro capítulo, o padrão periférico de expansão urbana, predominantemente horizontal, eleva os custos de manutenção da metrópole, uma vez que gera a sub-utilização da infra-estrutura instalada.

Todavia, essa também parece ser a preferência do consumidor. Segundo consultor imobiliário, entrevistado para esse trabalho, já citado anteriormente, os segmentos de baixa renda preferem empreendimentos horizontais, já que a taxa condominial de menor valor ajudaria a cumprir com o pagamento do financiamento²². Além disso, nesta preferência também existiriam elementos do modo de vida.

²² Os preços das casas (em geral assobradadas) ficam, atualmente, entre 90 e 110 mil reais.

Figura 13. Lançamentos imobiliários por distrito. Município de São Paulo, (1995-2003).



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da Empresa Brasileira de Estudos do Patrimônio.

Os consumidores desses novos empreendimentos, em sua maioria jovens, buscam se livrar do aluguel e/ou sair da casa dos pais. Acostumados com o modo de vida das periferias preferem continuar morando em casas. Caldeira (2000) já havia observado esse fenômeno. Segundo as pesquisas realizadas por esta autora, a mudança para um apartamento significaria, para esse tipo de consumidor, certa perda de liberdade e até mesmo de qualidade de vida.

Além disso, para o consumidor emergente também parece ser relevante a manutenção da proximidade com o lugar onde estão seus vínculos sociais. Este talvez seja um fator ainda mais importante para esse tipo de consumidor do que para os segmentos de renda mais alta, que, podendo pagar por uma série de serviços, dependeriam menos da ajuda de vizinhos e familiares na vida cotidiana.

Mas, pensamos que a permanência no lugar, nas periferias, não expressa apenas este tipo de dependência. De fato, existe um sentimento de pertencimento ao lugar. Abordaremos esta questão no próximo item. Aqui, interessa-nos mencioná-la apenas como um dos determinantes da produção imobiliária dirigida aos emergentes.

Os donos desses estabelecimentos [do comércio local] prosperaram, melhorando seu poder aquisitivo. São pessoas que querem continuar morando em Itaquera, mas desejam imóveis com melhor padrão de acabamento (O Estado de São Paulo, 18/04/1999).

Se não permanecem no bairro de origem, os consumidores emergentes, ao menos os da zona leste que foram alvo de uma investigação mais aprofundada para esse trabalho, deslocam-se pouco. Segundo entrevista concedida pelo consultor, antes citado, de uma das imobiliárias da região de Itaquera:

Na década de 1980, as famílias que vieram para a Cohab também tiveram sua ascensão. Itaquera nos anos 1980/90 tinha um público de baixa renda, de classe E. Hoje, pode ser considerado de classe C. São os emergentes, os filhos cresceram e precisam de apartamento ou condomínio de casas com mais conforto, comodidade. Quem mais vem pra cá? Gente da Vila Matilde, Sapopemba, Penha, Guaianases, Ferraz, Centro. [...] Uma grande massa atendida tem renda inferior a 3 mil reais, mas também tem muita gente com renda acima de 5 mil reais.

Todas as localidades mencionadas pelo consultor em seu depoimento, com exceção do centro, distam no máximo 10 km de Itaquera e situam-se na porção leste da metrópole.²³ Mesmo no Tatuapé, onde se concentra uma população com renda mais alta, o mercado consumidor, que chega a absorver imóveis de luxo, é formado quase que somente por moradores da zona leste. Nesses casos, mudar-se de outro bairro da zona leste para o Tatuapé representa elevação de status. Fernandes, diretor administrativo da Hernandez, incorporadora que tem o bairro e adjacências como principal foco de sua atuação, explica:

[O mercado] é restrito e atende a compradores da própria zona leste. Empresários que atuam em bairros mais periféricos, como São Mateus, São Miguel ou Ermelino Matarazzo, por exemplo, têm interesse em morar no Tatuapé, que é mais nobre (Folha de São Paulo, 25/07/2004).

Neste sentido costumam afirmar os corretores de imóveis que quem nasce nos bairros da zona leste, pode até mudar de bairro, mas dificilmente muda para outra região da cidade.

Para compreender melhor essas preferências, é importante considerar, mais uma vez, as orientações analíticas oferecidas por Bourdieu. Para esse autor, a localização de agentes ou os grupos no espaço social se dá em função da desigual distribuição de capital econômico e capital cultural. Assim, os agentes teriam tanto mais em comum, quanto mais próximos estivessem nessas duas dimensões do poder e, logo, tanto menos quanto mais

²³ Apenas Ferraz de Vasconcelos está fora dos limites do Município de São Paulo. Este outro município faz fronteira com os distritos de Itaim Paulista, Lajeado, Guaianases e Cidade Tiradentes, a oeste, e com os municípios de Poá e Suzano, a leste.

distantes. As distâncias espaciais, assim, equivaleriam a distâncias sociais (BOURDIEU, 1997).

O espaço social, estrutural e estruturante, é conformado pela intermediação de um sistema de disposições (ou habitus). A cada efetiva classe social estaria associada uma classe de habitus (ou gostos), correspondentes aos condicionantes da ação social. O habitus possui, assim, capacidades geradoras, que se traduzem num conjunto sistemático de bens e propriedades, vinculados entre si por uma afinidade de estilo (BOURDIEU, 1997).

* * *

As constatações realizadas, até o momento, instigam-nos a formular a seguinte questão: seria, afinal, a periferia consolidada o lugar da articulação entre pobre e consumidor emergente?

A referência a Durkheim e Mauss, realizada no segundo capítulo, move-nos em direção a uma resposta positiva a esta questão. Como vimos, esses autores interrogam se os nossos esquemas lógicos, como aqueles baseados em círculos concêntricos, não teriam sua origem vinculada à observação da divisão dos homens em grupos sociais, os quais ocupam determinadas posições no espaço.

Tratar-se-ia, portanto, da necessidade de entendermos as relações entre a divisão do espaço físico e do espaço social. Esta é, aliás, uma problemática já reconhecida no segundo capítulo através da citação de Bonduki (2001). Retomando-a, neste momento, recordamos que este especialista ao refletir sobre a consolidação das periferias, sugeriu que, mesmo com a oferta de infra-estrutura e serviços, as periferias não deixariam de ser periferias por conta do seu elemento social.

É justamente neste sentido que adverte Bourdieu (1998): "Não se pode romper com as falsas evidências e com os erros inscritos no pensamento substancialista dos *lugares* a não ser com a condição de proceder a uma análise rigorosa das relações entre as estruturas do espaço social e as estruturas do espaço físico" (p.159).

Para o autor, o lugar pode ser definido absolutamente como ponto do espaço físico onde um agente se encontra situado, tem lugar, existe. O lugar seria, dessa forma, definido tanto como localização, quanto, sob um ponto de vista relacional, como posição, como graduação em uma ordem.

Os agentes sociais que são constituídos como tais em e pela relação com um espaço social (ou melhor, com campos) e também as coisas na medida em que elas são apropriadas pelos agentes, portanto constituídas como propriedades, estão situados num lugar do espaço social que se pode caracterizar por sua posição relativa pela relação com os outros lugares (acima, abaixo, entre, etc.) e pela distância que o separa deles. Como o

espaço físico é definido pela exterioridade mútua das partes, o espaço social é definido pela exclusão mútua (ou a distinção) das posições que o constituem, isto é, como estrutura de justaposição de posições sociais (BOURDIEU, 1998, p. 160).

Essa estrutura do espaço social se manifestaria sob a forma de oposições espaciais, onde, por exemplo, o espaço habitado funcionaria como uma espécie de simbolização espontânea do espaço social. Assim, não há espaço, numa sociedade hierarquizada que também não seja hierarquizado e que, portanto, não exprima hierarquias e distâncias sociais, ainda que dissimuladas pela naturalização das relações sociais, isto é, quando diferenças produzidas historicamente parecem surgidas da natureza das coisas (BOURDIEU, 1998).

A compreensão de que o espaço social se retraduz no espaço físico ajuda a explicar porque as periferias, embora consolidadas urbanisticamente e com razoável mercado de bens e serviços, não deixam de ser reconhecidas como periferias. As hierarquias sociais não são invertidas ou anuladas pela consolidação de um dos seus níveis. Afinal, mobilidade social não implica em igualdade ou, ao menos, em garantia da redução de diferenças sociais.

Assim, ao mesmo tempo em que Itaquera, o objeto do nosso estudo de caso, deve ser entendida a partir das características de sua paisagem, construída historicamente, também deve ser compreendida a partir da posição ocupada por seus moradores no espaço social da metrópole.

Porém, se, por um lado, as divisões (ou hierarquias) do espaço social manifestam-se através de oposições espaciais, por outro, o espaço físico fixa a estratificação social. É necessário, portanto, considerar também a inércia das estruturas do espaço social. Segundo Bourdieu (1998):

Uma parte da inércia das estruturas do espaço social resulta do fato de que elas estão inscritas no espaço físico e que não poderiam ser modificadas senão ao preço de um trabalho de transplantação, de uma mudança das coisas e de um desenraizamento ou de uma deportação de pessoas, as quais suportariam transformações sociais extremamente difíceis e custosas (p.161).

Não podemos afirmar que o espaço social e o espaço geográfico coincidam completamente. No entanto, muitas diferenças geralmente associadas ao espaço geográfico são o efeito de distâncias decorrentes da estrutura do espaço social, quer dizer, da distribuição socialmente desigual das diferentes espécies de capital. Esta distribuição desigual faz com que também o poder manifeste-se de maneira desigual no espaço físico; resultando, inclusive, na desigual distribuição de bens e serviços, privados ou públicos.

O processo de consolidação das periferias possui uma dimensão urbanística; mas, também possui uma dimensão social, ou seja, é determinado pela condição e posição ocupada pelos agentes que habitam esses espaços. Nesse sentido, periferia consolidada e consumidor emergente podem ser considerados como representações articuladas, e que contribuem reciprocamente para a definição de uma sociedade e de um território em movimento.

Na próxima, e última parte deste trabalho, dedicamo-nos à reflexão de alguns elementos do plano do vivido, ou seja, da periferia consolidada como um produto da experiência humana. Segundo Mello (1990), na heterogeneidade e complexidade das constantes e rápidas transformações ocorridas no seio da sociedade mundial, as teorias, leis e modelos são simplificações que não conseguem propor uma análise holística das relações homem-meio. Compartilhando dessa forma de refletir enigmas do presente, propomos, neste último exercício de compreensão das periferias consolidadas, a incorporação do discurso do indivíduo que vive nesses lugares.

Eu gostava daquela resistência coriácea que eu nunca conseguia vencer; mistificado, estafado, degustava a ambigüidade voluptuosa de compreender sem compreender: era a espessura do mundo.

(J.P. Sartre em "As palavras").

Ao se dar conta da densidade e da continuidade do mundo que nos rodeia, a linguagem se revela lacunosa, fragmentária, diz sempre algo menos com respeito à totalidade do experimentável.

(I. Calvino em "Seis propostas para o próximo milênio").

3.2 Lugar como experiência

Neste item, valorizamos a dimensão da existência que se manifesta através de um cotidiano compartilhado entre diversas pessoas, ou seja, a experiência que se dá no lugar. Acreditamos, inclusive, que é a experiência cotidiana que transforma o espaço em lugar.

A opção em incorporar o discurso do morador reflete a intenção, deste trabalho, de reconhecer a experiência existencial construída cotidianamente. Portanto, essa opção não se faz no sentido de procurar neste discurso, a confirmação de uma realidade objetiva anteriormente definida. Como nos ensina Velho (1973), a complexificação das ciências sociais conduz necessariamente à aceitação de diferentes realidades ou níveis de realidade, correspondentes a diferentes apreensões individuais ou grupais de uma série de dados brutos.

Por esta razão, julgamos tão relevante incorporar, nesta análise exploratória da denominada periferia consolidada, representações do morador. Como esses indivíduos enxergam a consolidação? Há algum tipo de consciência deste processo? Como vêm as mudanças ocorridas nesses lugares? Como percebem o lugar onde moram em relação ao restante da cidade? O morador da denominada periferia consolidada considera que mora em uma periferia?

A partir dessas questões gerais e tendo como "pano de fundo" alguns aspectos levantados nos capítulos anteriores – como o provimento de infra-estrutura, o desenvolvimento do comércio, a valorização imobiliária e a expulsão "branca" dos mais pobres – decidimos concentrar as observações em campo em duas das muitas vilas²⁴ que existem na região de Itaquera.

Assim, neste item, baseio-me fundamentalmente nas entrevistas realizadas com moradores de Vila Santana e Vila Verde²⁵. As pessoas que entrevistei foram abordadas nas portas de suas casas ou em algum pequeno comércio local. De início, escolhi pessoas mais velhas com a expectativa de que me contassem a história das vilas; procurando, num segundo momento, entrar em contato com moradores de outras faixas etárias.

²⁴ A palavra vila no período colonial servia para designar aglomerações menos importantes que as cidades. Em São Paulo, no final do século XIX, esta palavra é reintroduzida na linguagem urbana com uma pequena mudança em sua grafia: a palavra villa é então utilizada para designar a forma de morar das famílias abastadas, geralmente em centro de terreno e cercada de jardins. No início do século XX, porém, a palavra vila também passa a ser utilizada para designar os, cada vez mais numerosos, loteamentos populares e as vilas operárias. Assim, as famílias mais abastadas começam a mudar as palavras empregadas para designar seus modos de morar. A partir da década de 1950, intensificado o crescimento periférico, uma grande parte dos loteamentos irregulares iniciava sua denominação com a palavra vila, e a outra com a palavra jardim. Cf. PEREIRA (2001).

²⁵ A partir desse momento escreverei na primeira pessoa do singular, uma vez que na reflexão sobre a experiência do lugar também está incluída a minha própria experiência enquanto pesquisadora no campo.

Para chegar aos resultados apresentados a seguir, primeiramente transcrevi cada entrevista e as analisei separadamente, depois procurei estruturá-las em eixos temáticos. Dessa forma, pude comparar as falas de diversos moradores sobre questões semelhantes. Em alguns momentos, senti a necessidade de utilizar dados obtidos de fontes secundárias, visando melhor compreender o contexto sócio-espacial dos lugares e seu entorno.

Assim, este item se divide em quatro partes. Primeiramente, apresento as duas vilas, procurando destacar suas semelhanças e diferenças e, recuperando brevemente a origem de sua ocupação. Em seguida, destaco a representação que os moradores têm da vila "de antigamente" em contraposição com o presente e, ainda, os valores que atribuem ao lugar em que vivem e ao seu entorno. Por fim, procuro identificar as suas perspectivas em relação aos futuros possíveis e suas representações de periferia.²⁶

3.2.1 Uma vila depois da outra: Vila Santana e Vila Verde

É mais ou menos assim, primeiro veio Vila Santana, depois Vila Taquari e depois Vila Verde (André, morador há 50 anos de Vila Santana)

Baseio-me aqui no que vi e ouvi percorrendo as ruas de Vila Santana e Vila Verde. Naturalmente, minhas impressões são fragmentárias. Resultam de percursos aleatórios realizados durante dois meses. Neles, busquei percorrer todas as ruas dessas vilas. Assim, nas próximas linhas, descrevo esta experiência de (re)conhecimento de lugares, com o intuito de apresentar a posição ocupada por essas vilas em Itaquera e, suas semelhanças e diferenças, principalmente no que diz respeito ao ambiente construído.

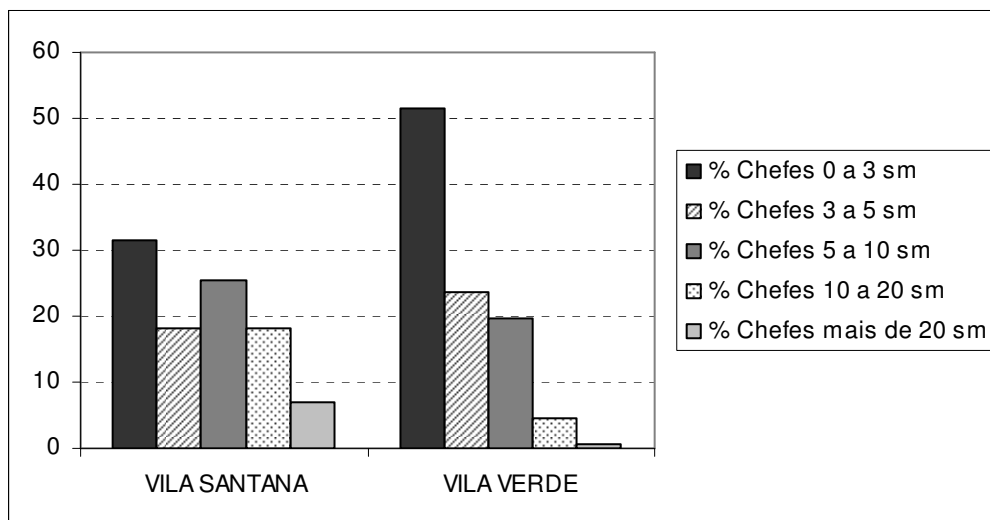
O centro de Itaquera, onde ficava a antiga estação de trem, Vila Carmosina e Vila Santana foram os primeiros núcleos de Itaquera e são, ainda hoje, os mais importantes em termos de comércio, serviços e equipamentos. São também os lugares que abrigam a população de renda mais alta de Itaquera e os lançamentos imobiliários, principalmente os verticais, assim como, mais recentemente, Vila Campanella e Vila Regina²⁷.

Vila Santana, começou suburbana e hoje conta com diversos equipamentos, serviços e comércio diversificados. Vila Verde é resultado da expansão periférica e, ainda hoje, predomina a ocupação residencial por uma população mais pobre.

²⁶ Para preservar a identidade dos entrevistados, todos os nomes atribuídos aos moradores são fictícios.

²⁷ Ver fotos no Anexo B.

Gráfico 1. Composição dos responsáveis por domicílio segundo a renda. Município de São Paulo, Itaquera - Vila Santana e Vila Verde, 2000



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do Censo Demográfico IBGE, 2000²⁸.

O acesso é fácil até Vila Santana. O bairro é margeado pela Av. Jacú-Pêssego e pela Av. Pires do Rio e é servido por várias linhas de ônibus. O trajeto, em microônibus, entre o terminal urbano, localizado na estação de metrô Corinthians-Itaquera, e Vila Santana dura cerca de dez minutos.

Aí localiza-se a Igreja Matriz, a mais antiga de Itaquera, construída em 1921. No mapa topográfico, publicado pela Prefeitura em 1930, Vila Santana já aparecia como um dos loteamentos de Itaquera. A Vila, até aproximadamente os anos 1950, era constituída por chácaras e algumas casas suburbanas, com seus generosos quintais. A partir de então, passa a ser mais intensamente ocupada. Segundo dados da Secretaria Municipal de Habitação²⁹, uma parte de Vila Santana foi loteada irregularmente em 1950, e essa situação fundiária se mantém até hoje³⁰.

Não foi difícil encontrar moradores antigos em Vila Santana. Dos treze entrevistados, apenas um morava em Vila Santana há pouco tempo, cerca de um ano. Os demais estão há cerca de 20, 30 anos ou mais no lugar. Cosme, por exemplo, veio com seus pais para Vila Santana em 1945. Antes moravam, de aluguel, na Vila Esperança, um pouco mais próxima da área central, mas o dono havia pedido a casa. Quando chegaram Vila Santana “era só mato e chácara”:

²⁸ Os limites de cada vila não são reconhecidos oficialmente. Para apresentação desse trabalho, delimiti aproximadamente Vila Santana e Vila Verde, com base em diferentes fontes: nos perímetros dos loteamentos irregulares segundo a Secretaria Municipal de Habitação; na atribuição do bairro dos contribuintes utilizada pela Telefônica e em informações dadas pelos moradores durante o trabalho de campo.

²⁹ Cf. <http://www.habisp.inf.br/>

³⁰ Ver mapas no Anexo A.

Aí onde tem a Faculdade era chácara de uva [...]. Esse terreno eu comprei mais ou menos em 1963, 1964, tinha uma casa antiga. Eu derrubei e no lugar da antiga casa construí essa casa aí.

Cosme refere-se à casa em que mora atualmente, na esquina da rua Montanhas com a Avenida Jacu-Pêssego. A Faculdade, de que fala, é a Universidade Camilo Castelo Branco (UNICASTELO), cuja origem está associada ao Liceu Camilo Castelo Branco, fundado em 1964.

Muitos dos entrevistados em Vila Santana disseram ter nascido ali, fazendo referência à trajetória de pais ou avós, e até mesmo bisavós, no lugar. Luzia, por exemplo, é neta de um antigo dono de armazém de Vila Santana. Seus pais, também comerciantes, moram atualmente em Vila Carmosina e ela mora, com os filhos, na antiga casa de seu pai. Já Ricardo mora até hoje com a família (que se estende aos tios e primos) em um terreno, no limite entre Vila Santana e Vila Taquari, que pertencia ao seu bisavô. Aí ainda existe um córrego não canalizado, apesar de constar como canalizado na Prefeitura, no qual algumas casas lançam esgoto. Essas são algumas das trajetórias que indicam a consolidação das periferias como uma experiência intergeracional.

Há casas enormes, muito bem acabadas, com jardim na frente e portão automático, em meio a alguns edifícios mais altos. Já próximo da Vila Taquari, as ruas ficam mais estreitas e as casas mais modestas. Vila Santana é menos agitada que o centro de Itaquera, mas onde muitos estão somente de passagem, principalmente por conta da UNICASTELO, mas não apenas, já que o lugar concentra ainda comércio variado e algumas empresas.

Segundo relatos dos moradores de Vila Santana, a primeira infra-estrutura instalada foi a luz (no início da década 1950), depois vieram a água (em meados da década de 1970) e o asfalto³¹. A chegada do esgotamento sanitário não foi mencionado nenhuma vez, mas tampouco a sua ausência, com exceção do depoimento de Ricardo. Segundo as informações do Censo Demográfico de 2000, no distrito de Itaquera, 99% dos domicílios possuíam água canalizada e 88% estavam ligados à rede geral de esgoto.

Vila Verde fica mais distante do centro de Itaquera do que Vila Santana. No mapa topográfico de 1930, já citado, observamos a demarcação de parte do arruamento. Porém, no levantamento aerofotogramétrico de 1954, pode ser constatado que apenas a área ao redor da antiga estação de trem é mais densamente ocupada. Já no levantamento realizado pela

³¹ De maneira geral, a execução do asfaltamento, apesar de variar bastante entre as ruas, segundo os moradores, ocorreu na década de 1970.

EMPLASA em 1972, o arruamento da área já é próximo do atual. Uma consulta ao sistema de informações da Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo, já citado, permitiu verificar, ainda, que praticamente toda a Vila Verde permanece irregular, tendo sido composta por loteamentos abertos entre 1971 e 1983.

Essa informação coincide com os relatos dos moradores. André, que mora em Vila Santana desde a década de 1950, contou que Vila Verde "começou depois", por volta de 1970. De fato, Irene, por exemplo, chegou em 1971, para morar mais perto de sua mãe, a qual havia comprado um terreno através da imobiliária de "Seu Moisés" que dava direito a "um tanto de tijolo e telha". Já Márcia chegou em 1979, com os pais que compraram "o terreno com dois cômodos".

Esta vila, margeada pela Av. Pires do Rio e pela Av. Imperador, esta última divisa do distrito de Itaquera com o de Vila Jacuí, é bem servida pelo comércio, por serviços e linhas de ônibus. Vila Verde está localizada a cerca de 2,0 km de distância, em direção ao norte, do centro de Itaquera e a 1,5 km de Vila Santana.

Em Vila Verde, quase todas as ruas começam com flor: Flor da Verdade, Flor do Pelicano, Flor do Campo, Flor do Japão. Mas, nem tudo são flores: algumas casas lançam o esgoto diretamente nos córregos. Neste lugar, o contraste entre as trajetórias dos moradores, refletido nas condições de suas moradias, é ainda mais explícito do que em Vila Santana: há casas grandes e muito bem acabadas em contraste com outras bastante precárias.

Acredito que parte desse contraste, tanto em Vila Verde como em Vila Santana, deva-se à opção de seus moradores em resistir à saída do lugar, onde já possuem uma longa trajetória, conhecem todos os vizinhos e, portanto, estão enraizados. Voltarei a este aspecto mais adiante.

Construída irregularmente, Vila Verde apresenta muitas vielas sem saída que, por um lado, tornam difícil o deslocamento dos "de fora" e que, por outro favorecem as brincadeiras das crianças. O lazer constitui-se num problema na região. Tanto em Vila Verde como em Vila Santana faltam opções de lazer, principalmente para as crianças. A diferença talvez esteja no fato das crianças de Vila Verde utilizarem muito mais as ruas do que as crianças de Vila Santana.

A ação de experienciar lugares permite que observemos suas estrias, invisíveis para o olhar que alisa territórios, para recorrer a uma expressão utilizada por Guatarri (1985). Nas denominadas periferias consolidadas, as condições urbanas de vida que, à primeira vista, podem parecer intermediárias, e até certo ponto homogêneas, na verdade são contrastantes, refletindo as distintas trajetórias de seus moradores e a inércia das formas.

Isso significa que o espaço físico apresenta tanto uma relativa inércia quanto uma contínua transformação. Segundo Silva (1986), em cada modo de produção, a apropriação discreta do espaço é diferente. Não obstante, certas formas físicas permaneçam mais tempo do que as formas de propriedade e de apropriação do espaço.

Dessa maneira, o contraste observado também reflete um movimento no qual o novo procura-se impor por toda parte; porém, sem realizar-se completamente, pois o velho lhe impõe certa resistência, refutando e absorvendo parte do seu impulso transformador.

3.2.2 Foi tudo chegando

Durante as entrevistas com os moradores, sempre indaguei como era a Vila (Santana ou Verde) quando ali chegaram. Com esta pergunta, imaginava poder apreender representações sociais da diferença entre passado e presente do lugar, o que enriqueceria a compreensão de tendências observadas através dos dados secundários apresentados no item anterior.

O mais comum foi o reconhecimento da diferença basear-se no ambiente construído, isto é, infra-estrutura e edificações. A ausência de infra-estrutura surgiu como plano de referência da memória sobretudo entre os moradores de Vila Santana. Como vimos, esta é mais antiga do que Vila Verde. Assim, sendo um dos primeiros núcleos urbanos, a falta de infra-estrutura marcou mais profundamente a história deste lugar. A água, por exemplo, segundo relatos dos entrevistados, começou a ser distribuída na mesma época em Vila Santana e em Vila Verde, na segunda metade da década de 1970. Já o fornecimento de luz e asfalto variou mais entre as vilas e mesmo no interior de cada uma destas.

A água era no poço, luz era lamparina, não tinha asfalto, asfalto veio em 1976. (André, morador de Vila Santana desde 1958)

A rua era de barro, lama preta, só tinha um ônibus pra Vila Santana que parava em frente a Igreja. A água era do poço, aquela água enferrujada. Tinha que baldear água de fora para beber. A ponte para Vila Regina [sobre o Rio Jacu] era de madeira, cada vez que chovia, levava a ponte (Helena, moradora de Vila Santana desde meados da década de 1970)

Era bem diferente. Lembro mais ou menos, era rua de terra, não tinha tanta casa, tinha água e luz já. Faz uns 22 ou 23 anos que eles asfaltaram (Jairo, morador de Vila Verde desde 1983).

Para outros moradores, a principal diferença entre passado e presente é reconhecida através do movimento, do ritmo do lugar. Em Vila Santana, o aumento do número de moradores, associado à melhoria do ambiente construído, foi mencionado de

maneira positiva. Porém, esta positividade não impediu a citação da tranquilidade perdida; uma tranquilidade associada à vida de (no) interior.

Antes a gente dormia de porta aberta, quem não tinha terreno deixava as roupas quarando na rua e ninguém roubava. É o preço do progresso (Cosme, morador de Vila Santana desde 1945).

Quando chegou água encanada, escola, valorizou a propriedade da gente. Mas a calma daquela época faz falta, tinha menos violência (Dulce, moradora de Vila Santana desde 1963).

Itaquera não era nada quando mudei para aqui, o bairro tinha pouca moradia, não tinha prédio. Agora está melhorando, mas não está muito tranquilo como era antes. A gente tem até cachorro agora, se chega alguém eles já começam a fazer barulho (Olga, moradora de Vila Santana desde 1978)

Enquanto em Vila Santana as melhorias, mesmo que avaliadas de forma positiva, são associadas a algumas perdas pelos moradores mais antigos, em Vila Verde, ao contrário, a ausência de tranquilidade e violência encontra-se mais associada ao passado.

Segundo o povo dizia era tudo chácara. Agora que está mudando para melhor. Antes não dava pra sair na rua, a gente era muito assaltada (Odete, Odete, moradora, desde que nasceu, há 50 anos).

Além desses parâmetros, utilizados na comparação entre passado e presente, também surgiram, nas falas dos moradores, referências ao aumento do número de equipamentos públicos e privados na região. Este seria, assim, um sinal de que "o progresso" havia chegado a Itaquera, ainda que, como vimos, num passado recente.

Aqui melhorou bastante em termos de estrada, acesso para ir até o centro, tem o Shopping, o Poupatempo, o Fórum, a Faculdade (Ricardo, morador nascido em Vila Santana).

As ruas não eram pavimentadas, tudo era distante, praticamente não tinha mercado, água já tinha em algumas ruas, em todas não. Aí na região da [Av.] Pe. Gregório Mafra, na descida do Cássio, era um brejo e tinha muitas ruas com poucas casas, luz em algumas localidades, uns 10% de Vila Verde. O progresso veio né, mercado, a Fiorelli, a Piloto, veio as empresas (Mário, morador de Vila Verde desde 1977).

Os relatos, até aqui apresentados, apóiam a compreensão de que, nas representações dos moradores, os investimentos em infra-estrutura são naturalizados. Informada pela bibliografia sobre as reivindicações pelas melhorias nas periferias, apresentada no capítulo anterior, passei a estranhar essa tendência à naturalização da urbanização e pedi, então, que os moradores me contassem, um pouco, o processo de provimento de infra-estrutura, indagando, até mesmo, se haviam tido algum envolvimento nesse processo. Em geral, as respostas obtidas eram: "foi tudo espontâneo", "a gente não precisou pedir", "a gente não fez abaixo-assinado".

Para a maioria dos moradores entrevistados, tanto em Vila Santana como em Vila Verde, a atual disponibilidade de infra-estrutura de fato não é reconhecida como uma conquista. Predomina a imagem de que "não tinha nada e aos poucos é que foram fazendo", como disse uma moradora de Vila Santana. Esta imagem indica que os moradores não se reconhecem como atores neste processo de mudança sócio-espacial, que apesar de ser compartilhada, é pouco problematizada.

Foram poucas as falas que remeteram as melhorias urbanas à intervenção de alguma figura da política e, quando ocorreu esta referência, tratou-se, simplesmente, de um recurso de memória. Ainda que não se possa negar que os políticos apareçam, para estes moradores, como benfeitores.

A luz chegou em 1949, veio o Ademar de Barros inaugurar, mas não tinha luz nas ruas (Cosme, morador de Vila Santana).

Ficou um bom tempo na lama, daí, na época do Jânio veio a infra-estrutura (D. Irene, moradora de Vila Verde).

Era terrível essas ruas, tudo barraco, quando chovia, as enxurrada fazia valeta. [...] Depois o Maluf tomou conta e aqui melhorou. Quando o Maluf entrou pôs água, luz. Antes tinha que baldear água. A Vila Verde era umas ruas de buraco, enxurrada, isso quando conheci, agora já virou cidade (Maria, moradora de Vila Verde)

A tendência à naturalização do processo de urbanização foi, para mim, surpreendente. Até o pagamento pela infra-estrutura foi mencionado, pelos entrevistados, com naturalidade. O pagamento do "carnê", assim, não foi recordado de forma negativa, mas como uma contribuição individual à valorização da propriedade.

Primeiro a gente pagava, no tempo da Light era poste de madeira, isso foi bem depois, do asfalto veio carnê para quem tinha mais de 72 m². Era isento quem tinha menos e quem ganhava até 3 salários. O asfalto veio em 1976 (André, morador de Vila Santana).

Quando chegou água encanada, escola, valorizou a propriedade da gente. A Prefeitura que fez o asfalto, mas a gente pagou metade, chegava o carnê (Dulce, moradora de Vila Verde).

Com relação a essa tendência de naturalização considero necessário abrir aqui mais um parêntesis. O que relatei, até este momento, foi o que apreendi a partir das falas de todos os entrevistados, com a exceção de um. Numa manhã, quando cheguei a Vila Santana, descí, como de costume, no ponto de ônibus localizado no entroncamento da Av. Pires do Rio com a Rua Carolina da Fonseca. Atravessando a avenida, avistei um senhor na frente de uma pequena venda e decidi abordá-lo. O senhor, muito gentilmente, disse que tinha muita coisa para me contar. Afinal, estava há cerca de 40 anos trabalhando na (e pela) comunidade.

Severino, migrante do Ceará, chegou a Itaquera há 50 anos. Inicialmente, morou em Vila Campanella, onde montou seu primeiro armazém, tornando-se um próspero comerciante local. Cerca de dez anos depois, mudou-se para Vila Santana e começou a construção da casa, onde mora até hoje, no andar superior da venda, que também é sua. Aliás, Severino enfatiza seu orgulho pelos 340 m² de área construída. Desde que mudou-se para Vila Santana, na década de 1960, atua como líder comunitário e já foi presidente de quatro associações das quais também foi fundador.

Fiz a Severino as mesmas perguntas dirigidas aos outros moradores. Para o entrevistado, no entanto, as melhorias são o resultado de sua atuação, principalmente através de contatos com políticos. Segundo suas palavras:

[...] aqui, água, luz foi tudo eu que coloquei [...] através de associação, através de encontro que eu tenho com os políticos, governador [...] Só num dia eu coloquei 64 km de água [...] era [governador] o Abreu Sodré, ele foi um dos primeiros governador biônico apos a revolução [...] Aí a história é o seguinte, um dia eu estava aí, daí um rapaz passou aqui, era um moço lá de São Miguel, ele disse: olha eu estou trabalhando para o Abreu Sodré para Senador da República, você não quer dar uma força não? Aí eu dei uma força pra ele, ele ganhou o Senado e depois ele foi indicado pelo Presidente Castelo Branco para ser o governador do estado de São Paulo [...] não tem uma obra de Itaquera que não tenha a minha participação [...] não fui eu que fiz, mas que teve a minha participação de ajudar a pedir, de cobrar, isso teve. Aqui, cemitério não tinha, eu arrumei, hospital eu arrumei, Hospital Planalto [...] fiz um trabalho muito grande.

Como pretendi, com as entrevistas, apenas apreender as representações do lugar de moradores em geral, não aprofundarei os sentidos desse depoimento. Considero, porém, que o seu conteúdo abre a possibilidade de estudos posteriores, sobre as periferias, que valorizem a face política de seu processo de consolidação.

Também interessada em conhecer como a valorização, ou melhor, o encarecimento do custo de vida, em consequência da melhoria das condições urbanas, era percebido, perguntei aos entrevistados: ficou mais caro viver aqui depois das melhorias? As respostas que obtive abriram mais algumas possibilidades analíticas da consolidação das periferias.

Para alguns, a valorização, distribuída ao longo do tempo, não é percebida no cotidiano. Talvez porque, conforme apontado no segundo capítulo, a própria valorização não foi efetivamente muito intensa.

Não, ficou tudo igual, né, a gente já estava aqui (Teresa, moradora de Vila Santana)

Não, ficou não, pelo que meus pais falam e tudo, não (Luzia, moradora de Vila Santana)

Esta representação, à primeira vista, era esperável por parte dos proprietários, como é o caso de Luzia. Porém, é interessante destacar que, Teresa mora de aluguel. Para tentar compreender a sua percepção, é necessário dizer que, como veremos logo a seguir, as negociações entre locadores e locatários não são regidas, unicamente por critérios econômicos diretos.

A valorização, quando reconhecida, é relacionada somente ao valor da terra e, não em relação ao conjunto de custos que poderiam impactar o orçamento familiar, como, por exemplo, os gastos com a alimentação. Esta representação da valorização do lugar ocorre tanto em Vila Santana como em Vila Verde, embora seja mais freqüente na primeira. Em Vila Verde, os entrevistados destacaram mais as caras taxas cobradas.

Ficou mais caro com as melhorias, valorizou muito. Muitos vão comprar [casa] agora em Suzano, Itaquaquetuba (André, morador de Vila Santana).

Acredito que está aumentando, o terreno que você achava antes não acha mais, as coisas estão crescendo, não tem como, mas para comprar coisas, mercado, farmácia, está tudo igual, até mais barato que em certos locais (Ricardo, morador de Vila Santana).

Por outro lado, o crescimento dos estabelecimentos comerciais, em número e em porte, é também visto como uma forma de redução de gastos, por dois motivos: dispensam grandes deslocamentos e possibilitam a busca do melhor preço.

Os supermercados, por exemplo, favorecem a economia doméstica, permitindo a comparação entre pontos de venda. Por outro lado, o comércio local, como a padaria e o açougue, continua sendo relevante para compras diárias, e viabilizando, eventualmente, que se compre fiado.

Aqui tem o Pepe e o Barateiro para comprar coisa grande, é pertinho, dá para ir a pé (José, morador de Vila Verde).

Para fazer compras, em geral, tem o Nagumo, mas a gente faz um pouco em um e um pouco em outro, a gente vê qual está mais acessível. Tem o Dia também. [...] A gente tem as folhinhas em casa e compara, né, não faz mercado em um só como antigamente (Ricardo, morador de Vila Santana)

Neste sub-item, e seguindo a orientação teórico-metodológica de Bourdieu (1989), procurei incluir no real a representação do real. No próximo sub-item, analisarei especificamente as respostas obtidas para as seguintes perguntas: 1) quais são as melhores e as piores vilas de Itaquera?; 2) seus antigos vizinhos continuam morando por aqui? Decidi tratar essas duas perguntas conjuntamente por estarem relacionadas à afetividade pelo lugar.

3.2.3 Lugar bom é o lugar onde se vive

Como vimos, mesmo nas denominadas periferias consolidadas, existem situações muito heterogêneas. As diferenças sócio-espaciais são também percebidas e valorizadas pelo morador. O sentido destas diferenças, embora decorra da experiência individual do entrevistado, reflete representações coletivas dos lugares. Como registra Caldeira (1984), a entrevista aberta permite o reconhecimento de experiências pessoais, que também são de certo grupo social, de uma determinada sociedade, de um tempo específico, em certo lugar. Assim, a hierarquização (ou não) das vilas, pelos moradores, também expressa o que "se ouve falar", no compartilhamento de um mesmo cotidiano.

Em Vila Santana, os moradores freqüentemente apontam a própria vila, assim como Vila Carmosina e os arredores do Parque do Carmo, como lugares bons para se morar. Alguns fatores explicam essa avaliação, como a proximidade do comércio e serviços, a oferta de "condução fácil" e a existência de "boas casas".³²

Eu gosto muito daqui de Vila Santana, faço parte da comunidade da Igreja [...] O parque do Carmo também é um lugarzinho que eu acho bom (André).

Acho muito bom aqui, tem condução fácil. Para o lado da Vila Carmosina, na parte dos bancos, também é bom (Helena).

Em geral, os piores lugares, entre os apontados por moradores de Vila Santana, possuem favelas próximas. Em algumas falas, as favelas são identificadas como lugar de moradia de marginais. As características físicas do lugar, como a precariedade urbanística também são referidas, confundidas com seu conteúdo social.

Vila Verde, Vila Taquari porque tem favela, Jardim Marabá e AE Carvalho porque tem mais favela e esses tipinhos... (Luzia).

Precário ainda tem a invasão do lado de lá da Jacu-Pêssego, ao lado das casinhas do Quércio. Aí subindo na Vila Taquari é mais ou menos. Vila Verde é médio, tem muita gente carente (Helena)

Como observou Caldeira (2000), a leitura do outro como inferior não é exclusiva da classe alta. Assim, Vila Verde foi citada, recorrentemente, pelos moradores de Vila Santana como um dos piores lugares para se morar na região.

Contudo, os entrevistados de Vila Verde apontaram, de forma unânime, que esta encontra-se entre os melhores lugares para se morar, confirmando que a hierarquização é sempre relativa e dependente da posição ocupada por quem a constrói e vivencia as suas

³² Ver, no Anexo A, mapa com a indicação dos bairros.

consequências. Diferentemente das características positivas atribuídas aos lugares considerados bons pelos moradores de Vila Santana, os entrevistados de Vila Verde, privilegiaram o pertencimento e o afeto pelo lugar.

Gosto do meu bairro, a gente acostuma (Mário, morador há 31 anos).

Você sabe que a gente passa nas outras vilas, mas não tem costume, aqui eu conheço todo mundo. Eu gosto tanto dessa Vila Verde. Eu vejo um lugar bonito às vezes, mas penso, deve ser perigoso (Maria, moradora há 36 anos).

Pra mim o melhor é a Vila Verde. Ninguém mexe comigo, eu não mexo com ninguém, está tudo certo (Odete, moradora, desde que nasceu, há 50 anos).

O costume, os laços estabelecidos com os vizinhos e o conhecimento dos códigos culturais, decorrentes do longo tempo de moradia em Vila Verde, aparecem, para os moradores, como conquistas que valorizam o lugar. O reconhecimento da presença "de gente não muito certa" não se constitui num fator capaz de diminuir o afeto pelo lugar. Também nesses casos, o longo tempo de moradia favoreceria o desenvolvimento de códigos de convivência.

Também foi possível reconhecer nas falas dos moradores de Vila Verde, um certo constrangimento em avaliar a vida em outros lugares, mesmo que do entorno próximo. Alguns entrevistados expressaram, neste sentido a sua limitada mobilidade espacial como razão para apenas falar de seu "pedaço". Às vezes, por entenderem que "coisa boa e ruim tem em qualquer lugar". Como afirmaram alguns entrevistados:

Eu nunca saí desse buraco aqui... (Márcia, moradora há 28 anos).

Sabe que não conheço muito, só minha rua mesmo que eu gosto muito, demais (Neusa, moradora há 25 anos).

Aí é problema, quem mora aqui acha que está bom, quem mora lá acha que é bom, depende do movimento que a Vila tem (Jairo, morador há 25 anos).

Por isso, em Vila Verde, ao invés de indagar sobre melhores e piores lugares, algumas vezes perguntei onde o entrevistado gostaria de morar e onde não moraria. Mesmo assim, o constrangimento em falar de outras áreas continuava evidente, refletindo a valorização dos laços existentes no lugar em que se mora ou, como indica Bourdieu (1989), certa aceitação tácita de sua posição, o que dificultaria a construção de possíveis diferentes. Para este autor, essa aceitação decorreria da própria incorporação das estruturas sociais.

Não queria ir pra Vila Progresso. Eu não gosto. Já pensou ir morar onde você não conhece ninguém? (Odete, moradora de Vila Verde).

Não sei, a gente não conhece, só gosta de onde a gente mora. Acho que eu não iria para a banda de lá da [Av.] Imperador [Vila Jacuí], iria mais para cidade, para a Penha (Neusa, moradora de Vila Verde).

A afetividade pelo lugar onde se mora há muitos anos faz com que os moradores não desejem a mudança para outras áreas da cidade. Isso faz com que muitas vezes demonstrem certa resistência em sair de *seus* lugares.

A expulsão gerada pela valorização de um bairro, originalmente ocupado pelos mais pobres, como foi observado no segundo capítulo, não apareceu como um fenômeno relevante para os moradores tanto de Vila Santana como de Vila Verde. Além de não ter sido mencionada espontaneamente em nenhum momento, a expulsão "branca" também não o foi quando pedi para que os moradores falassem sobre a permanência ou mudança de seus vizinhos.

Em Vila Santana, os entrevistados oscilavam entre a percepção de que a maioria dos vizinhos são os mesmos e a de que muitos se mudaram.

A maior parte mudou, uns para a cidade, outros para o interior. Casam, né, aí vai mudando, às vezes o esposo mora em outro lugar (Clarice, moradora de Vila Santana, desde que nasceu, há 43 anos).

Uns morrem, outros vão embora. Um foi morar em Jales, mas voltou que aqui é melhor para médico. Outro foi pra Itu, mas vendeu a casa de lá e voltou. O pessoal gosta de morar aqui (André, morador de Vila Santana há 50 anos)

Muita gente mudou, mas muita gente mora aqui ainda. A maioria mudou porque era aluguel e conseguiu comprar ou alugar em outro mais barato. Mas a maioria que é proprietário não sai. Sai os filhos pra comprar suas casinhas. Ainda dá pra comprar por aqui. Minha irmã comprou na rua de baixo. Tem uns mais barato. Mas aqui na esquina não dá mais, custa uns 150, cento e poucos mil. Já está fora da realidade de Itaquera [...] quem mora ali é casal novo que trabalha e você nem vê (Ricardo, morador de Vila Santana, desde que nasceu, há 32 anos)

Ricardo refere-se a uma seqüência de onze sobrados recentemente construídos em Vila Santana. Mesmo considerando o fato da "esquina" não pertencer mais à "realidade de Itaquera", a mudança de antigos moradores aparece nas falas mais com o sentido de opção do que de expulsão. Irene, outra vizinha do empreendimento, a ele se referiu apenas para me explicar que "quem mudou foi por motivos pessoais". Informou, ainda, que ali moravam vários irmãos em um terreno e que, como era "de herança", julgaram melhor vendê-lo e dividir o dinheiro. Perguntei, então, se os moradores anteriores tinham ido para outros bairros, ao que me respondeu dizendo que não sabia "de todos", mas que "uns preferiram ir para o interior, porque é mais calmo" e que "uma só mudou para o outro lado da rua".

Como vimos, Vila Santana encontra-se entre as áreas de Itaquera escolhidas pelo mercado imobiliário. No entanto, em Vila Verde, considerada, por um consultor imobiliário da região, em entrevista já citada anteriormente, como uma área “fraca” na qual “o mercado não tem interesse”, a percepção dos moradores foi similar à observada em Vila Santana. Os proprietários das melhores casas são moradores antigos.

É tudo casa própria, então continua tudo aqui. Casa e fica por aqui mesmo. Um ou outro compra casa fora, vai trabalhar fora, mas é raro, é difícil (Lúcia, filha de Maria, moradora de Vila Verde, desde que nasceu, há 36 anos)

De uns 20 anos pra cá, os vizinhos são os mesmos (Odete, moradora de Vila Verde, desde que nasceu, há 50 anos)

Os que moravam aqui, continua. Na terceira casa é que vendeu, foram para Sergipe que lá eles têm terreno também. Eles dizem que lá vivem muito bem e obrigado. O resto mora tudinho aqui, as mesmas pessoas (Neusa, moradora de Vila Verde, há 25 anos).

De maneira geral, é possível dizer que tanto em Vila Santana como em Vila Verde uma grande parte dos moradores mais antigos permanecem constituindo os sentidos sociais da consolidação das periferias. Nesse contexto, o fato da maioria não pagar aluguel é decisivo.

Para quem mora de aluguel, é sempre uma ameaça, pois o proprietário pode pedir a casa, com a intenção de reformá-la para aumentar o aluguel ou até mesmo vendê-la. De fato, algumas vezes, é isso o que acontece; porém outras vezes, as relações pessoais pesam mais do que a lógica econômica imediata, fazendo com que os acordos entre proprietários e inquilinos não sejam raros. Aliás, é comum, nessas vilas, que o aluguel seja tratado diretamente com o proprietário, sem a intervenção de imobiliárias.

Às vezes a gente mora muitos anos e daí eles querem vender. Aqui está bom. Ele perturba um pouquinho às vezes (D. Olga, Vila Santana).

A gente que não mora em casa da gente, tem que mudar. Morei lá mais de 20 anos, a casa não era muito boa e o dono quis reformar. O moço achava que a gente já queria ser dono, a gente pagava o imposto dele. Eu não tive sorte de ter casa nessa vida. Eu estou com 70 anos, pra quê eu vou querer casa agora, a casa agora já tá lá no cemitério. [...] Pago aqui 350, assim mesmo o dono fala de encarecer, mas é muito amigo da gente. Eu sou velha, mas preciso andar vestida (D. Maria, moradora de Vila Verde)

Há, portanto, um vínculo significativo de moradores com proprietários, estabelecendo as trocas que constroem o cotidiano. É possível imaginar que a convivência entre a classe média baixa e os mais pobres persistirá por muito tempo nas denominadas periferias consolidadas. O próprio mercado imobiliário, que escolhe pontualmente certas áreas de uma região, reconhece a existência de "bolsões de pobreza" no interior dos bairros em que

comercializa novos produtos imobiliários. Como nos informou um corretor de imóveis, já citado: "Itaquera por ser muito grande tem regiões, bolsões que podem ser considerados periferia, mas não Itaquera toda. Itaquera melhorou, pode ser considerada classe C, há bolsões de periferia que ainda não se transformaram, mas Itaquera toda não". Dessa maneira, isolando os pobres, o mercado não compromete a decisão de seu clientes em potencial.

A afetividade desenvolvida pelo lugar, como vimos, influencia muito na decisão de continuar morando no lugar onde há vínculos estabelecidos e certa acomodação a um modo de vida. Isso vale tanto para a classe alta – que, por exemplo, demanda apartamentos luxuosos que chegam a custar mais de um milhão de reais – como vale para os mais pobres.³³

A alternância de moradores, quando ocorre, é muito mais lenta do que é apontado comumente na literatura. O que acontece é que dificilmente outras famílias pobres, que não tenham algum conhecimento do bairro ou uma rede de contatos para indicar as melhores oportunidades, consigam se instalar na região. Existem filtros sociais, portanto, mesmo entre iguais.

Assim, tendo a pensar que um fenômeno interessante de ser aprofundado em muitos bairros de valorização, provocada pela dinâmica do mercado imobiliário, não seria exatamente a expulsão dos antigos moradores pobres, mas, sim, a restrição a novos moradores nessas condições. Dessa forma, a leitura da dinâmica urbana se adequaria melhor ao observado e poderíamos compreender por expulsão aquela que ocorre, por exemplo, nas áreas central e sudoeste de São Paulo, onde existe interesse do grande capital especulativo e tem ocorrido, nesses últimos anos, tentativas e efetivas remoções de favelas, assim como, despejos forçados de edifícios ocupados³⁴.

3.2.4 Visões e divisões da periferia

Se, por um lado, "tudo foi chegando", existem carências que até hoje não foram superadas nas vilas da denominada periferia consolidada. Por esta razão, a privação dos

³³ Desde a década de 1980, o mercado imobiliário do Tatuapé oferece apartamentos para uma população de alta renda que não tem a pretensão de deixar o bairro, mesmo que este não ofereça o mesmo status de bairros tradicionais em áreas mais centrais. Durante a elaboração desse trabalho, voltei ao Tatuapé, bairro onde cresci e ainda tenho muitos conhecidos. Constatei, como imaginava, que mesmo com o intenso crescimento imobiliário da região, principalmente nas imediações da Praça Silvio Romero, da Praça Bom Parto e no Jardim Anália Franco, permanecem casas mais modestas e lotes com casas de frente e fundos, inclusive para aluguel. Segundo dados do Censo Demográfico 2000, existem 20% de responsáveis por domicílio com renda entre 0 e 3 salários mínimos (sm); 12% entre 3 e 5 sm; 23% entre 5 e 10 sm; 23% entre 10 e 20 sm; e 22% com renda superior a 20 salários mínimos. No distrito de Moema, por sua vez, também segundo o censo Demográfico 2000, mais da metade dos responsáveis por domicílio têm renda superior a 20 salários mínimos.

³⁴ Não há uma sistematização do total da população atingida por remoções e despejos, entretanto alguns autores e fóruns vêm relatando esses ocorridos. Cf. FIX (2001), NAKANO (2002) e as informações organizadas pelo Fórum Centro Vivo (<http://centrovivo.org/>).

benefícios da cidade (e porque não de cidadania?), foi apontada pelos entrevistados quando indaguei o que poderia melhorar na região.

As múltiplas temporalidades – da memória, registrando a diferença com relação ao passado e do imaginário, apontando para o que poderia melhorar – produzem uma tensão que julgo como constitutiva do processo de consolidação das periferias. Nesse contexto, representações de certa incompletude surgiram nas falas de seus moradores.

A necessidade de melhorar a segurança das vilas foi o aspecto mais apontado. A sensação de insegurança foi associada, em alguns casos, à insuficiência do serviço de iluminação pública. Assim, "a bandidagem", "os assaltos" e o "vandalismo" foram citados como ameaças, inclusive, à preservação e ao usufruto dos benefícios já existentes, como, por exemplo, as escolas.

A carência de posto de saúde também foi bastante mencionada pelos moradores, principalmente em Vila Verde. Os moradores citaram a existência de um posto em Vila Santana; mas, consideraram que além da distância, o posto não é suficiente para dar conta da demanda dos moradores do entorno. A mesma carência foi reconhecida com relação a hospitais.

Parece que vai melhorar e a coisa cai. Não tem um hospital que a gente fala que está doente e vai lá, eles falam: só daqui há 3 meses. Uma pessoa de idade, criancinha não aguenta (Maria, Vila Verde).

A saúde está uma negação. [...] O [Hospital] Santa Marcelina é lotado. Fiquei um dia todinho pra tomar medicação" (Neusa, Vila Verde).

Já para outros moradores, "o que falta mesmo é lazer".

A condução é fácil, perua passa aqui, metrô é perto, lixeiro passa três vezes por semana. O que falta mesmo é lazer. Falta lazer público. As quadras da escola fica fechada de final de semana e as outras são pagas. Acho que o Sesc é pago também (Ricardo, morador de Vila Santana).

Ricardo foi o único morador a mencionar a existência do SESC Itaquera, mesmo assim sem reconhecer maiores vantagens, para a região, decorrentes de sua instalação. Inaugurado em 1992, o SESC encontra-se, assim como os Centros de Educação Unificados (CEUs), inaugurados mais recentemente, entre as principais opções de lazer da periferia leste de São Paulo, sendo citados com frequência pela mídia e por administradores públicos. Porém, ficam distantes de Vila Santana e Vila Verde e, portanto não são apropriados pelos moradores em seu cotidiano³⁵.

³⁵ Essas são apenas algumas observações, apesar de ser uma temática interessante para ser desenvolvida. Parece-me que investimentos menores e mais descentralizados seriam melhor aproveitados nas periferias, ainda que seja

O reconhecimento da falta de espaços de lazer foi mencionado principalmente pelas mulheres, que passariam mais tempo com as crianças do que os homens.

As crianças não têm o que fazer, ficam só infernizando (Márcia, moradora de Vila Verde).

Podia ter mais lugar pra criança brincar, tem um na Jacu-Pêssego, mas é pequeno e muito perto da avenida (Luzia, moradora de Vila Santana).

Além destes, alguns outros problemas foram apontados, como a superlotação do transporte coletivo e a necessidade de mais indústrias, identificadas com a possibilidade de geração de empregos. Este último aspecto foi levantado por moradores que chegaram a São Paulo entre as décadas de 1950 e 1960, e que assim, provavelmente, recordavam o mercado de trabalho daquele período.

O processo de consolidação das periferias implicaria, portanto, na experiencição continuada de carências, resultado de uma urbanização incompleta. Mas, a identificação de carências pelos moradores de Vila Santana e de Vila Verde, não significa, como vimos, uma redução do afeto por seu lugar de moradia. Porém, é esta identificação que orienta a sua representação de Itaquera como periferia (ou não) da metrópole de São Paulo, como veremos a seguir.

A classificação do espaço, incluindo a sua natureza social e a sua dimensão relacional, como foi sugerido no segundo capítulo, é de fundamental importância para a compreensão das denominadas periferias consolidadas. No próprio ato de perceber e conhecer o mundo, classificamos e ordenamos as coisas de acordo com modelos fornecidos pela sociedade, isto é, modelos socialmente construídos. Para a concretização deste ato, acionamos categorias que permeiam visões de mundo, permitindo o ordenamento entre realidades distintas. Portanto, nada mais adequado do que abrir, para os moradores da denominada periferia consolidada, a possibilidade de serem sujeitos da reflexão aqui empreendida.

Quando perguntava se Itaquera (e suas vilas) poderia ser considerada periferia da metrópole de São Paulo, os entrevistados apresentavam sentimentos e idéias a respeito, ao mesmo tempo, da cidade e do lugar. Neste exercício, portanto, eram refletidos relações e contrastes. Como destaca Caldeira (1984):

A entrevista aberta não é um acontecimento corriqueiro, mas um momento especial, no qual as pessoas são arrancadas do imediatismo do cotidiano vivido ao serem solicitadas a considerar assuntos dos quais não se fala todos os dias, a relacioná-los e olhá-los de longe: em uma palavra, o que se pede às pessoas é "parar para pensar" (Caldeira, 1984, p. 144)

Para alguns, no entanto, não se trata apenas de uma oportunidade para a reflexão. Como a palavra periferia normalmente é associada a valores negativos, mesmo que o indivíduo perceba o seu lugar como periferia, não o nomeia assim. O mais importante, nesse caso, é o enfrentamento de estereótipos e preconceitos e, a elaboração de símbolos.

[Periferia] acho que não, sei lá, aqui já é cidade. Periferia eu não acho. Eu gosto muito daqui do bairro, se um dia foi periferia, *eu já mudei o nome* (Neusa, moradora de Vila Verde).

Mas, para a maioria dos moradores entrevistados, a consideração de Itaquera como periferia dependia do recurso a critérios mais objetivos. Assim, os que consideraram Itaquera uma periferia foram um pouco mais numerosos, tanto em Vila Santana como em Vila Verde, do que aqueles que negaram a classificação.

Para esses últimos, os principais aspectos assinalados foram a presença de boa infra-estrutura e a oferta de transporte; mas, também foram mencionados investimentos privados. É interessante notar no conjunto dessas falas, o reconhecimento de que, no passado, a região podia ser (e foi) corretamente considerada periferia. Deste modo, o critério utilizado foi a diferença entre passado e presente.

É um bairro que *não tem mais* porque ser chamado de periferia, tem tudo aqui. Claro, tem umas casas que poderiam ser consertadas (Dulce, moradora de Vila Santana).

Acho que não, tem bastante condução, a gente vai para onde quer. *Antes a gente tomava condução toda apertadinha... e vai melhorar mais.* Faz apartamento, sobradinho, vai melhorando (Olga, moradora de Vila Santana).

Não pode ser considerada periferia, tem toda a infra-estrutura. Eu não acho Itaquera longe. Com o trem em 20 minutos a gente está no centro. *Itaquera de 10 anos para cá mudou bastante.* Artur Alvim não mudou tanto, tem só o metrô e tal. Aqui melhorou mais, tem acesso fácil pra Airton Senna e pra Jacu-Pêssego, tudo expressa, você economiza tempo e combustível (Paulo, morador de Vila Santana).

Hoje em dia não, já melhorou muita coisinha (Jairo, morador de Vila Verde).

Não, acho que não. Periferia acho que não chega não. A gente tem uma visão de periferia diferente, onde não tem asfalto, saneamento básico, pessoas morando mal. Aqui não tem problema de condução (Laura, moradora de Vila Verde)

A base utilizada para a construção de resposta também é constituída pelo presente de outras áreas que teriam "progredido" menos. Assim, o distanciamento do passado combinava-se, nas falas dos entrevistados, com o reconhecimento de outras áreas com piores condições de vida. A dimensão relacional da classificação fica mais nítida quando a posição

de Itaquera, na estrutura sócio-espacial da metrópole, é reconhecida através da associação da noção de periferia com áreas que apresentam piores condições de vida do que as experimentadas pelos entrevistados.

Aqui não é [periferia], aqui já é igual cidade, tem tudo. Imagina, eu levo cinco minutos até o shopping. Periferia é lá pros lados de Suzano, Poá (Teresa, moradora de Vila Santana).

Agora, periferia é [Cidade] Tiradentes, [Conjunto Habitacional] Juscelino [Kubitschek], [Conjunto Habitacional] Barro Branco (Helena, moradora de Vila Santana).

Os moradores entrevistados que julgaram que Itaquera ainda poderia ser considerada periferia, também acionaram diferentes critérios na leitura do espaço, sendo o principal a condição social de seus moradores. Nas falas a seguir, o morar em uma periferia incorpora elementos das estruturas objetivas do espaço urbano à representação social da cidade.

É periferia, é o lugar dos esquecidos, como diz o povo (Márcia, moradora de Vila Verde).

Acho que [é periferia] sim, a maioria aqui é tudo classe baixa (Janaína, moradora de Vila Verde).

Ainda é periferia sim, porque a classe é pobre, o pessoal tem mais necessidade, não tem muita cultura ainda (Ricardo, morador de Vila Santana).

É periferia porque "tudo de bom tem aqui". É assim você não mexe com ninguém e ninguém mexe com você. Em todo lugar você tem que saber tratar para ser bem tratado (Odete, moradora de Vila Verde).

A periferia, assim, é considerada por estes entrevistados como o lugar dos "esquecidos", da "classe baixa", dos pobres e marginais. Outros moradores entrevistados, apesar de apontarem que Itaquera, como um todo, poderia ser considerada periferia, destacaram a sua heterogeneidade, aludindo, mais uma vez, à incompletude da urbanização. É importante notar que, nesse sentido, a superação da condição de periferia é sempre vista como ainda possível.

Acho que sim, porque tem lugar bom, mas tem lugar ruim, favela, beira de rio, enchente. A Prefeitura é relaxada, as calçadas são todas quebrada, para ter faculdade, as calçadas podia ser melhor (Clarice, moradora de Vila Santana).

Algumas localidades, porque tem localidade que é boa, alguns bairros que são nobres, o Centro, Carmosina, mesmo aqui. Mas pode ser considerada [periferia] porque a maioria é precária, mas melhorou bastante (Mário, morador de Vila Verde).

Por fim, outros entrevistados preferiram considerar Itaquera uma periferia, mesmo reconhecendo que "está bem desenvolvido". Nestes casos, também é explicitada a dimensão relacional da classificação, porém num sentido diferente ao das falas citadas anteriormente. Aqui, Itaquera é anunciada como periferia porque não é centro, em sentido geográfico. Trata-se, portanto, de uma classificação definitiva.

A palavra periferia é uma palavra comum, não é uma ofensa, aqui é uma periferia, não é bairro do centro, o centro é do Carrão pra lá, Tatuapé pra lá. Agora Itaquera, São Miguel, Guaianazes, São Matheus é periferia. Isso é o que nós somos, né, periferia, agora é uma periferia bem adiantada, periferia que você tem tudo, porque, eu acho uma coisa, periferia é um nome comum" (Severino, morador de Vila Santana).

Ainda é periferia, mesmo agora que tem de tudo, melhorar sempre dá. Bairro de periferia nunca deixa de ser periferia, a distância para o centro não muda (José, morador de Vila Verde).

Não deixa de ser, quando não é centro, é periferia, apesar da divisa [do município] ainda estar longe. (André, morador de Vila Santana).

Os diferentes critérios utilizados na classificação sócio-espacial de Itaquera revelam parte da tensão experienciada na denominada periferia consolidada. Por um lado, a percepção da melhoria das condições urbanas de vida e da existência de lugares piores faria com que os moradores não atribuíssem à Itaquera uma posição periférica. Por outro, o seu reconhecimento como periferia baseia-se no reconhecimento de sua composição social: periferia seria o lugar dos pobres, privados da possibilidade de se apropriarem de tudo o que uma cidade oferece. A periferia seria, assim, a materialização de uma urbanização incompleta, refletindo a ação deficitária do estado, traduzida em falta de equipamentos urbanos e na sensação de insegurança. A aceitação da posição periférica de Itaquera também baseou-se na naturalização dos processos urbanos e no entendimento da periferia como uma categoria meramente geográfica, sendo assim ocultados os atos sociais de instituição da periferia.

A análise das falas aqui apresentadas permite constatar que a categoria periferia é parte integrante do vocabulário e do imaginário do morador, com diferentes significados. Já a categoria periferia consolidada é estranha ao discurso nativo, embora no exercício de reflexão sobre o lugar em que vivem, os moradores, em diversos momentos, tenham se referido a Itaquera como uma periferia "bem adiantada", que "melhorou bastante" ou, ainda, "bem desenvolvida".

Com este capítulo, não tivemos a intenção de simplesmente comprovar ou refutar o encadeamento dos fatos apresentados nos capítulos anteriores. Tampouco tivemos a intenção de generalizar uma narrativa da consolidação das periferias, a partir de um estudo de

caso. O principal objetivo foi somente desvelar a complexidade sócio-espacial envolvida na própria historicidade das periferias, procurando destacar os distintos interesses envolvidos na classificação dos lugares refletidos neste trabalho.





Habitado de F. Habitação

DATI



CONSIDERAÇÕES FINAIS: a consolidação da diferença

Ao direcionar o nosso interesse para a observação e a análise do processo de consolidação das periferias, constatamos, em primeiro lugar, que esse é um fenômeno ainda pouco estudado, mesmo que já citado em estudos realizados desde a década de 1970 sobre a estrutura urbana. Em tais estudos, em geral baseados no estruturalismo marxista, a consolidação das periferias é entendida quase como uma expectativa da evolução urbana e, não, como uma possibilidade sujeita a variações de conjuntura e à intervenção dos agentes. A valorização analítica do fenômeno, levou-nos à busca da origem da categoria periferia consolidada.

Constatamos, a partir dos estudos apresentados, que a categoria periferia consolidada resulta, na maioria das vezes, do desenvolvimento de tipologias utilizadas em modelos espaciais de análise da metrópole. Tais modelos, em grande parte derivados do modelo centro-periferia, embora informem sobre a organização sócio-espacial da metrópole, ao retratar a periferia consolidada como um espaço intermediário, ocultam a sua grande complexidade e articulação à totalidade em movimento.

Assim, percebemos que a utilização da categoria periferia consolidada se faz apenas no sentido de distinguir áreas resultantes do padrão periférico de crescimento, bem equipadas e com crescimento populacional estabilizado, de periferias mais recentes. Não encontramos nenhum estudo específico sobre a morfologia e as formas sociais que singularizam as denominadas periferias consolidadas. Sugerimos, portanto, que, ao mesmo tempo em que o modelo centro-periferia tem sido negado, este modelo é acionado, mesmo que implicitamente, na construção da nova categoria.

Constatamos, a partir da sistematização de diversos estudos e de entrevistas realizadas com especialistas, a complexidade indicada pela noção de periferia consolidada e a necessidade de evidenciá-la. Buscando refletir a referida consolidação das periferias, optamos por compreender o fenômeno como resultado de uma conjuntura particular construída pelos nexos entre o processo de urbanização em São Paulo e ações desenvolvidas no âmbito do planejamento urbano.

Com o intuito de contribuir para uma tarefa, certamente coletiva e duradoura, relacionada ao reconhecimento de um fenômeno complexo e em mutação, dedicamos-nos a um estudo de caso de um recorte da periferia reconhecida como consolidada, Itaquera. A redução da escala de análise permitiu que recuperássemos os

principais acontecimentos da formação de Itaquera e que percebêssemos em determinado momento, através das representações divulgadas pela mídia impressa, a existência de uma disputa em torno das representações sociais da área: enquanto moradores denunciavam carências do lugar, agentes do mercado imobiliário passavam a enaltecer suas qualidades.

Se, por um lado, percebemos a presença crescente de equipamentos de consumo coletivos, por outro, ficou nítida a diferença de sua quantidade e qualidade frente a áreas centrais da metrópole. Assim, e considerando os efeitos recíprocos do espaço social e do espaço físico, percebemos porque a periferia, embora com razoáveis condições urbanísticas e mercado de bens e serviços, não deixa de ser percebida como periferia, ou seja, de maneira condicionada à posição social ocupada por seus moradores nas hierarquias sociais que organizam a vida urbana.

Não se trata, assim, da superação da velha diferença entre centro e periferia, mas, sim, de sua consolidação através da dinâmica do mercado de trabalho e do consumo, tanto coletivo como individual. Dessa maneira, consideramos, ao longo da dissertação, que periferia consolidada e consumidor emergente poderiam ser considerados como representações conexas de uma mesma experiência urbana.

Sugerimos que esta tensão e certa incerteza presentes nas periferias reconhecidas como consolidadas fundamentam uma pluralidade das visões de mundo e estratégias acionadas na atribuição de sentidos aos lugares considerados intermediários. Nas falas dos entrevistados, quase todos moradores, a reconstrução do passado, a partir das condições existentes no presente, e a previsão de melhorias futuras são continuamente utilizadas para delimitar e definir sentidos, em aberto, do presente, nas periferias consolidadas.

De fato, como objetos do mundo social, as periferias consolidadas terão sempre um certo grau de indeterminação, tanto porque as ligações estatisticamente significativas acontecem entre variáveis substituíveis como, também, porque se trata de um objeto histórico sujeito a variações conjunturais. Portanto, o seu significado, na medida em que se encontra ligado ao porvir, está em suspenso, admitindo diferentes traduções objetivas e subjetivas. O confronto entre as diferentes visões e ideias – de urbanistas, empresários e moradores – indica que a verdade do mundo social, da cidade e da periferia, está sempre em jogo, incluindo seus futuros possíveis.

Consideramos a periferia consolidada como um fato, que dirige (e constrói) o olhar da economia e da política, sendo inclusive incorporada pelas análises de

diferentes especialistas do campo dos estudos urbanos, e reconhecemos, também, que diferenças são estabelecidas tanto pelo estado, na provisão de bens de consumo coletivo, quanto pelo mercado, em estratégias que visam dinamizar o consumo entre os mais pobres.

O esforço de análise realizado nesse trabalho esteve dirigido ao esclarecimento dessas diferenças. Sugerimos, além disto, que no processo de consolidação das periferias ocorreria a efetiva consolidação da diferença social que um modelo evolucionista, implícito em algumas análises urbanas, que não capta o simbólico e a dimensão do poder, não permite reconhecer.

A utilização do termo periferia consolidada não dissolve a tensão centro-periferia. Ao contrário a reforça: parte das periferias, não obstante a melhoria de suas condições urbanísticas, estão muito longe de se aproximar das condições de vida oferecidas nos bairros centrais. Continuam sendo o lugar dos pobres, mesmo que tenham despertado o interesse do capital privado. As periferias, no máximo, consolidam-se como periferias, preservando a ordem urbana. Por outro lado, o reconhecimento de uma periferia consolidada, como questão, a insistência em fazer existir o que existe, para aqui utilizar uma expressão de Bourdieu, significa, a nosso ver, não ignorar a consolidação da diferença social, aqui evidenciada.

Durante todo o processo de elaboração (e reflexão) dessa dissertação, uma dúvida sempre esteve presente: defender ou não a diferenciação de uma periferia consolidada. Em parte, essa dúvida foi superada. Acreditamos ser necessário defender a periferia consolidada como um território diferenciado e que, portanto exige a concepção de intervenções específicas. Desejamos manifestar a nossa satisfação por ter lutado, até o final desse processo de dissertar, pela afirmação da singularidade da periferia consolidada e, mais ainda, por ter procurado compreender a dimensão existencial de seus moradores.

Na periferia consolidada, o padrão é o contraste. Agora, é tempo de refletir sobre as adequadas estratégias de atuação nesses lugares. Esperamos que esse material seja útil nesse propósito certamente coletivo.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Pedro. **Dinâmica espacial e instabilidade do mercado imobiliário**: a ordem-desordem urbana. Belo Horizonte: Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho. Curso de Gestão Urbana e de Cidade, 2001. Disponível em: <http://www.eg.fjp.mg.gov.br/gestaourbana/index1.php>. Acesso em 16 abr. 2008

BAENINGER, Rosana. **Reestruturação urbana**: algumas considerações sobre o debate atual. Textos Nepo, n. 48, 2004. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br>

BARBON, A.L. Mobilidade residencial intra-urbana em grandes centros: Região Metropolitana de São Paulo – estudo de caso. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, 2004, Caxambu. **Anais...** Disponível em: <http://www.abep.org.br>. Acesso em 01 maio 2007.

BONDUKI, Nabil. Depoimento. **Revista Espaço & Debates**, São Paulo, n. 42, 2001.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 1998

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. **Periferias**: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho. São Paulo: USP, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Fundação para Pesquisa Ambiental, 1979a.

_____. Periferia da Grande São Paulo: Reprodução do Espaço como expediente de Reprodução da força do trabalho. In: MARICATO, E. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979b.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos de Lugar. In: _____. (Coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1997.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. Condição de Classe e posição de Classe. In: _____. **A Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.) **Intelectuais e Política no Brasil: a experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

_____. **A Política dos outros**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

CAMARGO, Candido P. Ferreira de (Org.). **São Paulo, 1975: crescimento e pobreza**. São Paulo: CEBRAP/Paz e Terra, 1976.

CARDOSO, Adauto L. *et al.* **Habitação social na Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Coleção Habitare: Habitação Social nas Metrôpoles Brasileiras, 2007.

CASTRO, Carolina M. P. de. A explosão do autofinanciamento de moradia em São Paulo nos anos 90 e as cooperativas habitacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2001.

CAVALCANTI, Mariana. Do Barraco à Casa: Tempo, Espaço e Valor(es) em uma favela carioca. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31., 2007, Caxambu. **Anais...** Disponível em <http://201.48.149.88/anpocs/>. Acesso em 18 jan. 2008

CHOAY, F.; MERLIN, P. **Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement**. Paris : PUF, 2000.

COSTA, H (Org.). **Novas periferias metropolitanas: a expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul**. Belo Horizonte: C/Arte, 2006.

COSTA, Luiz Carlos. **Aspectos do processo de produção das periferias da Grande São Paulo**. 1984. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

CUNHA, Antonio G. da. **Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

DURHAM, 1986. A sociedade vista da periferia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.1, n.1, jun. 1986.

DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. Algumas Formas Primitivas de Classificação. In: RODRIGUES, José Albertino (Org.). **Émile Durkheim**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1981.

FARIA, Vilmar. A conjuntura social brasileira: dilemas e perspectivas. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 33, 1992.

FARRET, Ricardo L. Paradigmas da Estruturação do espaço residencial intra-Urbano. In: _____. (Org). **O Espaço da Cidade**: contribuição à análise urbana. São Paulo: Ed. Projeto, 1985.

FELDMAN, Sarah. **Planejamento e zoneamento**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2005.

FERNANDES, Ana Cristina. Da reestruturação corporativa à competição entre cidades: lições urbanas sobre os ajustes de interesses globais e locais no capitalismo contemporâneo. **Revista Espaço e Debates**, São Paulo, n. 41, 2001.

FIX, Mariana. **Parceiros da exclusão**: duas histórias da construção de uma 'nova cidade' em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada. São Paulo: Boitempo, 2001.

FRÚGOLI JR., Heitor. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 48, n. 1, 2005.

GONÇALVES, Maria Flora. Processo de urbanização no Brasil: delimitação de um campo de pesquisa. **Revista Espaço & Debates**, São Paulo, n. 28, 1989.

GONÇALVES, Maria Flora; SEMEGHINI, Ulysses. Cidade. Maturação do Urbano Paulista: generalização de um perfil cruel de urbanização capitalista. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6., 1988, Olinda. **Anais...** Olinda, 1988, v.2, p.273-306.

GROSTEIN, Marta Dora. **A cidade clandestina, os ritos e os mitos**: O papel da irregularidade na estruturação do espaço no Município de São Paulo. 1987. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

GUATARRI, Félix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. **Revista Espaço & Debates**, São Paulo, n. 16, 1985.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Revista Espaço & Debates**, São Paulo, n. 39, 1996.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia**: Guia Prático da Linguagem Sociológica. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

_____. Vulnerabilidade Sócio-econômica: Estados Unidos, França e Brasil. **Novos Estudos Cebrap**, n. 63, 2002.

KOWARICK, Lucio; BONDUKI, Nabil. Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização. In: Kowarick, Lucio (Org). **As lutas sociais e a cidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

LAGO, Luciana C. do. Estruturação urbana e mobilidade espacial: alterações no quadro de desigualdades socioespaciais na Metrópole do Rio de Janeiro. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., 1998, Caxambu. **Anais...** Disponível em: <http://www.abep.org.br>. Acesso em 29 abr. 2007

LAMPARELLI, Celso Monteiro. Louis-Joseph Lebreton e a pesquisa urbano-regional no Brasil. **Revista Espaço & Debates**, São Paulo, n. 37, 1994.

LANGENBUCH, Juergen Richard. Depoimento. **Revista Espaço & Debates**, São Paulo, n. 42, 2001.

LEITE, Adriana F. **O Lugar**: Duas Acepções Geográficas. Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ, v. 21, 1998.

LEME, Maria Critina da Silva. A formação do pensamento urbanístico no Brasil, 1895-1965. In: _____. (Coord.). **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. Editora NOBEL / FUPAM. São Paulo. 1999

_____. O impacto da globalização em São Paulo e a precarização das condições de vida. **Revista EURE**, Santiago de Chile, vol. XXIX, n. 87, set. 2003.

LEMONS, Amalia I.G. de; FRANÇA, Maria C. **Itaquera**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1999.

MACHADO, José Pedro. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Lisboa: Editorial Confluência, 1959. V. 2.

MARQUES, Eduardo. Espaço e grupos sociais na virada do século XXI. In: MARQUES, E.; TORRES, H. **São Paulo: Segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Senac, 2005.

MARQUES, Eduardo C.; BICHIR, Renata M. Investimentos públicos, infra-estrutura urbana e produção da periferia em São Paulo. **Revista Espaço & Debates**, São Paulo, n. 42, 2001.

MARQUES, Eduardo; GONCALVES, Renata; SARAIVA, Camila. Assimetria e Descompasso: as condições sociais na metrópole de São Paulo na década de 1990. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 73, 2005.

MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo. São Paulo no contexto do sistema mundial de cidades. **Novos Estudos Cebrap**, n.56, 2000.

MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo; SARAIVA, Camila. Favelas no Município de São Paulo: estimativas de população para os anos de 1991, 1996 e 2000. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 5, n. 1, 2003.

MARTINS, José de Souza. Depoimento. **Revista Espaço & Debates**, São Paulo, n. 42, 2001.

MATTA, Roberto da. **Casa e rua : espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MAUTNER, Yvonne. A periferia como fronteira de expansão do capital. In: DEAK, C.; SCHIFFER, S. (Org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999.

MELLO, João. B. F. Geografia Humanística: a perspectiva da experiência vivida e uma crítica radical ao positivismo. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 52, n.4, 1990.

O'DOUGHERTY, M. Auto-Retratos da Classe Média: Hierarquias de "cultura" e consumo em São Paulo. **Revista Dados**, v. 41, n. 2, 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. Acumulação monopolista, estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes. In: MOISÉS, J.A. *et al.* **Contradições urbanas e movimentos sociais**. São Paulo: CEDEC/Paz e Terra, 1977.

_____. **Crítica à razão dualista e o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. O Estado e o urbano no Brasil. **Revista Espaço & Debates**, São Paulo, n. 6, 1982.

OLIVEIRA, Roberto C. de. **O lugar (e em lugar) do método**. Série Antropologia 190. Departamento de Antropologia, UNB, Brasília, 1995. Disponível em http://www.unb.br/ics/dan/serie_antro.htm. Acesso em 05 abr 2008.

OTTAVIANO, M.C.L. Condomínios Fechados na região Metropolitana de São Paulo: fim do modelo centro rico versus periferia pobre? ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu. **Anais...** Disponível em: <http://www.abep.org.br>. Acesso em 17 jun. 2007

PEREIRA, Margareth da S. As palavras e a cidade: o vocabulário da segregação em São Paulo (1890-1930). **Revista Espaço & Debates**, São Paulo, n. 42, 2001.

RIBEIRO, Ana Clara T. Reforma Urbana nos limites da modernização. **Revista Espaço & Debates**, São Paulo, n. 37, 1994.

_____. Reproducción Social e Involución Intra-metropolitana en el Brasil. In: MUTSUO, Y. (Org.). **Ciudad y Campo en America Latina**. Japan: Kyoto, 1997.

_____. Faces ativas do urbano: mutações em um contexto de imobilismo. In _____. **Repensando a experiência urbana da América Latina**: questões, conceitos e valores. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

RIBEIRO, Luiz C. de Q. Segregação, Desigualdade e Habitação: a metrópole do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2001.

RIBEIRO, Luiz C. de Q.; LAGO, Luciana. C. do. **Reestruturação das grandes cidades brasileiras**: o modelo centro-periferia em questão. Rio de Janeiro: IPPUR, 1994.

RIBEIRO, Luiz C. de Q.; CARDOSO, Adauto L. Planejamento urbano no Brasil: paradigmas e experiências. **Revista Espaço & Debates**, n.37, 1994.

ROLNIK, Raquel; FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. Reestruturação Urbana da Metrópole paulistana: a Zona Leste como território da rupturas e permanências. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 24., 2000, Petrópolis. Mimeo.

ROLNIK, Raquel (Coord.). **Reestruturação urbana da metrópole paulistana: análise de territórios em transição**. São Paulo: PUCCAMP/Instituto Pólis, 2000. Mimeo.

ROLNIK, Raquel. **A Cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel / FAPESP, 1997.

ROLNIK, Raquel. Para além da lei: legislação urbanística e cidadania. In: SOUZA, M. *et al.* (Org.). **Metrópole e globalização**: conhecendo a cidade de São Paulo. São Paulo: CEDESP, 1999.

SANTOS, Milton. Involução Metropolitana e economia segmentada: o caso de São Paulo. In: RIBEIRO, A.C.T.; MACHADO, D.P. **Metropolização e rede urbana**: perspectivas dos anos 90. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1990a.

_____. **Metrópole corporativa fragmentada**: o caso de São Paulo. São Paulo: Nobel/Secretaria de Estado da Cultura, 1990b.

_____. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. Tradução Sandra Lencioni. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

_____. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

SARAIVA, C. **Desenvolvimento econômico local e empreendedorismo urbano**: qual proposta para a Zona Leste? 2005. Trabalho Final de Graduação – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SILVA, Armando C. da. As categorias como fundamento do conhecimento geográfico. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A. (Coord.). **O Espaço interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986.

SILVA, Benedicto (Coord.). **Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro**. 2. ed. FGV, 1987.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

_____. O uso do solo urbano na economia capitalista. In MARICATO, E. (Org.) **A Produção Capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

SIQUEIRA, D., OSÓRIO, R. O conceito de rural. In: GIARRACCA, N. ¿Una nueva ruralidad en América Latina? Buenos Aires: CLACSO, 2001. Disponível em <http://www.clacso.edu.ar/~libros/rural/osorio.pdf>. Acesso em 07 abr. 2008.

SOUZA, Mônica V. de. **Colonizando a periferia: zona leste da cidade de São Paulo**. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2003.

SPÓSITO, Maria E. B. Novas formas de produção do Espaço Urbano no Estado de São Paulo. In: REIS, Nestor G; TANAKA, Marta S. (Coord.). **Brasil: estudos sobre a dispersão urbana**. São Paulo: FAU-USP, 2007.

STRAUTMAN, Gabriel Gomes. **Reestruturação produtiva, trabalho e território: desafios para a reforma urbana**. 2007. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

TASCHNER, S.P.; BÓGUS, M.M. A cidade dos anéis: São Paulo. In: RIBEIRO, L.C.Q. (Org.). **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2000.

_____. Continuidades e discontinuidades na cidade dos anéis. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 11., 2005, Salvador. **Anais...** Salvador, 2005.

TAVARES, Maria da C. Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira. Tese de Professor Titular-Faculdade de Economia e Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1978. Mimeo. Cap. II.

TELLES, Vera da Silva. **Pontos e linhas, trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade**. 2006. Disponível em <http://www.fflch.usp.br/sociologia/veratelles/artigos/2005%20Trajetorias%20urbanas.pdf>. Acesso em 04 abr. 2007.

TORRES, Haroldo G. *et al.* Pobreza e Espaço: padrões de segregação em São Paulo. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 47, São Paulo, 2003.

TORRES, Haroldo G.; BICHIR, Renata M.; CARPIM, Thais P. Uma pobreza diferente? **Novos Estudos Cebrap**, v. 74, p. 17-24, 2006.

TORRES, Haroldo. A fronteira paulistana. In: Marques, E.; Torres, H. (Org.). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade**. São Paulo: Editora Senac, 2005.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otilia; *et al.* **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

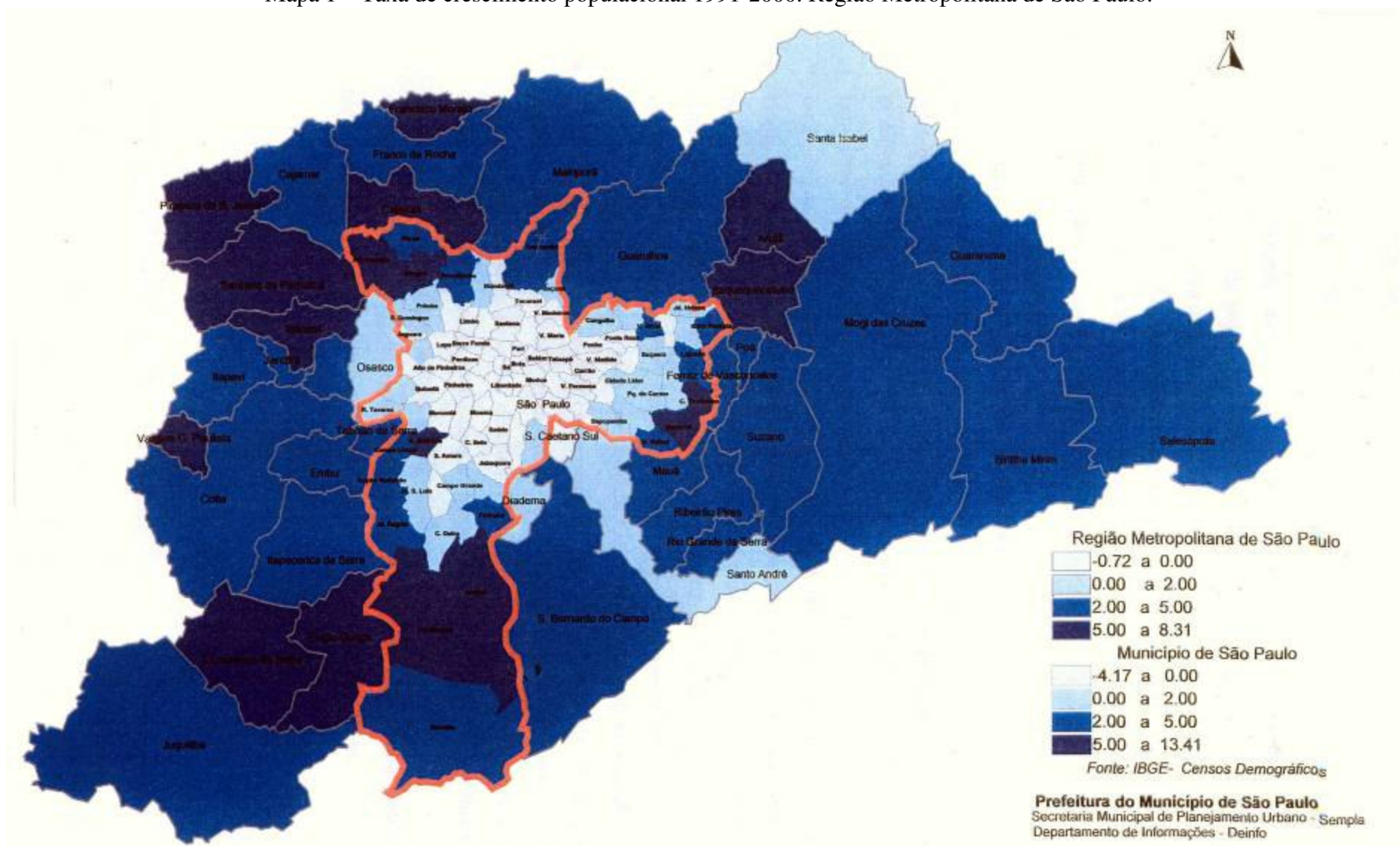
VELHO, Gilberto. **A utopia urbana: um estudo de antropologia social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEAK, C.; SCHIFFER, S. (Org). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999.

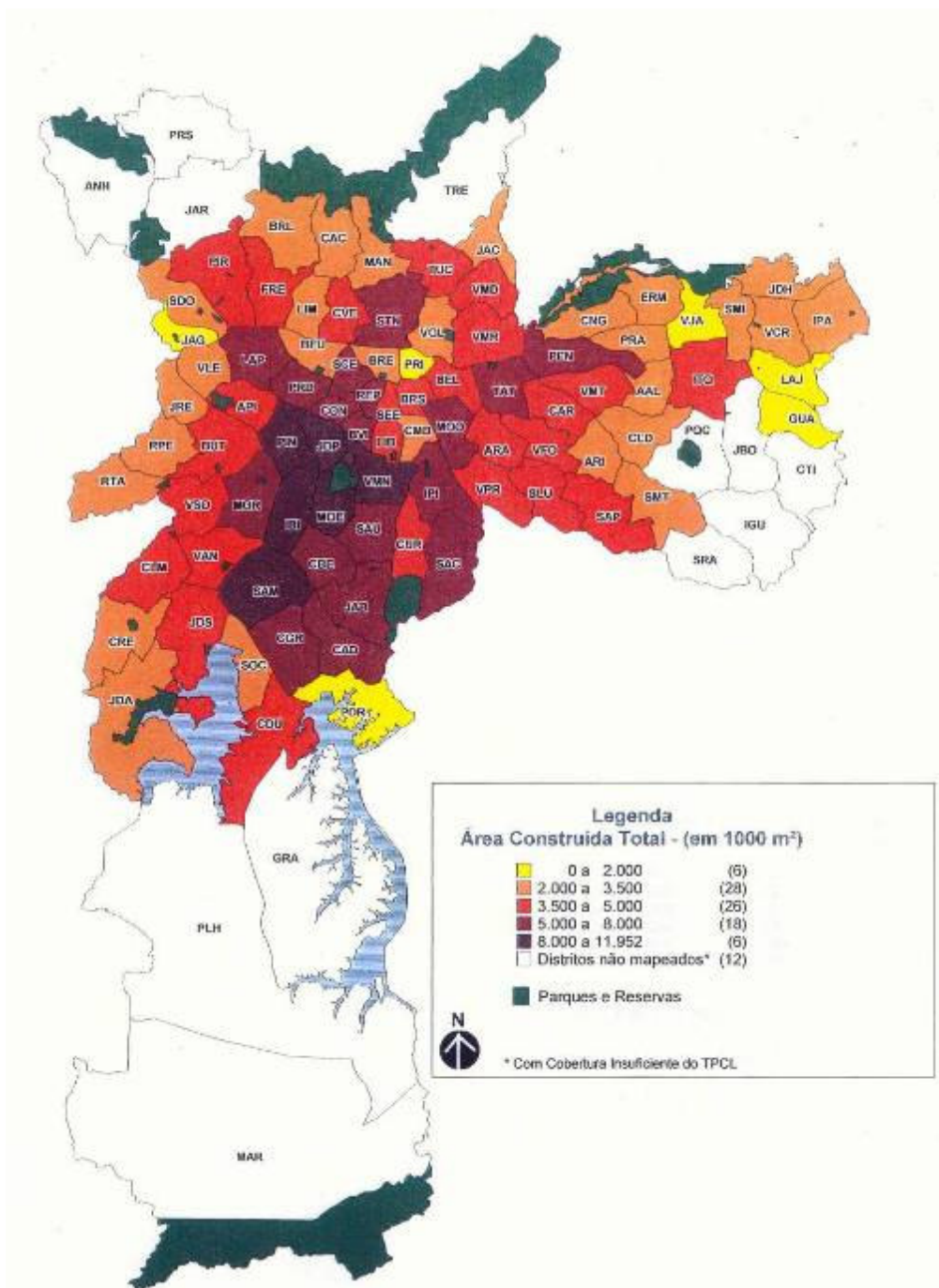
VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2001.

ANEXO A – MAPAS DE REFERÊNCIA

Mapa 1 – Taxa de crescimento populacional 1991-2000. Região Metropolitana de São Paulo.



Mapa 2 – Área Construída total por Distrito. Município de São Paulo, 2000



Fonte: Cadastro Territorial de Conservação e Limpeza. Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico/ Secretaria Municipal de Planejamento Urbano

Mapa 3. Itaquera e suas vilas, zona leste, Município de São Paulo. Mapa Topográfico: Sara Brasil/PMSP, 1930.



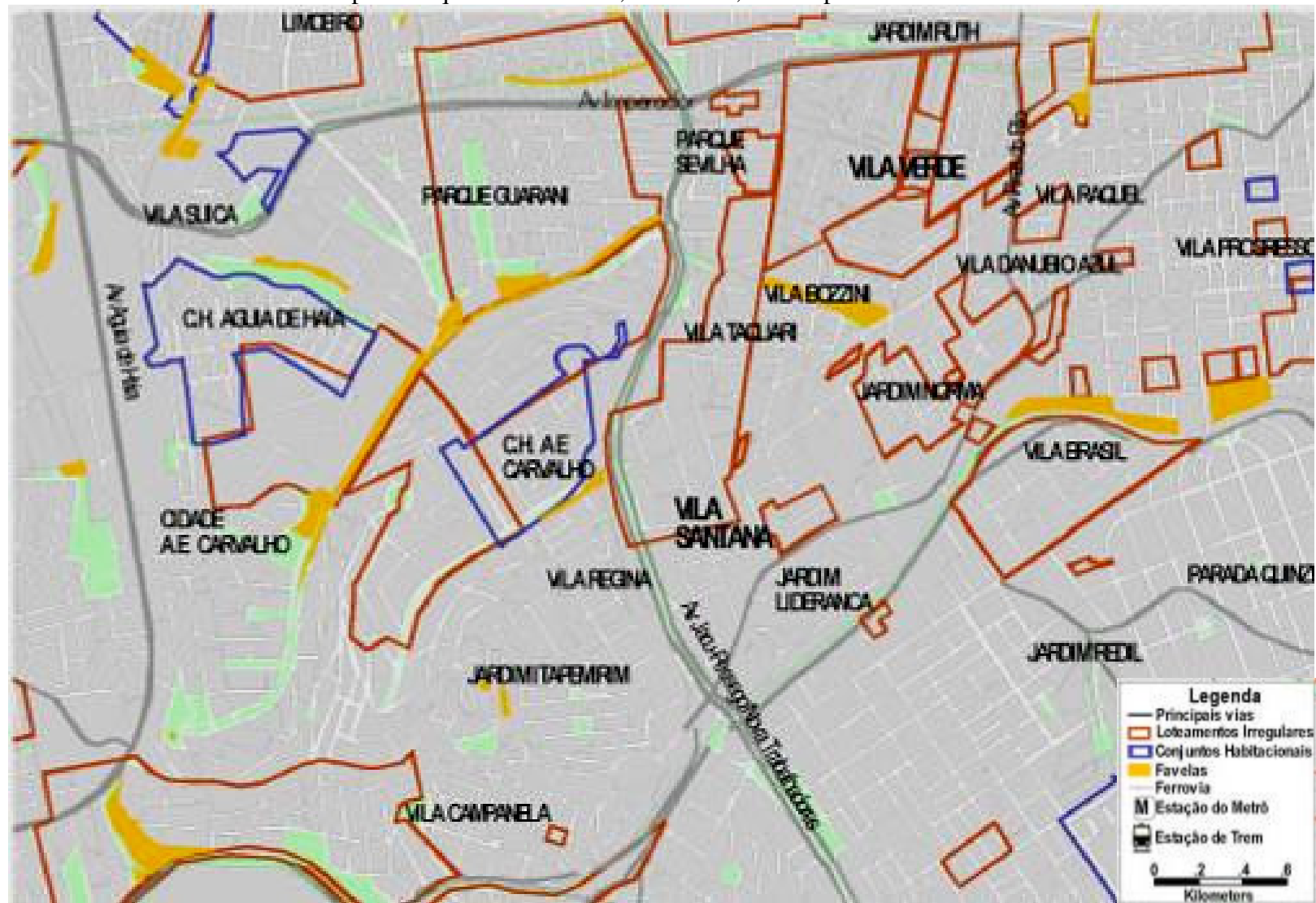
Mapa 4. Itaquera e suas vilas, zona leste, Município de São Paulo. Mapa Topográfico: VASP/PMSP, 1954.



Mapa 5. Itaquera e suas vilas, zona leste, Município de São Paulo. Mapa Topográfico: Emplasa, 1972.



Mapa 6. Itaquera e suas vilas, zona leste, Município de São Paulo.



Fonte: Elaboração da autora a partir de bases cartográficas da Prefeitura Municipal de São Paulo.



ANEXO B – IMAGENS DE UMA PERIFERIA CONSOLIDADA



Foto 1. Antiga Estação Itaquera em 1955 (demolida em 2004). Cedida por William Gimenez. Disponível em <http://www.estacoesferroviarias.com.br>



Foto 2. Igreja matriz de Itaquera em Vila Santana – Rua Palmerino Calabreze. Foto tirada pela autora em 2008.



Foto 3. Rua Montanhas – um dos acessos do bairro para a Av. Jacú-Pêssego, Vila Santana, Itaquera. Foto tirada pela autora em 2008.



Foto 4. Casa de Cosme na esquina da Rua Montanhas com a Av. Jacú-Pêssego. Foto tirada pela autora em 2008.



Foto 5. Ginásio da Universidade Camilo Castelo Branco na Rua Carolina Fonseca, Vila Santana. Foto tirada pela autora em 2008.



Foto 6. Universidade Camilo Castelo Branco em primeiro plano com Vila Santana e outros bairros ao fundo. Disponível em: <http://www.unicastelo.br>



Foto 8. Empreendimentos verticais na Vila Carmosina, Itaquera. Foto tirada pela autora em 2005.



Foto 9. Rua Francisco Rodrigues Seckler, Vila Santana, Itaquera. Foto tirada pela autora em 2008.



Foto 10. Empreendimentos verticais na Vila Carmosina, Itaquera. Foto tirada pela autora em 2005.



Foto 11. Empreendimentos verticais na Vila Carmosina, Itaquera. Foto tirada pela autora em 2005.



Foto 12. Empreendimentos horizontais assobradados na Vila Carmosina, Itaquera. Foto tirada pela autora em 2005.



Foto 13. Empreendimentos horizontais assobradados na Vila Santana, Itaquera. Foto tirada pela autora em 2008.



Foto 14. Comércio local em Vila Santana, Itaquera. Foto tirada pela autora em 2008.



Foto 15. Bar de Neusa e o marido, na frente de sua casa. Rua Flor de Santa Cruz, Vila Verde, Itaquera. Foto tirada pela autora em 2008.



Foto 16. Supermercado na esquina da Avenida Imperador com a Avenida Jacu-Pêssego, entre os distritos de Itaquera e Vila Jacuí. Foto tirada pela autora em 2005.



Foto 17. Loja do Mc Donald's na Avenida Jacu-Pêssego próxima da estação Dom Bosco, Itaquera. Foto tirada pela autora em 2005.



Foto 18. Rua Francisco Rodrigues Seckler, Vila Santana, Itaquera. Foto tirada pela autora em 2008.



Foto 19. Rua Francisco Alarico Bérnago, Vila Santana, Itaquera. Foto tirada pela autora em 2008.



Foto 20. Rua Cristovão Alves. Vila Santana, Itaquera. Foto tirada pela autora em 2008.



Foto 21. Margem da Avenida Jacu-Pêssego ocupada com brinquedos, na altura de Vila Santana, Itaquera. Foto tirada pela autora em 2008.



Foto 22. Praça entre as Ruas Bacurubu e Adelino Polesi, Vila Verde, Itaquera. Foto tirada pela autora em 2008.



Foto 23. Futebol na Travessa da Rua Flor do Pelicano, Vila Verde, Itaquera. Foto tirada pela autora em 2008.



Fotos 24 e 25. Exemplos de travessas sem saída de Vila Verde, Itaquera. Fotos tirada pela autora em 2008.



Foto 26. Rua Flor da Verdade, Vila Verde, Itaquera. Foto tirada pela autora em 2008.



Foto 27. Casas auto-construídas na Rua Flor da Verdade, Vila Verde, Itaquera. Foto tirada pela autora em 2008.



Foto 28. Rua Flor de Santa Cruz, uma das principais de Vila Verde, Itaquera. Foto tirada pela autora em 2008.



Foto 29. Rua Flor do Pelicano, Vila Verde, Itaquera. Foto tirada pela autora em 2008.



Fotos 30 e 31. Casas localizadas na mesma altura, uma de cada lado, da Rua Nicolau Campanella, Vila Verde, Itaquera. Foto tirada pela autora em 2008.

* * *

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)